

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

ATUALIDADE DOS ESTADOS-LIMITE:

TRAUMA E

TRABALHO DO NEGATIVO

POR

MÁRCIA TERESA PORTELA DE CARVALHO

BRASÍLIA – DF - BRASIL, 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

ATUALIDADE DOS ESTADOS-LIMITE:

TRAUMA E

TRABALHO DO NEGATIVO

POR

MÁRCIA TERESA PORTELA DE CARVALHO

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília – Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Clínica e Cultura –
como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª Dra. Terezinha de Camargo Viana

BRASÍLIA – DF – BRASIL, 2001

Este trabalho foi realizado no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – sob a orientação da Profa. Dra. Terezinha de Camargo Viana.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Terezinha de Camargo Viana

Prof^ª. Dr^ª. Estela Ribeiro Versiani

Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro

Prof^ª. Dr^ª. Eliana Rigotto Lazzarini

Prof. Dr. Luiz Augusto Monnerat Celes

Suplente: **Pesquisadora Dr^ª. Dione de Medeiros Lula Zavaroni**

BRASÍLIA – DF – BRASIL, 2001

Para José e Delzita, meus amados pai e mãe.

Aos meus amores Philippe, Gabriela, Leonardo, Fernanda e Guilherme.

Queridos Flávia, Paulo, Silvana, Cláudio e Alice (*in memoriam*).

Aos Mestres de todos os tempos.

AGRADECIMENTOS

À professora Terezinha de Camargo Viana, pela abertura para novos rumos, novos caminhos em minha vida. Admiro sua ousadia e, ao mesmo tempo, sua seriedade para respeitar as diferentes expressões, característica essencial de todo verdadeiro educador. Obrigada pela confiança e pelos ótimos encontros que tivemos ao longo desse percurso. Aprendi muito.

Ao professor Luiz Augusto Monnerat Celes, pelas inúmeras aulas dadas sobre a metapsicologia freudiana e a psicanálise. Obrigada por compartilhar seu conhecimento e por mostrar caminhos possíveis de leituras e interpretações da extensa obra de Freud.

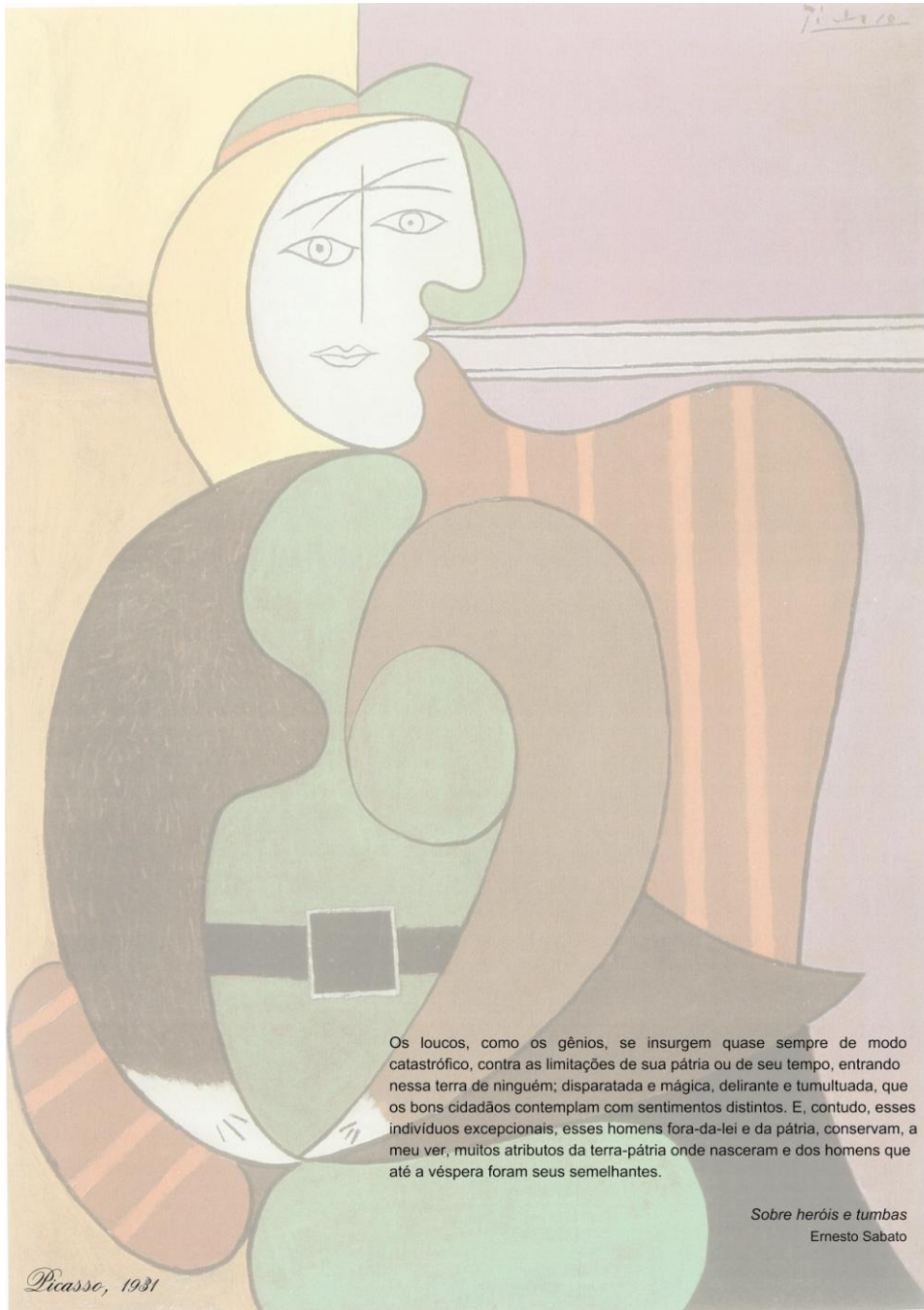
À professora Eliana Rigotto Lazzarini, pelo incentivo e confiança constantes ao longo desse percurso. Sua presença também foi fundamental.

Ao Conselho Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -, pelo subsídio financeiro.

Aos amigos Leoniza, Leoni, Petrah, Susi, Magno, Claret, Miriam, Íris, Gustavo, Lindalva, Manoel, Denise, Oswaldo, Lila, Márcia, Tarcila, Cris, Cris, Fádua e Flávio, pelo convívio que embalou o solitário percurso deste trabalho.

À Ana Paula, Elzilaine e demais colegas do doutorado, pelas leituras e sugestões sobre este trabalho.

Aos meus clientes, por tudo o que me ensinam no nosso dia-a-dia.



Os loucos, como os gênios, se insurgem quase sempre de modo catastrófico, contra as limitações de sua pátria ou de seu tempo, entrando nessa terra de ninguém; disparatada e mágica, delirante e tumultuada, que os bons cidadãos contemplam com sentimentos distintos. E, contudo, esses indivíduos excepcionais, esses homens fora-da-lei e da pátria, conservam, a meu ver, muitos atributos da terra-pátria onde nasceram e dos homens que até a véspera foram seus semelhantes.

Sobre heróis e tumbas
Ernesto Sabato

Picasso, 1931

RESUMO

Nosso tema de estudo são os denominados pela literatura psicanalítica atual de casos-limite, estados-limite ou *borderline*. Esta literatura aponta para o fato de esses pacientes se recusarem a seguir as regras clássicas propostas pelo analista, convidando-os a reinventar a escuta. A atualidade dos casos-limite tem exigido um diálogo entre teorias psicanalíticas tradicionalmente diferenciadas e separadas: a teoria pulsional e a das relações de objeto. Nesses casos observa-se que a perversão como o negativo da neurose cede passagem para as questões que envolvem as loucuras privadas de analisandos e analistas. O foco na sexualidade infantil se amplia em prol das questões relacionadas à fragilidade do Eu e às questões do trauma relacionado ao desamparo. A fragilidade do Eu tem interferido diretamente na constituição do senso de realidade. Importante se faz saber como funciona e se organiza o arcaico em prol da constituição e sustentação do aparato psíquico, o que traz à tona a importância do objeto primário para além das questões edípicas. Objetiva-se compreender os casos-limite a partir da metapsicologia freudiana. Circunscrevendo a questão dos casos-limite foi priorizado como eixo organizador do trabalho dois construtos teóricos: o trauma e o trabalho do negativo. Partimos do pressuposto de que mudanças estruturais acontecidas nestes últimos quarenta anos, naquilo que se refere à vida político-econômico-social de nossa sociedade, atuam de modo traumático sobre a constituição subjetiva dos sujeitos, incidindo diretamente sobre o que foi um dia recalcado e cindido, exigindo (re)nascimento psíquico; e que o trabalho do negativo diz do trabalho dos mecanismos de defesa e das pulsões primárias, especialmente a pulsão de morte, discutida em termos da função desobjetalizante e do narcisismo negativo. Concluímos que para além do princípio de prazer, o trauma é considerado constitutivo do psiquismo e tanto está relacionado a acontecimentos externos quanto a um excesso de excitação pulsional acumulada, desligada e impossibilitada de trânsito psíquico. A falha no trabalho do negativo diz da impossibilidade da perda do objeto primário, causando uma dependência excessiva deste, que não pode ser perdido nem reencontrado. Como consequência há, em diferentes escalas, a ação do masoquismo e da função desobjetalizante sobre o psiquismo e sobre os objetos internos e externos, além de um prejuízo no desenvolvimento da função de simbolização. Se o objeto não pode ser perdido, a função autoerótica também se estabelece mal e o objeto primário fica como que entalado: a criança nem está dele acompanhada nem pode largá-lo. Este trabalho é realizado por meio de pesquisa bibliográfico-analítica dos textos de Freud, de trabalhos publicados em livros de autores psicanalíticos, além de artigos publicados nas revistas indexadas no campo da Psicanálise. É feito uso também de publicações de autores da Sociologia para a descrição na atualidade cultural.

Palavras-chave: estados-limite, casos-limite, *borderline*, trauma, trabalho do negativo.

ABSTRACT

This paper discusses what current psychoanalytic literature calls borderline (in Portuguese, *caso-limite* or *estado-limite*). Literature shows that patients with borderline disorder refuse to follow the classic rules proposed by their analysts, making them reinvent the psychoanalytical interviews. Current borderline cases have demanded a correlative work with two traditionally different, separate psychoanalytical theories: Freud's drive theory and the object relations theory. In both cases, it is observed that perversion as a negative of neurosis results in issues involving the patients and their analysts' private madness. The focus on child sexuality has increased on behalf of fragility-related issues of the Self and abandonment trauma-related issues. The fragility of the Self has directly interfered in the establishment of the sense of reality. It is important to know how the archaic works and is organized on behalf of the establishment and preservation of the psychic apparatus, thus unfolding the importance of the primary object beyond the oedipical issues. This paper aims at the understanding of borderline cases from the perspective of the Freudian metapsychology, focusing on the trauma and the work of the negative, as called by André Green. It is assumed, in this paper, that the structural changes of our society's social, political and economic life in the last forth years have had a traumatic effect on the subjects' subjective constitution, affecting directly what was once repressed and cut, causing a psychic (re)birth. It is also assumed here that the work of the negative says of the work of the defense mechanisms and the primary drives, especially the death drive, in terms of the disobjectalization and the negative narcissism. As a conclusion, beyond the pleasure principle, trauma is considered part of the psyche, and it is related to both external events and the excess of accumulated, turned-off drive excitement, unable of psychic transfer. The flaw in the work of the negative in borderline cases is about the impossibility of the loss of the primary object, causing an excessive dependence that cannot be lost nor found again. As a consequence, there is a process, in different scales, of disobjectalization of the psyche and of both internal and external objects. The development of the symbolization is also negatively affected. If the object cannot be lost, the development of the self-erotic function is also negatively affected; the primary object gets stuck: the child is not accompanied by it, but also cannot release it. This study was carried out with a bibliographical-analytical research of Freud's texts, with works published in psychoanalytic books, and articles published in Psychoanalysis magazines. Descriptions of the current cultural scenario included in this paper were made based on articles by Sociology-related authors.

Keywords: *estados-limite*, *casos-limite*, borderline, trauma, work of the negative.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – Circunscrevendo a questão dos casos-limite	15
O limite e a fronteira como conceitos psicanalíticos	29
Sobre o significado do arcaico.....	35
Considerações sobre a noção de objeto	44
Desafios teóricos: o atravessamento de paradigmas.....	52
Os casos-limite e a cultura.....	59
Capítulo II – Freud para além do princípio de prazer: reflexões sobre o trauma e os casos -limite.....	80
Sobre a ideia de trauma: aproximações entre clínica psicanalítica e cultura.....	85
<i>Além do princípio de prazer</i> : aproximações para se pensar uma clínica dos limites	89
O retorno à ideia de trauma e um passo além.....	94
A pulsão, o traumático e a compulsão à repetição	102
O masoquismo e o neutro: o trabalho de Eros e da pulsão de destruição.....	106
Função objetalizante e desobjetalizante: sobre as ligações e os desligamentos	115
Algumas considerações	117
Capítulo III – O trabalho do negativo e a analidade primária: presença do negativo e do autoerotismo nos casos-limite	121
<i>O trabalho do negativo</i> : das defesas primárias – o recalque e a clivagem em ação	127

A negativa: sobre o <i>ato</i> de recalcar	131
Da desmentida: sobre o <i>ato</i> de cindir	134
Ainda sobre o ato de cindir: desdobramentos a partir do pensamento de AndréGreen...	138
O <i>trabalho do</i> negativo: a função desobjetalizante e o narcisismo negativo	141
A alucinação negativa e a perda do objeto primário	144
A representação inconsciente invalida a percepção: sobre a alucinação negativa	145
Sobre o objeto desejante e o objeto-caução: a função de enquadramento.....	149
A alucinação negativa da criança sobre a mãe: a perda do objeto primário.....	151
O fracasso do trabalho do negativo: a dependência do outro e a autossuficiência nos estados-limite	152
Analidade primária e a presença do autoerotismo nos casos-limite.....	158
A zona erógena anal e sua importância no desenvolvimento psicosssexual.....	159
A analidade primária e os casos-limite.....	164
Considerações finais	166
Referências Bibliográficas.....	171

INTRODUÇÃO

O interesse de todo limite é não somente delimitar dois espaços, mas, sobretudo, ver quais serão as passagens, as transgressões que poderão ocorrer de um espaço para outro, e nos dois sentidos.

André Green

Nosso *tema* de estudo são os denominados na literatura psicanalítica atual de casos-limite ou estados-limite. É conferida a esses casos a responsabilidade do alvoroço criado em torno da ideia de que a sexualidade pode ser colocada em um plano secundário nos processos de análise. Diz Green (2000): “À primeira vista, a escuta do material dos casos limites não revela, de uma maneira tão clara como nas neuroses, as relações entre o discurso manifesto e a sexualidade. Os problemas ligados à estrutura do Ego aparecem em primeiro plano”. (Green, 2000, p.152, grifos do autor). A erotização secundária procura assegurar a atividade do Eu, que se “recusa a sofrer passivamente os possíveis retornos de traumas antigos” (Green, 2000, p.153).

É consenso na literatura psicanalítica estudada o fato de esses pacientes se recusarem a “jogar o jogo’ clássico proposto pelo analista” (Candi, 2010) e que os convidam a reinventar a escuta, pois a palavra insiste em ser ouvida no seu limite (Schaffa, 2006) e nas bordas do seu automatismo de repetição (Menezes, 2008). Mesmo que os pacientes não escapem de vivenciar situações que os lancem imediatamente a traumas antigos, e é disso que se trata em quase todos os casos, a erotização secundária

os protegem do medo do desfalecimento do Eu. Qual é, então, a atualidade desses casos, se partimos do pressuposto de que os casos-limite de todos os tempos são aqueles que desafiam os diversos profissionais a se deslocarem de seus usuais lugares de atuação e compreensão teórica?

Pensando na história da Psicanálise e em todos os casos publicados por Freud, podemos observar que cada um deles serviu de (pre)texto para que a teoria fosse (re)visada. Por meio das primeiras publicações sobre a histeria Freud pontua a importância de fazer a histórica falar sobre o que está *presente ausente*. Ele observa que a sexualidade atua diretamente na constituição dos sintomas e que o conteúdo da fala dessas pacientes está relacionado a um trauma sexual. Mas é com o *caso Dora*, publicado com o título de *Fragmentos da análise de um caso de histeria* (1905[1901]), que ele experimenta aquilo que foi posteriormente transformado em teoria: seu próprio objeto de estudo, a sexualidade, tem como especificidade implicar a todos os que dele sabem ou querem saber.

É por meio do caso *O homem dos lobos*, publicado com o título *História de uma neurose infantil* (1918[1914]), que Freud traz à tona a importância da cena primitiva na teoria da sexualidade. Ela marca “o momento em que esta (a sexualidade) já não se limita à da criança, mas deve compreender (em todos os sentidos do termo) a irrupção da sexualidade adulta na infantil (fora do contacto direto de uma experiência de sedução)” (Green, 2000, p.149). A sexualidade alcança os primórdios da vida da criança, pois se inicia em suas primeiras relações com o objeto primário. Podemos considerar que cada um dos conceitos desenvolvidos por Freud em sua extensa obra partiu de suas inquietações na clínica.

Sabemos, no entanto, que a nenhum desses casos foi dada a denominação de *estado-limite* ou *caso-limite*. Do mesmo modo que Freud (1905) elevou a sexualidade à

categoria de conceito, afirmando que ela estrutura os diversos destinos humanos, Green (1988a) propõe a ideia de *limite* como conceito psicanalítico. A importância desse novo construto teórico surge em meio à presença, na clínica, de um sujeito frágil na sustentação de suas próprias fronteiras, fazendo emergir as questões relacionadas à constituição do próprio Eu.

Com isso queremos dizer que as perguntas desses sujeitos, se fossem técnicas, bem poderiam ser as apresentadas por Green (1988a): “Quais são as fronteiras ou limites de minha psique? Quais são as leis que governam a circulação através das entradas de meus limites psíquicos? Qual a relação da psique e de seus limites com essas entradas?” (Green, 1988a, p. 69). Todas essas perguntas denotam um sujeito preocupado com questões que possibilitem a realização de seus próprios trânsitos e com a demarcação de fronteiras pessoais. Trata-se, desse modo, das diferenciações entre o interno e o externo de um Eu em alteridade, e, portanto, sexuado.

A atualidade desses casos tem exigido aquilo que Figueiredo (2009) chama de *atravessamento de paradigmas*, pois faz dialogar teorias psicanalíticas tradicionalmente diferenciadas e separadas: a teoria pulsional e a teoria das relações de objeto. Se um dia o pensamento freudiano se fragmentou em “escolas” psicanalíticas diferenciadas, hoje elas dialogam em prol da manutenção e sustentação da complexidade da obra freudiana em permanente redescoberta.

Nesse sentido, é sempre difícil especificar até onde se trata de um novo adocimento e até onde são novas as configurações interpretativas que possibilitam uma escuta mais diferenciada das queixas. Afinal, em que momento da história da Psicanálise os casos-limite não apresentaram algum tipo de recusa, transgrediram o *setting* ou incitaram a contratransferência para além do sabido do psicanalista?

“O protótipo mítico do paciente de nosso tempo já não é mais Édipo e sim Hamlet”, afirma (Green, 1988a). O que isso significa? Esta tragédia de Shakespeare (1601/2006) apresenta um homem que sofre com a *morte do pai*; que *se finge de louco* para sobreviver; está *paralisado* pelo excesso de pensamento; *impedido de amar*, pois não sabe mais em quem confiar; *atordoado* com dúvidas e *perseguido* pelo fantasma paterno, aquele que exige vingança. Freud (1900/1986) diz que Hamlet tem suas raízes no mesmo solo que Édipo, mas as duas tragédias mostram a vida mental de duas épocas distintas da civilização. Enquanto em Édipo a fantasia imaginária é abertamente exposta e realizada, como em um sonho, em Hamlet ela permanece recalçada.

Na peça, a fantasia infantil aparece realizada por outro, o que faz de Hamlet um expectador da cena, enclausurado, atormentado por ver seus desejos infantis realizados por outro. Alguém matou seu pai antes dele, o pai está morto. E agora ele fica preso ao fantasma do pai, cujo luto não pode ser realizado e ao repúdio à mãe, que deixa de ser confiável. Zavaroni & Viana (2007) afirmam que a *fragilidade do recalque* aproxima Hamlet do material recalçado. Isto o coloca exposto ao *seu próprio julgamento* que, como podemos perceber, se encontra bastante abalado. Dizem as autoras: “O conflito edípico é, portanto, o cerne do dilema que acompanha Hamlet durante toda a peça. O recalque que é abalado pela situação na peça expõe Hamlet ao que antes estava inconsciente, ou seja, o aproxima de seu desejo de ocupar o lugar paterno” (Zavaroni e Viana, 2007, p. 43).

Ele se defronta com a dura realidade de que, mesmo com a morte do pai, é outro homem que ocupa o lugar junto à sua mãe. Hamlet enxerga uma mãe (res)sexuada e isso o atordoia. Não pode mais amar, pois essa mulher/mãe pode se tornar de outro. Não existem garantias da fidelidade dessa mulher. Essa mãe (res)sexuada o colocou em risco, órfão de um pai Real, órfão de uma Lei que não mais existe. A nova Lei só poderá

ser executada por homens que enxerguem a mãe como tal. E nesse sentido, o pai Real/mente morreu¹. E Hamlet fica paralisado por não aceitar sua nova exclusão, *mais abrangente*. Seu pai, antes rival, quer até ser seu aliado diante desse outro homem. No entanto, Hamlet nem pode se aliar ao pai morto nem se sabe ainda identificado com esse outro homem. A mãe e o novo marido estão absolutos, inacessíveis e idealizados, ele e o pai estão nadificados.

Freud (1900/1986) diz que “Hamlet é capaz de fazer qualquer coisa – salvo vingar-se do homem que eliminou o seu pai e tomou o lugar deste junto a sua mãe, o homem que lhe mostra os desejos recalcados de sua própria infância realizados” (Freud, 1900/1986, p. 292). É possível pensarmos que Hamlet ainda não tenha conseguido fazer julgamentos adequados sobre sua nova realidade. O interno e o externo estão obnubilados. Não foi o recalque, a castração e a sexualidade que deixaram de ter importância, mas é que Hamlet precisa, nesse momento, delimitar suas novas fronteiras psíquicas, pois os valores que o edificavam desmoronaram. Pensamos que essa interpretação de Hamlet tem muito a ver com nossos casos-limite da atualidade, pois a descrição desses casos pela comunidade científica está de acordo com o que diz Garcia (2009):

Não há consenso terminológico na designação dessas estruturas psíquicas que tanto são consideradas como organizações que se situam entre a psicose e a neurose, principalmente nos limites da psicose, quanto estruturas relativamente autônomas e estáveis que se caracterizam pelo prejuízo na constituição dos limites psíquicos, o que interfere na capacidade representacional e afeta drasticamente a possibilidade de investimento afetivo na medida em que a distinção eu-outro é apenas fragilmente estabelecida (Garcia, 2009, p.74, grifos nossos).

E também com o que diz Candi (2010),

¹ Real/mente tenta ser um trocadilho e quer dizer do modo de pensar de um rei. Segundo Bloom (2001), Hamlet é um príncipe fora do contexto da peça. Tornou-se um intelectual e nunca será rei como seu pai.

Quando a psicopatologia se encontra nos limites, observa-se que o fora e o dentro *não* podem se diferenciar e dialogar, as forças pulsionais e o afeto *não* conseguem ser integrados ao Eu, provocando núcleos de personalidade *fragmentados e enfraquecidos*. (...) As emoções são mantidas *sem elaboração* e acabam se tornando *traumáticas*. As relações com os objetos externos *não possuem* uma mediação simbólica e são frequentemente *insuportáveis*. As novas experiências de realidade compartilhada *não* são integradas ao psiquismo. O objeto primordial *não* pode ser substituído e o arsenal representativo renovado (Candi, 2010, p.201, grifos nossos).

Notemos que o excesso de negativas para a descrição dessas organizações psíquicas denota a necessidade, e podemos considerar que ambas as autoras trabalham nessa direção, de compreensões mais positivadas sobre esses casos. Denotam também a fragilidade dos mecanismos de defesa responsáveis pelo psiquismo. Dito, então, de modo mais positivado, afirmamos que nos estados-limite a perversão como o negativo da neurose cede passagem para as questões que envolvem as *loucuras privadas* (termo usado por Green, 1988a) de analisandos e analistas. O foco na sexualidade infantil se amplia em prol das questões relacionadas à *fragilidade do Eu*, às questões do *trauma* relacionado ao *desamparo* e à constituição das temporalidades e dos espaços psíquicos advindos dessa ampliação. Trata-se de dar foco ao arcaico e ao modo como este funciona e se organiza em prol da constituição e sustentação do aparato psíquico, o que traz à cena a importância do objeto primário para além das questões edípicas. Essa fragilidade do Eu tem interferido diretamente na constituição do senso de realidade (Anzieu, 2000, Figueiredo, 2004, Lazzarini, 2006, Figueiredo 2009, Cardoso, 2010a).

Podemos, então, perguntar acerca dos motivos sobre os quais versam os sintomas apresentados por esses pacientes. Estaria tudo isso ligado à maçante exposição do Eu exigida pela sociedade dita do consumo (Baudrillard, 2008) e do espetáculo (Debord, 1992/2009)? O tempo atual, porque tenta transformar a história em coisa do passado, dando a impressão de que a própria história transformou-se em objeto de consumo que pode ser facilmente descartada, seria o principal causa(dor)? Seria a

virtualidade tecnológica do tempo/espaço que nos oferece o sonho de existirmos agora e sem fronteiras? Ou a expansão das possibilidades de comunicação que exige de nossos corpos um estado de quase imobilidade? Uma dificuldade de constituir espaços relacionais, e até de perceber a necessidade dessa constituição, que sustentem a chegada do tempo e a força do desejo? – Sim. E sobre isso muitos são os pesquisadores que têm se dedicado a nos apresentar seus estudos (Lebrun, 2004, Roudinesco, 2000, Roudinesco 2003, Kristeva 1993/2002, Bartucci, 2006, Birman, 2006, Carvalho, 2001).

Mesmo interessados nas questões da cultura² que incidem diretamente na constituição dos sujeitos, nosso *objetivo* será o de principalmente compreender essa clínica a partir da metapsicologia freudiana, recorrendo a André Green como o principal autor a apresentá-la e interpretá-la. Este autor será tomado como referência por considerarmos seu trabalho o que mais busca, dentre os por nós conhecidos, repensar estruturalmente o legado freudiano. Green procura diálogos importantes com diversos autores, representantes de escolas psicanalíticas diferenciadas – Lacan, Winnicott, Bion, Melanie Klein – e se arrisca a criar algo novo em consonância com a obra de Freud.

Circunscrevendo a questão dos casos-limite, tomamos como eixos organizadores de nosso trabalho dois construtos teóricos: o *trauma* e o *trabalho do negativo*. Para além do princípio de prazer, *a ideia de trauma* é complexificada e tanto está relacionada a acontecimentos externos quanto a um excesso de excitação pulsional acumulada, desligada e impossibilitada de trânsito psíquico. A compulsão à repetição como ato possibilita a revelação dessa excitação pulsional desligada. O trauma é, desse modo, considerado constitutivo do psiquismo e precisa ser compreendido em suas diversas vicissitudes. O *trabalho do negativo*, expressão usada por Green (1993/2010), diz do trabalho dos mecanismos de defesa descobertos por Freud e das pulsões

² “A psicanálise vai se adaptando às circunstâncias sociais, econômicas e culturais tanto da sua clientela quanto daqueles que a praticam” (Mezan, 2002, p. 317)

primárias, especialmente a pulsão de morte, discutida em termos da função desobjetalizante e do narcisismo negativo.

Nossa inquietação está no empenho de compreender a repercussão do trauma e o trabalho do negativo no contexto do que hoje é descrito e estudado sobre a clínica dos casos-limite. Qual é a definição psicanalítica de trauma? Qual é então a atualidade do trauma? Como acontece o trabalho do negativo na constituição do psiquismo? Qual a falha no trabalho do negativo dos estados-limite?

Como *hipóteses* para responder às questões acima mencionadas, que constituem o *problema* deste trabalho, partimos do pressuposto de que as mudanças estruturais acontecidas nestes últimos quarenta anos no que se refere à vida político-econômico-social de nossa sociedade têm atuado de modo traumático sobre a constituição subjetiva dos sujeitos³. É informado ao sujeito moderno, cujo principal objetivo foi o de construir sua própria individualidade autônoma, que o mundo está em crise e precisa ser visto de modo globalizado e funcionando em rede. Esse sujeito é “naturalmente” lançado aos seus próprios “hiatos”, bem como ao seu desamparo. Em muito pouco tempo os sujeitos perdem as referências que os constituíam. Essas amplas mudanças socioestruturais atuam diretamente naquilo que foi um dia recalcado e cindido, exigindo (re)nascimento psíquico. O que é traumático e ainda sem condições de representação passa a ser evacuado e se revela pelas vias da compulsão à repetição.

Paradoxalmente, entendemos que o narcisismo negativo e a função desobjetalizante, marcas da presença do trabalho do negativo pelas vias da pulsão de morte, são modos de proteção encontradas pelo sujeito para permanecer em “trânsito”. Se a fenomenologia aponta um sujeito paralisado e com dificuldade para representar o

³ “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irreversivelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo – a URSS e a Europa Oriental do ‘socialismo real’ – desabou inteiramente” (Hobsbawm, 1994/2007)

vivido, a economia psíquica apresenta um difícil trabalho do negativo, qual seja, o de presentificar o conteúdo do recalque e das cisões que nos constituem. Desse modo, não se trata de desconsiderar os efeitos do recalque e da sexualidade infantil, mas de considerar como o aparelho psíquico trabalha para dar conta das rápidas transformações socioestruturais que nos assolam. Se o adulto está paralisado, mesmo que ele tenha todo amor e boa vontade, entendemos que ele pode não conseguir ser o “objeto primário absolutamente necessário”, capaz de possibilitar a constituição de um psíquico saudável. A condição limite alcança de diferentes modos os sujeitos na atualidade.

Nosso trabalho será realizado *por meio de pesquisa bibliográfico-analítica* dos textos de Freud, de trabalhos publicados em livros de autores psicanalíticos, além de artigos publicados nas revistas indexadas no campo da Psicanálise. Faremos uso também de publicações de autores da Sociologia para a descrição da atualidade cultural.

Tomamos como referência inicial do trabalho metapsicológico a chamada “virada teórica de 1920”. Sabemos que a partir de 1920, o modelo psíquico que prioriza a representação cede espaço para o modelo do agir por meio da compulsão à repetição, havendo um retorno de Freud às antigas questões do trauma. A representação cede espaço para as moções pulsionais e o inconsciente cede passagem para o que em 1923 será denominado de Id. Definitivamente, a teoria alcança a afirmativa freudiana de que “o Ego não é o senhor de sua própria casa” (Freud 1917[1918]). Green (1999/2008) nos diz:

Mas a partir do momento em que Freud introduz o modelo do agir, da descarga, da repetição, o modelo do ato vai entrar na Psicanálise como ameaça para a elaboração psíquica. Ele se generaliza, o que quer dizer que até as formulações que parecem mais distantes dele adotam a estrutura do ato, como Bion o demonstrou. Neste caso, acreditamos lidar com um fantasma. Na realidade este fantasma tem a estrutura do ato, o que permite a Bion dizer que o papel (deste fantasma) não é absolutamente elaborar o que quer se seja, mas ser expulso. E compreendemos aqui também a considerável mudança que intervém no aparelho psíquico. O aparelho psíquico não é um aparelho que se contente em reprimir/conter, porque reprimir é conservar. Ele é também um aparelho que,

pela negação, pela expulsão, pela divisão expulsa (evacua), elimina. E ele faz isso se automutilando. E se o analista não tiver consciência disso, ele pode passar anos e anos em uma poltrona a escutar um analisando sem perceber o que acontece, quer dizer, nada, na verdade (Green, 1999/2008, p.44, tradução nossa).

Esse novo modo de compreensão do aparelho psíquico traz desdobramentos importantes: o recalque não é o único mecanismo de defesa a operar no psiquismo, mesmo sendo ele de fundamental importância; a cisão se apresenta como um mecanismo mais primitivo; a negativa se apresenta como crucial para a constituição do julgamento de atribuição e de existência, repercutindo na construção do senso de realidade; o objeto primário precisa ser perdido para ser reencontrado, pois do contrário a função autoerótica também se estabelece mal; funcionamentos psíquicos até então entendidos como psicóticos podem ser encontrados em sujeitos neuróticos. O próprio sujeito tem a capacidade de se destruir. E a clínica, como soberana, tem exigido um repensar desses desdobramentos.

Organizamos esse trabalho em três capítulos como se segue:

No primeiro capítulo, cujo título é Circunscrevendo a questão dos estados-limite, nosso objetivo será apresentar a problemática dos estados-limite sob diversos aspectos: revisão da literatura sobre o que tem sido apresentado e discutido sobre o tema. Veremos o quanto a descrição teórica apresenta uma clínica ocupada com a compreensão do nascimento psíquico e com aquilo que pode (re)constituir esse psíquico. Procedemos em seguida à conceituação do construto teórico “*limite*”, cujo sentido nos convida a transformar o limite em dos elementos fundantes do aparelho psíquico. Em seguida apresentamos o significado do arcaico a partir do que em Freud responde a duas ordens de realidade: a da presença pulsional e a da presença do outro.

Considerações sobre a noção de objeto foram tomadas como imprescindíveis, pois é consenso na literatura a importância das vicissitudes do objeto nesses casos. O objeto coexistindo com as moções pulsionais tem exigido um atravessamento de paradigmas. Finalmente, um ensaio relacionando os casos-limite e a cultura.

No segundo capítulo, cujo título é Freud para além do princípio de prazer: reflexões sobre o trauma e os casos-limite, nosso objetivo será o de evidenciar a problemática da compulsão à repetição revelada pela questão do trauma. Esta questão está relacionada à presença de um excesso de estímulos exteriores e, também, pulsionais que não consegue fazer parte da cadeia de representação e do aparato de sustentação psíquica. Em seguida faremos algumas aproximações entre o sintoma clínico e a cultura sob a perspectiva do trauma na atualidade. Fazendo um estudo sobre o texto freudiano Além do princípio de prazer (1920) alcançamos o momento em que Freud retoma a ideia de trauma e dá um passo além. Apresentamos em seguida que, pelas vias de Eros e das pulsões de destruição, Freud alcança o fenômeno da compulsão à repetição fazendo sua ligação com a necessidade de punição pela vertente do masoquismo; e Green alcança a função objetualizante e desobjetualizante. Finalmente, algumas considerações sobre o que foi estudado no capítulo.

No terceiro capítulo, cujo título é O trabalho do negativo e a analidade primária: presença do negativo e do autoerotismo nos casos-limite, nosso objetivo será o de mostrar que os estudos em torno das questões advindas da concepção de negativo e do ato de negar são fundamentais na Psicanálise para sua concepção de sujeito e para o entendimento da constituição do psiquismo. Tomamos como nossa a ideia de Green acerca de um fracasso do trabalho do negativo nos casos-limite bem como a hipótese de

que alguns desses casos estejam ligados a uma analidade primária. Como consequência, existe uma dependência excessiva do objeto primário, que não pode ser perdido para ser reencontrado. O objeto fica entalado e o sujeito paralisado. Como consequência há, em diferentes escalas, a ação da função desobjetalizante sobre o psiquismo e sobre os objetos internos e externos, além de um prejuízo no desenvolvimento da função de simbolização. Procedemos ao estudo do ato de recalcar e cindir. Em seguida descrevemos o processo normal da perda do objeto primário e a resultante constituição do Eu para alcançarmos a falha do trabalho do negativo e a consequente impossibilidade de haver o luto do objeto primário. Finalmente, fazemos o estudo acerca da analidade primária e suas consequências no funcionamento psíquico dos casos-limite.

Nas *Considerações finais* nosso objetivo será o de entrelaçar os capítulos, buscando questões para futuros estudos.

Algumas observações

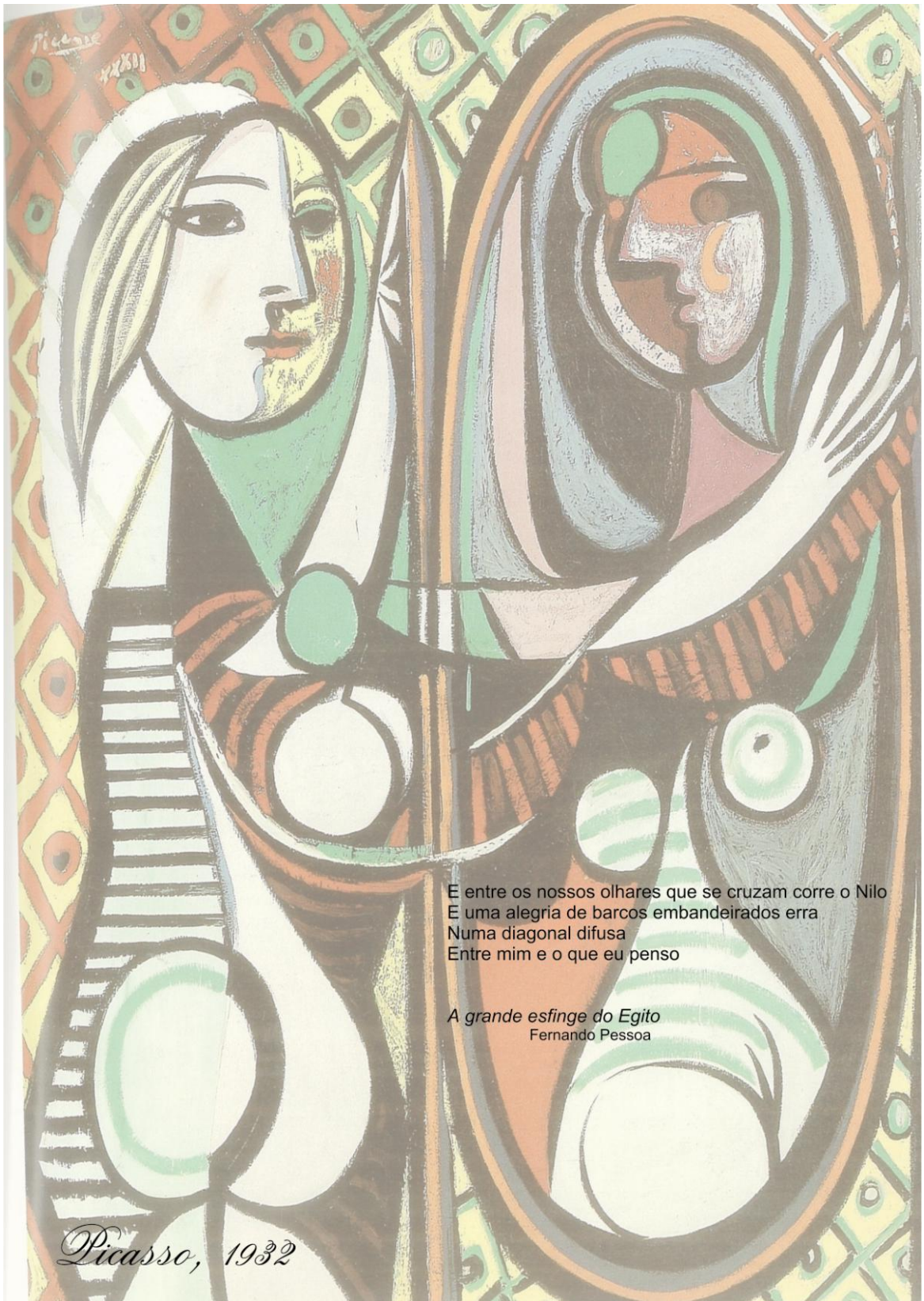
A origem de nosso trabalho encontra-se situada em nossa prática clínica. Convictos de que os clientes reverberam os ecos de seu próprio tempo, assumimos como nossa a responsabilidade de compreensão, em nível metapsicológico, das queixas que se nos apresentam de modo recorrente. Apesar de não se tratar de um trabalho onde a prática clínica se apresente de modo exclusivo e direto, consideramos que, implicados por anos no exercício da clínica, ela estará presente em nossas escolhas bibliográficas e no modo de compreender e articular tais escolhas.

Optamos por fazer uso das expressões Eu, Id e Supra-Eu, em função da nova tradução de Luiz Alberto Hanns. Todos os textos publicados por esse tradutor serão citados separadamente dos textos usados provenientes das Edições Standard das Obras

Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Manteremos as expressões ego, id e superego, quando fizermos uso de citações de textos escritos com essas nomenclaturas.

Escrevemos nosso texto em observância com as novas regras de ortografia, mas manteremos as antigas grafias de palavras quando fizermos uso de citações de textos publicados com as antigas regras ortográficas.

Diante das muitas traduções e usos diferenciados da expressão caso-limite, optamos por fazer, na escrita do trabalho, o uso indiscriminado dos termos equivalentes. A escolha da expressão estado-limite no título do trabalho respondeu a dois critérios: o uso da expressão “*états limites*” nos textos de André Green em francês e a compreensão de que a palavra “*estado*” nos remete a um modo de estar, portanto organizado e em trânsito.



E entre os nossos olhares que se cruzam corre o Nilo
E uma alegria de barcos embandeirados erra
Numa diagonal difusa
Entre mim e o que eu penso

A grande esfinge do Egito
Fernando Pessoa

Picasso, 1932

CAPÍTULO I

Circunscrevendo a questão dos casos-limite⁴

Sabemos das tentativas surgidas ao longo da história da psicanálise para substituir certas formulações de base freudianas, e para restringir os paradigmas iniciais de um campo específico – o campo das neuroses –, oferecendo outros modelos do funcionamento psíquico. Muitos deles constituíram aportes clínicos valiosos e incluíram diferenciações nosográficas que se revelam úteis em nossa prática cotidiana. Isso seria suficiente para substituir o corpus freudiano sem ter realizado uma indagação sobre o lugar metapsicológico que pode ser atribuído aos novos descobrimentos clínicos, a partir dos princípios que deram origem à psicanálise?

Silvia Bleichmar

O próprio processo de reconstituição das bordas psíquicas continua se evidenciando como um dos desafios do *exercício* da clínica psi na atualidade. Os pacientes dessa clínica ora se apresentam numa polaridade como que “blindados”, defendidos do mundo, ora em outra, como que dele “indiferenciado”. Quando blindados, falam da sensação de isolamento, exclusão do mundo e até de si mesmos. Queixam-se de vazio, de abandono e de intenso medo de exposição. Os movimentos do mundo os atordoam, porque não sabem como fazer parte desse mundo. Eles necessitam aprender sobre os atos que possibilitem experiência de pertencimento. Esses sujeitos relatam que muitas vezes se sentem invisíveis, paralisados, descorporificados, e que

⁴ As ideias aqui apresentadas foram publicadas no livro *Subjetivações contemporâneas e clínica psicanalítica*, organizado pela professora Dra. Terezinha de Camargo Viana, sob o título *Circunscrevendo a questão dos casos fronteirios*, ISBN: 978-989-8463-22-7 (2011).

convivem com um estado de aprisionamento mental e emocional, e de empobrecimento pessoal.

Em suas relações, as ações indiferenciadas os levam a agir de modo tirânico ou subjugado. Perderam a capacidade de sentir a textura das bordas do outro e de si mesmo. Invadem. Sentem-se invadidos com muita facilidade. Necessitam continuamente afirmar, ou constituir, seus próprios espaços e o próprio poder. Ficam envoltos em ações que os mantenham no controle do mundo e de si mesmos, sua polaridade, submissão. À menor sensação de estarem sendo invadidos, esses indivíduos podem reagir com uma fúria descomunal, pois se sentem desrespeitados, ou com sentimentos de que foram abatidos, o que é prontamente entendido por eles como um estado depreciativo ou, em alguns casos, como uma vivência de humilhação.

Em todos os casos instaura-se continuamente uma emoção de desapropriação de si, o que gera mal-estar generalizado. São sujeitos que agem de modo tirânico ou subjugado, ou como se fossem autossuficientes, porque parecem *desapropriados de leis* que lhes possibilitem o próprio trânsito. Privados “da posse” de si mesmos, esses sujeitos têm geralmente a sensação de que não estão prontos para praticar ações efetivas na vida. As ações vão sendo adiadas e uma ação de inércia, instalada. E a inércia é uma ação “interessante”: o sujeito não para, mas não tem na ação um sentido de realização. Trata-se de ação vazia, morta. Desse modo, a impressão constante de que são meros executores de tarefas alia-se à percepção de uma falta de tempo para si mesmos ou falta de espaço próprio para expressão. O sofrimento psíquico manifesta-se por consequência de uma peculiar inabilidade de esses sujeitos transitarem.

A falta de trânsito não é novidade como queixa no âmbito da clínica *psi*, mas possui suas atuais peculiaridades. Os psicanalistas, que têm na clínica um *locus* privilegiado de instigação para as suas atualizações teóricas, têm estudado há certo

tempo casos clínicos que teoricamente têm sido denominados de casos fronteiros, casos-limite (casos limites), estados limites, funcionamento limite ou *borderline*⁵; aqueles que apresentam de modo mais aparente, e até emergente, mecanismos de cisões e dissociações em vez dos mecanismos do recalque. “Parece que nos encontramos mais distantes da perversão, considerada por Freud o negativo da neurose, e mais próximos da psicose na qual a relação com o outro e a fragilidade da estrutura egóica representam pontos nevralgicos” (Garcia, 2007, p. 125).

A descrição teórica dessa clínica, que apresenta o desafio de lidarmos com núcleos muito regredidos em sujeitos aparentemente neuróticos, tem estado ocupada em revisitar as vicissitudes do traumático, indo além na compreensão e aprofundamento das principais premissas das teorias pulsionais; uma clínica ocupada com a compreensão do nascimento psíquico e com aquilo que pode (re)fundar esse psíquico. E ligadas às experiências do trauma e da repetição encontramos as questões de um funcionamento aquém da constituição do conflito psíquico. Estamos lidando com reiterados modos de compreensão dos primórdios da vida psíquica (Green, 1988a; Green, 2001; Green, 2008; Pontalis, 1977/2005; Figueiredo, 2003; Figueiredo, 2009; Celes, 2004; Ribeiro, 2004; Cardoso & Garcia, 2010; além de outros).

Tornou-se, desse modo, corrente na literatura psicanalítica a necessidade de se caracterizar e também aprofundar a compreensão de novos modos de subjetivação, de novas modalidades do retorno do recalado, perpassando novos modos de sofrimento psíquico bem como distinções entre as psicopatologias atuais e as que foram apresentadas por Freud. A ideia do novo tem sido bastante discutida e rebatida no meio psicanalítico. Literatura relacionada ao assunto tem mostrado a existência de uma clínica que se manifesta sob formas de psicopatologias diversas, exigindo *renovadas*

⁵ Essas denominações serão usadas indiscriminadamente no percurso deste trabalho.

compreensões das premissas encontradas no modelo teórico-clínico freudiano, o modelo pulsional. Anzieu (2000) afirma que

Mais da metade da clientela psicanalítica é constituída pelo que se chama estados-limite e/ou personalidades narcísicas (...). Etimologicamente, trata-se de estados no limite da neurose e da psicose e que reúnem traços destas duas categorias tradicionais. Na verdade, estes doentes sofrem de uma falta de limites: incertezas sobre as fronteiras entre o Eu psíquico e o Eu corporal, entre o Eu realidade e o Eu ideal, entre o que depende do *Self* e o que depende do outro, indiferenciação das zonas erógenas, confusão das experiências agradáveis e dolorosas, não distinção pulsional que faz sentir a emergência de uma pulsão como violência e não como desejo (...), vulnerabilidade à ferida narcísica (...), sentimento de não habitar a própria vida, de ser o expectador de alguma coisa que é e que não é sua própria existência (Anzieu, 2000, p. 22).

A descrição de Anzieu é voz corrente em toda a literatura sobre o assunto: os sujeitos apresentam um enfraquecimento do funcionamento mental, uma fragilidade das fronteiras do eu e uma dupla angústia a ele relacionada: angústias de separação e de intrusão que exigem o desenvolvimento de defesas poderosas contra possíveis ataques externos e internos. Aliás, diversos autores apontam que a problemática dos limites narcísicos é característica fundamental de seu funcionamento psíquico. Esses pacientes estão, eles mesmos, lidando com as questões de (re)constituição e (re)consolidação das fronteiras do eu – fronteiras internas (entre as diversas instâncias do aparelho psíquico) e externas (relação entre eu/*self* e objeto). Essa falta de coesão do Eu interfere diretamente na constituição do senso de realidade (Green, 1988a; Green, 2008; Sternbach, 2007; Lebrun, 2004; Kristeva, 1993/2002; Figueiredo, 2004; Rocha, 2008; Figueiredo, 2009; Lazzarini, 2006; além de outros).

Salztrager (2004) defende o argumento de que um grande problema na atualidade é a dificuldade ou até incapacidade de constituir vida psíquica, evidenciando-se na clínica uma ausência de um “tecido fantasmático articulado e complexo” por meio do qual alcançar as crenças, os desejos e os projetos de vida. Desse modo, as questões dos pacientes neuróticos advindas da angústia de castração e do complexo edípico, que

sempre nortearam e ainda norteiam as práticas e as teorias psicanalíticas ocupadas com o que está pressuposto nas tópicas freudianas, têm exigido olhares para o significado do arcaico, do pré-genital (das questões relacionadas à díade mãe-bebê), para o lugar e significado do terceiro (simbólica e tradicionalmente representado pelo pai) e para as relações de objeto, que abriram frente às questões da alteridade. Figueiredo (2004) afirma que uma diferenciação mais fina entre os pacientes neuróticos e os casos-limite implica

a importância da sexualidade, dos conflitos e da estruturação edípica nas neuroses (e na perversão), em contraposição às questões de vida e morte – ser e não-ser – nos casos-limite; nestes as angústias de aniquilamento, variações das angústias da posição esquizoparanóide, são dominantes e não abrem espaço, por exemplo, para a angústia de castração. Trata-se, nos casos-limite, de estruturas pré ou, mais precisamente, *anti-edípicas*. (Figueiredo, 2004, p. 506, grifos do autor).

A angústia esquizoparanóide está relacionada ao medo de ser aniquilado ou devorado e a preocupação predominante é com a preservação do eu, diz o autor. “Os mecanismos de defesa usados são a cisão, a projeção e a negação da realidade psíquica” (Cintra & Figueiredo, 2006, p.103). A ideia de uma estruturação antiedípica nos faz pensar, mais do que em algo que se põe em oposição, em uma alteridade edípica coexistindo com o processo de estruturação edípica, o que acarreta uma complexificação da compreensão do funcionamento do aparelho psíquico.

Marucco (2007) nos fala do estabelecimento de um novo eixo paradigmático: “um núcleo do psiquismo onde alojariam o desejo e o trauma” (Marucco, 2007, p. 126). Figueiredo (2009) diz de um atravessamento de paradigmas. Faz-se, desse modo, importante pensar que a ideia de uma estruturação “antiedípica” não exclui as questões edípicas, mas as *recoloca* em termos de um aparelho psíquico complexo e que funciona em alteridade.

O argumento desenvolvido por Figueiredo (2009), onde a sexualidade quase desaparece em prol das questões de vida e morte, está presente em outros autores. Segundo Lebrun (2004), os diversos estudiosos que fazem referência à ideia de novas patologias, dentre eles Pierre Fédida, André Green, Joyce MacDougall, Harold Searles, Otto Kernberg, Jean Bergeret, Donald-Woods Winnicott, contemplam uma

modificação da paisagem psicopatológica: erosão das diferenças marcadas entre as estruturas, complexificação das entidades clínicas, recuo das indicações clássicas da cura psicanalítica tais como a histeria e a obsessão, *ampliação paralela da necessidade de cuidados*, aumento dos distúrbios ditos arcaicos enquanto o sexual seria desalojado de seu lugar preponderante, operando este muito mais como uma máscara ou como defesa (Lebrun, 2004 p.141, grifos nossos).

A ampliação paralela da necessidade de cuidados está diretamente ligada à ideia de um aumento de patologias que evidenciam o que é da ordem do arcaico. Mas será que podemos falar em aumento? Alguma patologia em psicanálise não evidencia o arcaico? E do que trata esse arcaico? Ele está distante da sexualidade? Deixamos as respostas para quando discutirmos o significado do arcaico. De qualquer modo, não podemos negar a importância que o cuidar, também como conceito, tem exigido da comunidade científica.

Figueiredo (2009) estudou esse tema de modo mais detalhado sob a denominação de *metapsicologia do cuidado*. O autor acredita que o sentido mais profundo de todas as práticas que envolvem o cuidar é o de promover para o sujeito uma possibilidade de “fazer sentido”. “Fazer sentido equivale a constituir para o sujeito uma *experiência integrada*, uma *experiência de integração*” (Figueiredo, 2009, p. 134). Entendemos que se trata de experiência, daquilo que pode ser vivido como “ensaios”, ou seja, como espaço para as tentativas de acerto e erro. O autor cita como funções do cuidar o *holding* (sustentação), de Winnicott (1960), que nos possibilita uma experiência de “continuidade”; a “função de *containing*”, de Bion (1970), que nos

possibilita as “experiências de *transformação*” (Ogden, 2004); a função de *reconhecer* [Winnicott (1971) e Kohut (1978)] e as funções de *interpelar*, *seduzir* (Laplanche, 1992) ou de *reclamar* (Alvarez, 1992). Sem essas funções “o objeto dos cuidados não acede à vida e à humanidade” (Figueiredo, 2009, p. 138) bem como não desenvolve a confiança em si e no mundo.

O modo de subjetivação apresentado pelos casos-limite se mostra por meio de diversas formas descritivas. Villa e Cardoso (2004) salientam que as diversas descrições não se referem apenas a variações terminológicas. “Cada termo comporta diferentes pontos de vista a respeito de um ‘mesmo’ objeto de estudo, além de apontar, de forma particular, para diversas perspectivas quanto a estratégias de tratamento” (Villa e Cardoso, 2004, p.60).

Maria Teresa Melo Carvalho (2004) confirma que o leque de tais manifestações é muito vasto. Mas, segundo a autora, “entre as que são citadas com maior frequência incluem-se os chamados casos-limites ou *borderline*, os fenômenos psicossomáticos, as toxicomanias ou adições em geral, os distúrbios alimentares, as depressões e a ‘síndrome do pânico’” (Carvalho, M.T.M., 2004, p.152). Ampliando esse leque, a autora cita também a normopatía, os espectrais e a presença de um núcleo esquizóide nos processos de subjetivação contemporâneos.

Ampliando um pouco mais esse leque, Figueiredo (2003) e Green (1988a) apresentam os muitos autores que se dedicaram ao estudo dos pacientes fronteirços e propuseram modelos conceituais diferenciados. Green (1988a) afirma que “desde as primeiras descrições clínicas do paciente fronteirço, há meio século (Stern, 1938), uma enorme quantidade de trabalho – dados clínicos, variações técnicas, construtores teóricos – acumulou-se na literatura psicanalítica” (Green, 1988a, p. 66). Figueiredo

(2003), por sua vez, traz a contribuição de Fairbairn (1952/1980) no que se refere aos casos esquizóides.

Marucco (2007) salienta que essa clínica ainda apresenta os sintomas conhecidos (angústia, rituais obsessivos, fobias e, particularmente, as patologias marcadas pela dor da repetição), mas que a atualidade tem sido marcada pela presença de mais e mais pessoas que chegam aos consultórios perguntando “pelo seu destino”. Nesse sentido,

a consulta, hoje, não se expressaria apenas como busca do alívio para este ou aquele sintoma, mas também como tentativa (mais ou menos manifesta) de encontrar os porquês de *uma maneira de viver* que acaba sempre em sofrimento. Esse questionamento leva o indivíduo a buscar indícios que lhe permitam compreender essas marcas ‘soterradas’, isso que, fundido *na própria raiz de seu ser*, faz com que se perca no sem sentido do ato, do que se esconde em cada repetição compulsiva (Marucco, 2007, p. 128, grifos do autor).

O autor está se referindo ao ato sem sentido de uma maneira de viver. E essa compulsividade repetitiva, podemos falar adita, caracteriza-se “por produzir *transtorno* e não *sintoma*” (Schwartzman, 2004, p.140). Se o sintoma freudiano diz de uma formação de compromisso entre as representações recalçadas e as recalcentes, o transtorno opera aquém da possibilidade de construção representativa e se manifesta por meio de algum tipo de ação compulsiva.

E como o leque de tais manifestações é amplo, os casos fronteiriços se apresentam como “terra de ninguém” (Green, 1988a) ou, podemos pensar, “terra de todos”, pois seus próprios limites classificatórios são pouco definidos. Os mecanismos de defesa tradicionalmente encontrados na clínica dos psicóticos, um funcionamento aparentemente neurótico e as atuações típicas das perversões fazem com que neurose, psicose e perversão apareçam nuançadas, obnubilando a capacidade do analista de compreendê-las simplesmente em termos das delimitações clássicas.

Nessa “terra de ninguém”, uma questão sempre discutida é a de saber se essa fenomenologia deve ser reconhecida ou não como uma estrutura específica. Jean

Bergeret (1998), por exemplo, fala da existência de uma série de entidades clínicas que não podem fazer parte das estruturas psicóticas nem neuróticas. Ele diz que desde “os trabalhos de Eisenstein, em 1949, principalmente, agrupa-se a maioria dessas entidades sob o vocábulo inglês *borderline*, traduzido por ‘casos limítrofes’ (*cās limites*) ou, mais comumente, ‘estados limítrofes’ (*états limites*)” (Bergeret, 1998, p.118). Tratar-se-ia de uma nova forma de organização psíquica.

Por sua vez, Lebrun (2004) diz que não vê como indicar uma nova estrutura de aparelho psíquico. A partir da ideia de um simbólico virtual que atua na sociedade – um simbólico cuja especificidade é existir em potência e não em ato - ele defende que o “estado-limite” é, em si mesmo, correlato do desenvolvimento de um simbólico que mantém a crença no “tudo é possível” ou no “nada é impossível”. Essa crença permite a evitação da confrontação com uma ‘impossibilidade estrutural’. “Tudo se passa como se nossa sociedade não veiculasse mais a dimensão dos interditos fundadores” (Lebrun, 2004, p. 120).

Apesar de bastante interessante e bem construída a argumentação de Lebrun (2004), essa discussão não é das mais simples. Villa e Cardoso (2004) apontam duas grandes correntes que se posicionam em relação ao modo de nomear essa nova fenomenologia. De um lado existe a corrente dominante na escola inglesa que concebe os “‘estados-limite’ como quadro clínico específico, com etiologia, com sintomas peculiares, o que vem justificar a proposta de uma modalidade singular para o seu tratamento” (Villa e Cardoso, 2004, p. 60).

De outro lado há uma corrente bastante difundida entre os autores franceses que não configuram os estados ou situações-limite como uma estrutura determinada. Para esse grupo as situações-limite “dizem respeito a determinados aspectos da personalidade, ou a modalidades particulares de funcionamento psíquico. (...) Apontam

para algo transitório (...) (que) não está necessariamente referida a algo fixo e estrutural” (Villa e Cardoso, 2004, p.61). Embora concordemos com o fato de que a clínica dos estados limite indique uma modalidade singular de tratamento, consideramos apressado falarmos em novas estruturas. Neste momento, preferimos pensar em modalidades particulares bem organizadas de funcionamento psíquico, mas não “fixadas” estruturalmente.

Chabert (2008) prefere o termo funcionamento limite. Ela considera a expressão *estados limites* estática e, eventualmente, pontual e transitória.

O funcionamento limite constitui um modo de organização psicopatológica extremamente determinada e, no todo, relevante de complexidade sobre o plano clínico, que revela uma vasta diversidade de suas manifestações e se caracteriza por uma grande heterogeneidade, e sobre o plano metapsicológico, na medida onde esses funcionamentos provocam questões centrais em torno da percepção e da projeção, da dialética do interior e do exterior, à propósito da implicação e da articulação entre o arcaico (não assimilável apenas às produções psicóticas) e o sexual edipiano (Chabert, 2008, p.94, tradução nossa).

A enorme expansão das questões levantadas pelos casos-limite no campo clínico psicanalítico trouxe a evidência de que existe uma infinidade de interpretações para tais questões. Green (1988a) faz um percurso pela literatura psicanalítica e relaciona algumas questões consideradas importantes para o estudo desses casos:

“(…) (1) o papel do ego, o *self* e o narcisismo, com os primitivos mecanismos de defesa da dissociação e divisão, e suas conseqüências: descatexia e identificação projetiva; (2) a função das relações objetais, com especial atenção à agressividade pré-genital e sua influência sobre os processos de pensamento; (3) a presença da ansiedade psicótica e seu impacto sobre a função vinculadora dos processos psíquicos, com conseqüências para o pensamento verbal; (4) as falhas na criação de um espaço transicional, com a função dual e coexistente do princípio de prazer e do princípio de realidade e um padrão de relações de elo duplo; (5) a condensação de objetivos pré-genitais e genitais, dando um duplo significado a cada um deles, que se refere automaticamente um ao outro; (6) o papel de uma relação complementar no contexto analítico, com a contratransferência tornando-se um portador da comunicação do paciente mais que um obstáculo a sua compreensão; (7) a noção de distância psíquica, necessária para impedir tanto a falta de comunicação como a intrusão” (Green, 1988a, p.76)

Todos esses elementos tentam abarcar as questões específicas dessa clínica e têm exigido dos psicanalistas um deslocamento de suas próprias concepções (daquilo que Figueiredo, 2009, chama de “escolas”). Os estudos de autores psicanalíticos tais como Melanie Klein, Fairbairn, Winnicott e Bion, além de outros, tais como Kohut e a psicologia do *Self* tornaram-se importantes referências de estudo para os teóricos e pesquisadores tradicionalmente freudianos.

Os autores citados acima desenvolveram seu trabalho clínico e teórico a partir de organizações patológicas inicialmente excluídas por Freud das indicações para análise. E, desse modo, privilegiaram, desenvolveram, aprofundaram e até modificaram aspectos do funcionamento psíquico que foram descritos por Freud, quando de seus escritos sobre a clínica dos psicóticos. Segundo Anzieu (2000), M. Klein, Winnicott, Bion e Kohut, por exemplo, “inventaram novos conceitos (...) específicos de novos domínios: a criança, o psicótico, os estados-limite, as personalidades narcísicas, aos quais permitiam estender a teoria e a prática psicanalítica” (Anzieu, 2000, p. 20).

Se “não há mais consenso sobre o entendimento psicanalítico” (Green, 2001), não podemos pensar que isso significa um caos nos atendimentos e uma necessidade de abandonarmos os pilares freudianos. Importante se faz ressaltar que esses estudos se tratam de diálogos entre diferenças e de tentativas de compreensão dos impasses apontados pela clínica e pela necessidade de aprofundamento do conhecimento deixado por Freud.

Green (1999) sublinha a importância de não pensarmos em um ecletismo teórico. Entendemos que não se trata mesmo de um ecletismo teórico, até porque os novos conceitos e os novos domínios criaram também modos de concepção do funcionamento psíquico diferente do modelo apresentado por Freud. Os diálogos

atualizam as diversas propostas teóricas e os diversos modos de leitura e compreensão do processo clínico psicanalítico.

Em meio a tantas possibilidades somos levados a pensar numa questão lançada por Maria Teresa Melo Carvalho (2004) sobre o lugar do recalçamento e da sexualidade infantil nas patologias que parecem escapar ao modelo clássico. “As novas psicopatologias da contemporaneidade, com seu leque de manifestações corpóreas e narcísicas estariam indicando-nos um novo modelo do psiquismo cuja operação fundamental não seria mais o recalçamento da sexualidade infantil?” (Carvalho, 2004, p. 160), pergunta-nos a autora. Não, responde. “A sexualidade infantil continua mantendo sua primazia no inconsciente” (Carvalho, 2004, p. 161). Compartilhando desse pensamento, mais do que precisar a ideia de novas patologias, interessa-nos a compreensão metapsicológica presente nos processos de subjetivação desses casos clínicos.

Pensando em nível metapsicológico, Celes (2007), revisitando e pontuando a contemporaneidade do caso Dora, reflete sobre a questão dos casos limites por meio das semelhanças estruturais entre esses casos e o caso freudiano apresentado em 1905. Para o autor, existe um princípio pulsional da sexualidade que guia as repetições e as relações. Não desconsiderando a importância daquilo que é da ordem das relações de objeto, Celes (2007) afirma que o que precisa ser entendido em todos esses casos é o caráter pulsional da sexualidade. Nesse sentido, os solavancos da clínica que descentram os profissionais e complexificam a teoria são modos de renovação das questões psicanalíticas “quanto ao impossível de ser dominado, de ser completamente inteligível” (Celes, 2007, p. 7). Este é o nosso entendimento. Resta-nos saber de que renovações estamos falando na atualidade.

Também em nível metapsicológico, Figueiredo (2009) afirma que esses “novos visitantes” apresentam “as patologias do *self*, os transtornos no campo da pulsionalidade e os problemas nos ‘processos terciários’ de simbolização (ou seja, as falhas nas cadeias de mediação entre os processos primários e processos secundários)” (Figueiredo, 2009, p.20). Em outro trabalho onde ele fala do mesmo assunto, o autor diz que os pacientes fronteiriços caracterizam-se por

uma estrutura marcada pela instabilidade e pela ausência de estratégias sintomáticas bem organizadas. É exatamente a ausência de estratégias sintomáticas estáveis que produz toda sorte de confusões com diversos quadros neuróticos, psicóticos e perversão. (...) A intensa instabilidade é uma das mais conspícuas marcas da *doença dos limites* ou das fronteiras (Figueiredo, 2003, p.83, grifos do autor).

O autor afirma que essa instabilidade sintomática tem sua origem em um padrão oscilatório que diz de um “tudo ou nada”. Em outro trabalho, Figueiredo (2004) nos diz que o paciente *borderline* vive uma oscilação entre o polo esquizóide e o polo narcisista. Nos dois polos o que interessa é a manutenção da onipotência infantil experimentada no narcisismo primário e a recusa da diferença e da exclusão (vivas como desamparo intolerável). Podemos encontrar semelhanças entre essa descrição e aquela descrita por Anzieu (2000) sobre a diferenciação entre personalidades narcisistas e estados-limite. Segundo Figueiredo (2004),

No adoecimento esquizóide, a onipotência infantil é preservada em oposição à dependência às ameaças de desamparo que lhe são correlatas. A estratégia defensiva é a da criação de uma auto-suficiência absoluta em que os objetos internos, sob controle onipotente, ocupam todos os espaços e recebem todos os investimentos. No adoecimento narcisista/paranóide, a onipotência é preservada em oposição à separação, vivida ela também como desamparo. A estratégia defensiva inclui a negação da separação entre o externo e o interno, com uma adesão simbiótica a todos os objetos (Figueiredo, 2004, p. 506).

Essa alternância de sintomas entre o tudo e o nada seria uma tentativa de manutenção da onipotência infantil ou uma reação diante da impossibilidade de vislumbrar uma saída possível dessa alternância?

Pontalis (1977/2005) afirma que a experiência dos limites, vivida na própria realidade do processo analítico, exige do profissional modos diferenciados de atuação. Duas formas de contratransferência são colocadas diante daqueles sujeitos/pacientes que se situam *aquém* ou *além* do espaço psíquico intrassubjetivo: exclusão (o analista faz uma espécie de blindagem para se proteger de uma fusão forçada pelo paciente) e inclusão (abertura constante para o que ele pressente estar ausente).

Segundo Figueiredo (2003), o paciente *borderline* se caracteriza pelos constantes ataques às reservas do analista. Entendemos que esse paciente convida o analista a sair de seu próprio centro, impelindo-o a se descentrar; é como se o paciente dissesse inconscientemente ao analista: quero ver você atuando descentradamente. Neste caso parece que o analista precisa mesmo acompanhar o paciente no seu descentramento. Pensamos que, ao menos em alguns momentos, o profissional e o paciente convivem na borda, no limite.

Pontalis (1977/2005) nos faz entender que *entre o sonho e a dor* existem os conceitos psicanalíticos que se “mexem na obra porque remetem efetivamente a uma mobilidade no seio da realidade psíquica” (Pontalis, 1977/2005, p.23). Entendemos que, para o autor, encontraremos *entre* esses dois polos, o sonho e a dor, o desafio de travessia dos fronteiros:

Num pólo, o sonho, protótipo das formações do inconsciente, onde os anseios contraditórios da infância podem-se realizar e ao mesmo tempo se oferecer à decifração; o sonho: objeto de angústia e de enlevo, de nostalgia e... de análise. No outro pólo, a dor, que embaralha as fronteiras do corpo e da psique, do consciente e do inconsciente, do eu e do outro, do fora e do dentro; a dor: nos limites da análise com certeza, mas no próprio centro, ausente, de nossa fala, brecha tapada que a provação do luto e da loucura sempre pode reabrir (Pontalis, 1977/2005, p.22).

Para o autor, encontraremos entre esses dois polos uma neurose de transferência e um agir em que o infantil é mais apresentado do que representado; e também uma oposição entre a libido de objeto e a libido narcísica, entre uma problemática edipiana e uma problemática do eu, entre a castração e a perda, entre a falta e o vazio. Para Marucco (2007) é possível falar que entre a recordação e o destino existe a repetição. Podemos também falar que entre o sonho e a dor existe o trauma e muitos destinos. Esse é o desafio da clínica dos fronteirços, ou do que é fronteirço nos sujeitos da clínica.

Podemos considerar que o próprio processo de constituição dos limites entre interioridade e exterioridade, entre sujeito e objeto, entre o sujeito e o outro conjuga-se ao processo da castração simbólica. Se por um lado o profissional está (re)constituindo fronteiras debilitadas do eu e, nesse momento, confirmando o que, na fala do paciente, apresenta-se em construção, está, também e em concomitância, em seu incessante trabalho de tradução e de tentativa de desconstrução do que está totalizado e fixado, a fim de que o sujeito sustente-se diferenciado psiquicamente e em trânsito.

Também é possível pensar que nesse entre está localizado o próprio trabalho de atualização do legado freudiano. Alguns falam numa crise do entendimento psicanalítico, mas outros se posicionam na certeza de que essa constante atualização diz do próprio trabalho da Psicanálise, incansável, tal qual o funcionamento psíquico. Estamos no segundo grupo.

O limite e a fronteira como conceitos psicanalíticos

Mesmo após algumas décadas, os denominados *casos fronteirços* (Green, 1988a), *casos-limite* (Green, 1990) ou estados limite (Green, 1999/2008) continuam recebendo uma atenção crescente da comunidade psicanalítica. Mais do que pensar em

novas patologias, entendemos que a questão primordial é a continuidade e a sustentação de um pensamento clínico e metapsicológico. Na história da psicanálise, os *pacientes difíceis* são aqueles que evidenciam os limites das premissas clínicas e teóricas vigentes no meio psicanalítico.

Freud sempre manifestou as dúvidas de suas construções teóricas por meio da apresentação de casos que mostravam o limite de sua compreensão sobre o aparelho psíquico. Ao longo de sua vida, seus estudos estiveram em contínuo recomeço, pois esses pacientes lhe revelavam o quanto as dúvidas, os retrocessos e as crises também faziam parte da própria construção clínica e teórica da psicanálise, o constante *passo além*. Pode-se dizer que esse modo de pensar é um dos legados freudianos.

Do mesmo modo que Freud (1905/1986) elevou a sexualidade à categoria de conceito, afirmando que ela estrutura e fundamenta a constituição da subjetividade e determina os diversos destinos humanos, Green (1988a) propõe a ideia de limite como conceito psicanalítico:

Ao definir o limite como um conceito, e não simplesmente como noção que serve como linha de demarcação entre dois territórios, André Green cria as condições para transformar o limite *em um dos elementos fundantes do aparelho psíquico*, pois nele residirá a possibilidade de paraexcitação e modulação, de mediação, de transição e de transformação. O limite se torna assim uma formação psíquica que permite transitar entre separação e junção, elaborando cortes e suturas e possibilitando o desenrolar do constante processo de criação de sentido da experiência humana (Candi, 2010, p.197, grifos nossos).

Por que fundante? Porque cabe à constituição e sustentação dos espaços limite/fronteira a possibilidade de operação dos processos de junção-disjunção, ou seja, a possibilidade dos trânsitos psíquicos e o desenrolar do constante processo de criação de sentidos das experiências humanas. Green (1988a) nos diz que uma função básica do psiquismo é trabalhar em prol da separação, com o objetivo de conquistar a adaptação, a individuação e a autonomia. No entanto, esses processos estão acompanhados de um

outro sistema que une e trabalha no sentido de restabelecer uma comunicação entre os elementos que estão separados.

O trabalho de junção-separação, denominado por ele de *simbolização*, busca contornos possíveis. E “requer a divisão de dois elementos e sua conjunção, a fim de criar um terceiro elemento, que se compõe dos dois elementos divididos, cada qual permanecendo o mesmo e tornando-se uma reunião de um diferente” (Green, 1988a, p. 80, grifos do autor). Esse trabalho, denominado pelo autor de processos terciários, é entendido como uma marcha que põe em relação os processos primários e secundários, de modo que cada um deles exista separadamente e, ao mesmo tempo, em estreito vínculo. A coexistência dos processos, em um permanente trabalho de rivalidade e conjunção, permite a noção de *mobildade libidinal*, um equilíbrio instável. Diz Green (1996):

A noção de equilíbrio instável dá conta dos processos entre o “deslocamento incessante” e o “definitivamente coagulado”, entre o convite repetitivo do que está em outra parte e a prisão definitiva do aqui, entre o caos e o imobilismo. Os dois processos, embora contrários, são igualmente mortíferos. O jogo duplo dos processos primários e secundários protege contra a tirania exclusiva de uns sobre os outros (Green, 1996, p. 187, tradução nossa).

Esse jogo duplo permite um trabalho de simbolização que não pode se esgotar em uma lógica simbólica. As interpretações das produções do inconsciente nunca oferecem “a chave do enigma” de forma clara e definitiva. O discurso e o pensamento nunca se fecham por inteiro e são esses “buracos” que permitem uma lógica em consonância com a lógica do desejo. Nesse sentido, Green (1996) acredita que a normalidade se faz por intermédio das relações terciárias, que põe em relação os processos primários e secundários, e não podem se esgotar no ponto de vista econômico.

“Há que se referir a algo mais específico: tem que poder funcionar um campo de ilusão tal como descrevera Winnicott. Dito de outro modo, deve garantir a possibilidade do jogo em um espaço potencial onde se possa fazer *como se*” (Green, 1996, p. 188, tradução nossa). Trata-se de um espaço onde o bebê e, posteriormente, o adulto transitam entre a inabilidade e a habilidade para perceber e aceitar a diferença e a similaridade. Um lugar onde o sujeito tem uma ilusão de repouso, de por momentos ser inteiro e de ter a posse de si mesmo. Sim, é verdade que Green trouxe de Winnicott a ideia de um espaço potencial, que tem o estatuto de um paradoxo.

Vila e Cardoso (2004) afirmam que “a esses espaços, que possuem características dos dois campos em divisão, constituídos por uma espécie de ‘formação de compromisso’ entre ambos, o autor (referindo-se a Green, 1990 e 1999) considera como *zonas de elaboração psíquica*” (Vila e Cardoso, 2004, p. 66, grifos do autor). Entendemos ser esse o espaço onde o sujeito pode fazer o que Freud (1925/2007) denominou de teste de realidade, ou seja, a constituição da realidade psíquica ao mesmo tempo em que cria uma realidade externa.

Nesse sentido, podemos dizer que o limite como ideia e não como conceito está na própria herança deixada por Freud, por meio dos seus mais diversos construtos teóricos. Vila e Cardoso (2004), pesquisadoras interessadas na noção de limite, citam alguns conceitos freudianos onde a noção de um espaço de fronteira está presente: pulsão (entre o corpo e o psiquismo), fantasia e realidade (entre realidade psíquica e realidade externa), pulsão de vida e de morte (entre o representável e o que está fora dos limites da representação), narcisismo (entre a neurose e a psicose e, também, como diz Freud [1915], entre o autoerotismo e a relação objetal). Também encontraremos a noção de limite na ideia de um aparelho psíquico dividido em consciente, pré-consciente e

inconsciente (primeira tópica) e, posteriormente, dividido em eu, superego e id (segunda tópica). Ao se referir à segunda tópica, Freud nos diz que:

Ao pensar nessa divisão da personalidade em um ego, um superego e um id, naturalmente, os senhores não terão imaginado fronteiras nítidas como as fronteiras artificiais delineadas na geografia política. Não podemos fazer justiça às características da mente por esquemas lineares como os de um desenho ou de uma pintura primitiva, mas de preferência por meio de áreas coloridas fundindo-se umas com as outras (...). Depois de termos feito a separação, devemos permitir que novamente se misture, conjuntamente, o que havíamos separado (Freud, 1932, p. 83-84).

É possível perceber que a própria fronteira para Freud diz de espaços onde as diversas lógicas se fundem, diferenciam-se e, também, coexistem. Mas coube aos seus inúmeros seguidores dar continuidade a esse pensamento sobre como as diversas fronteiras do Eu e do aparelho psíquico se constituem. Algo que Green (1988a) denominou de duplo limite, dando a ideia de que precisa haver uma dupla constituição dos limites interno/externo (Real/psiquismo) e entre as diversas instâncias do aparelho (soma/psiquismo). Segundo Candi (2010),

o primeiro limite (dentro/fora) funciona a partir da lógica das moções pulsionais e, portanto, possui uma temporalidade evacuativa emergencial baseada na urgência das satisfações pulsionais; o segundo limite, por sua vez funciona a partir da lógica dos processos primários e da temporalidade atemporal do inconsciente. Quando o psiquismo não é mais contido pelo limite horizontal do recalque-retorno do recalçado, será acionado o limite vertical no nível intersubjetivo, colocando em risco a diferenciação *self*/objeto externo, dentro/fora (Candi, 2010, p. 258).

É possível pensar que se o nível vertical se sobrepõe ao nível horizontal, o que se manifesta como prioridade é a constituição das diferenciações entre o *self* e o mundo externo. Tudo o que se refere aos conflitos intrapsíquicos parece ceder espaço aos mecanismos de defesa que funcionam como expressão de uma vida psíquica ameaçada. Não é à toa que, no se refere à problemática dos limites e aos casos-limite da atualidade, grandes discussões digam respeito à emergência do narcisismo (Lazzarini,

2006) como uma outra lógica subjacente aos conflitos edípicos. E no que se refere à essa outra lógica, Anzieu (2000) afirma que:

Todo conflito psíquico inconsciente se desenvolve não só em relação a um eixo edipiano como também em relação a um eixo narcísico (B. Grunberg, 1971). (...). Existe um funcionamento originário, de natureza pictogramática, do aparelho psíquico, *mais arcaico* que os funcionamentos primário e secundário (Castoriadis-Aulagnier, 1975). Um *espaço* imaginário se desenvolve a partir da relação de inclusão mútua dos corpos da mãe e do filho, por um duplo processo de projeção sensorial e fantasmática (Sami-Ali, 1974). (...) O *infants* adquire a percepção da pele como superfície quando das experiências de contato com seu corpo com o corpo da mãe e no quadro de uma relação de apego com ela tranquilizadora. Ele assim chega não apenas à noção de *um limite entre o exterior e o interior, mas também à confiança necessária para o controle progressivo dos orifícios*. (...) O bebê recebe esses gestos maternos primeiro como uma estimulação e depois como uma comunicação. *A massagem se torna mensagem*. A aprendizagem da palavra requer principalmente o estabelecimento prévio de tais comunicações pré-verbais precoces. (...) É inegável que há, com o desenvolvimento da criança, erotização da pele (...). A sexualidade genital, e mesmo auto-erótica, só é acessível àqueles que adquiriram o sentimento mínimo de uma segurança de base em sua própria pele (Anzieu, 2000, 59-61, grifos nossos).

A esse sentimento mínimo de segurança Anzieu (2000) denomina de Eu-pele, uma representação bastante precoce que a criança tem de si mesma. Essa representação se baseia na noção de um psiquismo constituído a partir das experiências da superfície do corpo. Desta origem epidérmica, contato corpo a corpo entre mãe/bebê, é que se origina a *possibilidade do pensamento*. Segundo o autor, do mesmo modo que o contato corpo a corpo se faz necessário para o sucesso da constituição de um eu-pele (um primeiro espaço psíquico), o interdito do tocar, que promove a gradativa separação entre os corpos da mãe e do bebê, é importante como organizador da sexualidade genital e da ordem social. Trata-se de uma mudança no modo principal de comunicação da criança com o meio que a circunda.

Mas é justamente essa segurança de base que está comprometida nos casos-limite. Algo não aconteceu e não promoveu a devida separação entre os corpos da mãe e

do bebê. O paciente *borderline* tem como problemática central uma fragilidade nas fronteiras do eu, manifestado por um aprisionamento mortífero e expressado por meio de uma intensa vulnerabilidade ou um imobilismo. É por isso a atenção dada pelos pesquisadores da atualidade aos primórdios da vida psíquica, ao arcaico. É desse conceito que nos ocuparemos a seguir.

Sobre o significado do arcaico

A exigência de compreensões acerca do significado da herança freudiana no que diz respeito aos primórdios da vida psíquica, atentando para o significado do arcaico e do pré-genital, tem sido uma tônica quando o assunto está relacionado aos casos limites. Essa discussão leva em consideração dois pontos fundamentais: a importância da mãe nos primórdios da vida psíquica e a presença pulsional que exige satisfação.

Em seu texto denominado *Construções em análise* (1937b), Freud afirma que a vida psíquica se mantém desde seus primórdios e que o trabalho de reconstrução em análise aproxima-se ao do arqueólogo, aquele que redescobre moradas destruídas e soterradas. Só que o objeto cuja “história primitiva” o analista está tentando recuperar não está destruído, ainda permanece vivo. Em relação ao psiquismo “todos os elementos essenciais estão preservados; mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao indivíduo” (Freud, 1937b/1986, p. 277).

Todos os elementos estão presentes, mesmo que enterrados e inacessíveis. E essa presença esquecida que se repete faz com que o passado não passe, o futuro não chegue e o presente, estagnado e rendido, apresente, como sintoma, o retorno do recaiado ou, muitas vezes como destino, as repetições de marcas irrepresentáveis no psiquismo. Desejo e trauma, pelas vias da recordação reconstruída e da repetição em ato

apresentam o arcaico em Psicanálise. E o trabalho de análise “consistiria em libertar o fragmento de verdade histórica de suas deformações e ligações com o dia presente real, e em conduzi-lo de volta para o ponto do passado a que pertence” (Freud, 1937b/1986, p. 286).

Segundo Marucco (2007) a repetição (*agieren*), podendo ser entendida como repetição junto à recordação (representada/recordada/edípica), repetição no lugar da recordação (não-representada/podendo ser representada/narcísica) ou repetição à maneira de um destino (irrepresentável/marcas mnêmicas ingovernáveis que às vezes se disfarçam de destino), inclui

uma problemática que está no núcleo dos debates da psicanálise contemporânea: a do representado, do não-representado e do irrepresentável no psiquismo. No seio dessa problemática, e *nos primórdios do nascimento psíquico*, inaugura-se a *relação dialética entre a pulsão e o objeto*. A repetição traria à luz as ‘*marcas*’ dessa relação com suas transformações, suas obstruções, sua articulação particular com o *traumático* e com aquilo que está além do trauma: o *vazio*, a *ausência*, o *nada*. Diante da impossibilidade de subjetivação desse *agieren*, o sujeito parece ficar agarrado ao destino, a esse tempo retido, coagulado na repetição daquelas ‘*marcas*’ primeiras do que se poderia chamar de ‘psíquico-pré-psíquico’” (Marucco, 2007, p. 122, grifos nossos).

A própria repetição é traumática e traz à luz as ‘*marcas*’ da relação pulsão-objeto, constituindo a vida psíquica. O traumático diz de uma inscrição sem palavras, denominado por Marucco de embrião da pulsão (momento originário do psiquismo em que a pulsão, sem ser representada, está no máximo de sua potência como ato e no mínimo como significado). Segundo o autor, essa inscrição traumática é o que mais pode nos aproximar do arcaico em Psicanálise. A própria inscrição fica soterrada para sempre, mas se repete em ato. Marucco (2007) propõe que “para além da representação” deve-se buscar clinicamente, a partir de construções representativas mais próximas ao sensorial, a “construção do ato” ou a tentativa de “representação do corpo”:

E quando, no plano do sensorial, chegássemos ao signo perceptivo, próximo ao terreno alucinatório, eu proporia para a análise algo desafiante que começarei a enunciar da seguinte forma: na análise da repetição do arcaico não há história

nem palavras, mas apenas ‘situação analítica’, ou seja, *encontros que transformam* (Marucco, 2007, p. 132, grifos do autor).

A inscrição traumática, próxima ao terreno alucinatório, requer a presença de um encontro que transforme. O analista se empresta – “a mente do analista trabalhando diante da repetição do arcaico” – com o objetivo de construir fantasmas onde só existem inscrições pré-verbais. É um momento de “criação do tecido psíquico”, do nascimento do não nascido. O analista “apresenta/interpreta o que ele ouve, em sua atenção flutuante, do que o analisando fala, possibilitando a esse ouvir sua própria fala” (Carvalho, M.T.P. & Viana, T.C., 2009a).

Para Salztrager (2004), a atualidade tem exigido a indicação de algo inerente ao campo fantasmático situado para além do domínio do recalcado. Ele afirma ser importante saber que as fantasias do sujeito neurótico eram entendidas, num primeiro momento, como advindas de impressões infantis inconscientes, derivadas de material recalcado. A fantasia seria a satisfação (disfarçada) de um desejo, e estaria ligada à vida sexual da criança. A interpretação desmontava as construções do desejo inconsciente expressadas na fantasia. A partir do momento em que se levou em consideração a noção de pulsão de morte, fez-se necessário não mais só desmontar a fantasia mas também construí-la.

Esse arcaico, esse passado, remonta à origem do psiquismo, aos momentos originários do psiquismo: o nascimento psíquico. Tal fato, no entanto, não nos autoriza a fazer uma única relação possível entre o arcaico e os primórdios da vida psíquica. Segundo Green (1986), não podemos confundir o primeiro com o mais importante. Isso significa dizer que existem pelo menos dois sentidos possíveis para o arcaico: o mais antigo da vida psíquica e o princípio ordenador que viabiliza seu próprio nascimento e funcionamento. O nascimento psíquico acontece e traz, ele mesmo, um princípio

ordenador que se repete. Podemos entender que a inscrição traumática carrega um princípio (pulsional) ordenador que se repete.

Para Green (1986), Freud foi o único que verdadeiramente pensou o arcaico em Psicanálise: “presentes na forma de marcas mnêmicas herdadas, as fantasias originárias – das quais derivam todas as demais – significam a vida psíquica” (Green, 1986, p. 733, tradução nossa). O conceito de fantasia originária foi introduzido por Freud em seu artigo denominado *Um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica da doença* (1915). Ele diz:

Entre o acervo de fantasias inconscientes de todos os neuróticos, e provavelmente de todos os seres humanos, existe uma que raramente se acha ausente e que pode ser revelada pela análise: é a fantasia de observar as relações sexuais dos pais. Chamo tais fantasias – da observação do ato sexual dos pais, da sedução, da castração e outras – de ‘fantasias primevas’; examinarei, em outro lugar, com detalhes, sua origem e sua relação com a experiência individual (Freud, 1915, p.276).

Esse outro lugar está nas *Conferências introdutórias XXIII* (1916-17) e no estudo clínico denominado *O homem dos lobos* (1918 [1914]). Segundo Jorge (s/d) a fantasia da cena primária, que diz da origem do indivíduo, bem como a da castração, que diz da origem da diferença sexual, e a da sedução, que diz da origem da sexualidade, têm a ver com a origem da história individual do sujeito. O autor salienta, no entanto, que todas as fantasias originárias bem como todas as fantasias têm como denominador comum o *enigma da sexualidade*. As marcas mnêmicas carregam vestígios de um enigma: o da sexualidade – origem do indivíduo, de sua diferença sexual e de seu modo de se relacionar sexualmente.

Retomando a ideia de que o arcaico, o nascimento psíquico, para Freud responde a duas ordens de realidade - a da presença pulsional e a da presença do outro – Celes (2004) desenvolve o argumento de que o mais originário para Freud, quando nos referimos ao nascimento, é o *processo de reconhecimento que a mãe faz de seu bebê* e,

também, a *angústia do bebê*, desencadeada pelo excesso de excitação proveniente da experiência primeira de satisfação de uma necessidade atendida pela presença do outro (a mãe):

A angústia primeira (essa do nascimento, modelar das angústias posteriores), como acúmulo de excitação, denuncia a falta de psíquico, mas já num caminho entre o somático e o psíquico. A angústia seria então um sinal psíquico de sua própria falta: falta psíquica (desvalimento psíquico) expressa no corpo, eis a angústia, como ‘*mutatis mutandis*’, a pulsão é entendida por Freud como a representação psíquica da estimulação somática. Pulsão, angústia e psíquico nascem no mesmo ato, no mesmo gesto, o da primeira satisfação. Rigorosamente, então, o nascimento psíquico pode ser entendido como presença: presença pulsional (que exige trabalho), a qual presença a angústia denuncia (Celes, 2004, p. 46).

A falta psíquica se expressa no corpo por intermédio da angústia, cuja função é a de evidenciar uma exigência de trabalho para dar caminho à pulsão nascente e ainda sem trânsito. À satisfação da necessidade associa-se um prazer, caracterizado pelos primeiros traços mnêmicos de satisfação alcançada e anunciando os primeiros esboços do psiquismo. À pulsão é dado um valor de ser uma coisa naturalmente dada ou constituída desde o início a exigir trabalho. O autor nos lembra a ideia freudiana de que o nascimento físico deixa o bebê numa condição de desamparo, de dependência absoluta.

O nascimento psíquico é, desse modo, medida de proteção contra a própria morte, contra a quantidade e intensidade de excitações que invadem o corpo do bebê. Diz ainda o autor: “a exigência da constituição psíquica para o trânsito da pulsão evitando a angústia, revela uma ação de Eros, de vida: um esforço de ligação” (Celes, 2004, p. 48).

A ação de Eros é trabalho de vida, o que leva Celes (2004) a pensar na ideia da exigência de um psiquismo continuamente renascendo e renascido: “como se o psíquico, não obstante já nascido, novamente se visse sob a urgência de constituição de novos trâmites de pulsão, novos caminhos psíquicos” (Celes, 2004, p. 49). Para o autor,

o renascimento psíquico deve ser entendido como “*atualização* ou *presentificação* da experiência *originária* de nascimento, em sua relação característica *desvalimento-pulsão*” (Celes, 2004, p.49, grifos do autor). A cada renascimento, pensamos, atualizações traumáticas.

Eros também vem marcar a presença do outro no nascimento psíquico. Cabe à mãe criar meios para que o bebê se identifique e se olhe como ela o olha. “A representação dessa identificação constitui o fundamento para a constituição do eu como instância” (Celes, 2004, p. 53). A mãe fornece, por meio de seus cuidados, uma delimitação corporal e a constituição da sexualidade auto-erótica. “O auto-erotismo deve então ser entendido como uma situação secundária, sendo a originária a presença do outro na satisfação” (Celes, 2004, p. 53). Algo que, como veremos, está relacionado ao trabalho do negativo (Green, 1993/2010).

Desse modo, o autor nos diz que o nascimento do eu e o nascimento da sexualidade dizem do nascimento psíquico e estão profundamente ligados um ao outro. Essa experiência de nascimento se repete e se atualiza por meio de um imperioso trabalho de fazer transitar a pulsão. E o recalçamento, “que constitui o psíquico em seu sentido pleno” (Celes, 2004, p. 57), diz de um processo que abrange a presença do outro, a invasão pulsional, o narcisismo e o Édipo. Recalçamento primário – constituição de um psiquismo rudimentar – e secundário – associado ao complexo de Édipo e ao complexo de castração – resultam na constituição do supereu.

É possível agora pensar na proposta de Green (1986) de fazer uma leitura do arcaico em Freud *à posteriori*, pois a potência ordenadora nem sempre aparece primeiro:

Se for verdade que o inconsciente está marcado pela inscrição dos mecanismos psíquicos mais primitivos, próprios dos começos da vida psíquica, e que ignora o tempo, é razoável pensar que as estruturas edificadas sobre as inscrições originárias não se limitaram a superpor-se sobre elas. Não se constituíram *sobre*

o arcaico, senão *contra* ele. Tentaram modificar seu funcionamento por meio da ligação, da simbolização, da diferenciação, etc. Em suma: leiamos o arcaico em posterioridade, única maneira de nos referirmos a ele. O adivinharemos ou o deduziremos *à posteriori*, por trás ou debaixo dos parapeitos que foram erigidos contra sua potência ameaçadora. (Green, 1986, p. 737, grifos do autor, tradução nossa).

Nesse sentido, o arcaico deve ser buscado na última instância a aparecer no aparato psíquico: o supereu, nascido a partir de uma divisão do eu. Para Green (1986), não podemos falar de um id arcaico, porque o arcaico é o próprio id e dele nada sabemos. Também não podemos falar de um eu arcaico, porque este eu está dominado pelas pulsões, fragmentado, incapaz de superar a angústia, indiferenciado em sua relação com o objeto e, por isso, não nos permite alcançar suas potências ordenadoras. O arcaico, nesse caso, apenas mostraria o estado de confusão entre o pulsional, o objeto e o eu. Mas podemos falar de um supereu arcaico, pois ele é o arcaico por excelência. Nasce diferenciado do eu, mas enraíza-se no id:

O supereu do filho não se forma a partir do modelo de seus pais, mas a partir do supereu deles. Sua estrutura contraditória – presa ao corpo pelo id, insere-se no mais carnal e está contida na relação do filho com as imagens parentais – é sem dúvida a situação mais favorável de onde podemos induzir a perenidade do arcaico, aqui onde parece haver desaparecido por completo (Green, 1986, p. 738, tradução nossa).

Segundo Green (1986), só podemos alcançar a relação do supereu com aquilo que liga o eu do filho a seus pais por meio da função do ideal. O ideal é para o supereu o que a pulsão é para o id. Para o autor, o par supereu e ideal do eu tem dado material para diversas distinções, mas parece existir um acordo sobre suas relações: enquanto o supereu é o herdeiro do complexo de Édipo, o ideal do eu é o herdeiro do narcisismo primário. E tudo indica que o primeiro está relacionado ao sentimento de culpa e o segundo ao sentimento de vergonha: “O sentimento de culpa se relaciona com as tensões que se estabelecem entre o eu e o supereu, ao passo que no sentimento de vergonha isto se dá entre o eu e o Ideal do Eu” (Lazzarini, 2011, p. 10).

Em seu texto *À guisa de introdução ao narcisismo* (1914/2004), Freud coloca a formação do ideal como condição para o recalque e nos fala da possibilidade de

encontrarmos uma instância psíquica especial que, atuando a partir do ideal-do-Eu, se incumbisse da tarefa de zelar pela satisfação narcísica e que, com esse propósito, observasse o Eu atual de maneira ininterrupta, medindo-o por esse ideal (...). Nesse sentido, se atentarmos para o fato de que aquilo que habitualmente designamos como *consciência moral* possui exatamente as características da instância que descrevemos, poderemos considerar que tal instância existe e atua (Freud, 1914/2004, p. 113, grifos do autor).

O Supereu como conceito só aparecerá formalmente na obra freudiana em seu texto *O Eu e o Id* (1923/2007), mas podemos vê-lo aqui claramente esboçado. Cabe ao supereu zelar pela satisfação narcísica, atuando a partir do ideal do Eu. Freud fala que o ideal do Eu foi imposto inicialmente a partir de fora e a “satisfação é obtida agora pela realização desse ideal” (Freud, 1914/2004, p. 117). Sua não realização se transforma em consciência culpada. O que inicialmente era medo de castigo dos pais ou medo de perda do amor deles transforma-se num modo de relação com o mundo e, em casos adoecidos, num modo de relação persecutória com o mundo. Lazzarini (2011) afirma que a atualidade, inclusive as teóricas, trouxe à cena a prevalência dos sentimentos de vergonha sobre os sentimentos de culpa:

Se na primeira tópica freudiana culpa e vergonha estão ligadas ao pudor e, conseqüentemente, à sexualidade, tendo como pano de fundo a essência do conflito psíquico balizada pela sexualidade e a moral, é somente a partir da formulação do narcisismo, quando Freud (1914) vê a necessidade de ampliar o conceito de sexualidade, que a vergonha ganha novo estatuto” (Lazzarini, 2011, p. 10.)

Lazzarini (2011) nos diz que a expressão da vergonha na obra freudiana coloca em evidência a insuficiência do sujeito e suas inseguranças, “pois o que o narcisismo vai reforçar são as questões referentes à ilusão da união incondicional, à ilusão da perfeição, mas também a perda do amor e do desamparo” (Lazzarini, 2011, p. 10). Nesse contexto, a autora afirma que o sentido da vergonha, para além de uma formação reativa secundária à ação do recalque, traz as marcas de uma “emoção narcísica por

excelência” (Lazzarini, 2011, p. 11) e, portanto, suscita defesas do sujeito que são “com frequência da ordem da cisão, da recusa e do retraimento, mais do que da repressão” (Lazzarini, 2011, p. 20).

Para Green (1986), os nexos estabelecidos entre Supereu e ideal do Eu mostram que uma mesma instância toma sobre si dois tipos de relação com o objeto: interiorização e identificação. A interiorização e a identificação com os objetos primários revelam em que consiste a relação arcaica. Segundo Cardoso (2010), o problema da interiorização se torna, a partir da constituição da segunda tópica, muito mais complexa. Ela diz que “já no artigo *O estranho* (Freud, 1919/1987), vemos surgir uma interioridade que não é habitada somente por um corpo estranho recalcado, mas na qual há diferentes níveis de ‘estranheidade’” (Cardoso, 2010, p. 54).

Ao nos referirmos aos primórdios da vida psíquica, estamos fundamentalmente falando do par pulsão-objeto, que acenam para dois arcaicos: um princípio pulsional que se repete desde a primeira marca de satisfação e os cuidados necessários por parte do adulto para fazer nascer o psiquismo. O nascimento psíquico, que caracteriza também o nascimento do Eu, redundando na constituição do Supereu: instância psíquica que nos permite alcançar o modo de estruturação das relações arcaicas.

Revisitar o arcaico, o que significa trabalho de fazer renascer o psíquico, a sexualidade e o eu, é medida de proteção contra a própria ação da morte, contra o excesso pulsional desligado que exige um laborioso trabalho de Eros, um trabalho de ligação. Os casos-limite têm evidenciado que renascer psiquicamente é possível, e até necessário, mas não sem a travessia de um caminho onde a própria (re)petição traumática é inevitável, pois traz as marcas da presentificação da experiência originária de nascimento. O sujeito (re)visita, por meio de um princípio que se repete - organizado sem se saber subjetivado -, uma história infantil fragmentada, que reaparece pelas vias

da recordação reconstruída. Mas também ousa reconstruir e construir aquilo que aparece como uma repetição em ato. Em ambos os casos, trata-se da relação pulsão-objeto.

Considerações sobre a noção de objeto

Antes de procedermos à apresentação daquilo que Cardoso (2010) chama de a natureza singular do objeto no estudo dos casos-limite, dada a importância de considerarmos a natureza do objeto interno e externo, definiremos, por meio de alguns autores considerados expoentes, algumas concepções de objeto em Psicanálise, com o objetivo de apreendermos contribuições teóricas para o tema em questão: a exigência de compreendermos acerca do objeto interno e externo na problemática dos limites. Queremos com isso apenas chamar a atenção para a pluralidade de objetos contemplados pelas diversas teorias. Segundo Green (1996):

Existe sempre mais de um objeto. A impossibilidade de homogeneizar os efeitos do objeto sugere fortemente a ideia da heterogeneidade do psiquismo, pondo em questão a unidade inferida a partir do sujeito e elevando, sobretudo, o problema da articulação dos diversos tipos de subjetividade com as variedades de objetos que elas põem em conexão ou que resultam vinculadas a elas, dando lugar ao desenvolvimento de organizações psíquicas postuladas pela concepção psicanalítica das instâncias (Green, 1996, p. 253, tradução nossa).

O conceito de objeto, ao longo da história da Psicanálise, dividiu a comunidade psicanalítica em dois polos diferenciados: o objeto concebido na teoria das relações objetais e o concebido na teoria da libido. As duas teorias conferem a importância do objeto na constituição do psiquismo; mas se na teoria da libido ele é primordialmente uma representação psíquica, um objeto das pulsões e, por isso, intrapsíquico; na teoria das relações objetais ele tem um estatuto de realidade e atua também em uma dimensão intersubjetiva. Pós-freudianos que estudaram a importância da dimensão intersubjetiva e as relações mãe-bebê têm sido tomados como referência para a compreensão do que tem sido apresentado pelo paciente *borderline*.

As teorias das relações objetais concebem o objeto em sua dimensão pulsional e real, sendo a mãe ou a maternagem presença obrigatória nos primórdios da vida do bebê. Fundamentados na idéia do desamparo primordial, esse bebê necessita de cuidados especiais para a constituição de si mesmo. Priorizando a dimensão intersubjetiva na clínica e nas postulações teóricas, os autores dessas “escolas” dão especial importância às falhas que podem acontecer na relação mãe-bebê. O objeto, desse modo, tem uma importante função de *holding*, palavra usada por Winnicott (1969/1994) – um dos expoentes dessa “escola” -, e de decodificador das necessidades básicas do recém-nascido.

Cabe ao objeto impedir que o recém-nascido experimente as angústias de intrusão e de separação para além de suas possibilidades maturacionais. A incapacidade da mãe de exercer tal tarefa vai impedir que o bebê constitua uma percepção de unidade corpórea, e as delimitações das fronteiras do eu tornam-se comprometidas. O estudo de tais teorias tem ganhado espaço na literatura psicanalítica freudiana pois possibilita a compreensão de aspectos não priorizados por Freud, quando do estudo da relação pulsão/objeto.

Segundo Green (1988a), Winnicott deu um passo decisivo no conceito de objeto ao fazer a distinção entre objetos transicionais, fenômenos transicionais e espaço transicional, pois

em vez de encarar o objeto como o risco ou interesse atuante entre a realidade interna e externa, trouxe à ação a noção de *fronteira*. Criando a noção do espaço potencial existente no ponto de separação entre o *self* e o objeto, fazendo do espaço de separação um espaço de reunião, descrevendo a criação do objeto transicional dentro dele, ele nos permite resolver o dilema (Green, 1988, p.277).

O dilema apontado por Green (1988a) diz da noção de realidade psíquica, concebida em termos da contraposição realidade-irrealidade. Com a noção de objeto winnicottiana, ela será definida de “acordo com a natureza da potencialidade que extrai

infinitas transformações” (Green, 1988a, p.277). O objeto transicional é, desse modo, um objeto potencial: ele é e não é. Tal qual na linguagem onírica freudiana, “a simultaneidade toma o lugar da ação sucessiva no tempo” (Green, 1988a, p. 269). Esse objeto permite à criança suportar as longas ausências da mãe, pois, segundo o autor, “para algumas crianças o hiato é a única coisa real. (...) A ausência prolongada da mãe resultou em a criança catexizar um objeto morto, esteja, doravante, presente ou não a mãe” (Green, 1988a, p.277). A relação com esse objeto morto trará à criança uma experiência de supressão de toda experiência afetiva e perceptiva. Há, então, uma espera infinita e uma sensação por parte da criança de que não suportará sobreviver nos hiatos de tempo. Essa é a sensação descrita por muitos pacientes *borderline*.

Winnicott considerou o objeto transicional como a base para o desenvolvimento do simbólico. O objeto transicional permite que o bebê se diferencie gradativamente da mãe (do ambiente) e que tenha, a partir desse processo, a ilusão de tê-lo criado. Winnicott diz que uma mãe é boa quando consegue deixar um objeto real tomar exatamente o lugar do objeto “criado” pelo bebê, de maneira que a criança tenha a ilusão de que foi ela quem criou o objeto. A realidade psíquica é, para este autor, aquela a partir da qual o bebê alucina, cria, imagina ou concebe. A capacidade de criar um objeto traz ao bebê a experiência de (oni)potência (potência toda), importante *ensaio* para outra passagem no amadurecimento do bebê: a capacidade de posse. A (oni)potência permite a experiência do controle dos objetos criados e, a partir daí, o aprendizado de que não pode controlar todos os objetos. Os objetos transicionais permitem a constituição das diferenciações entre eu-não-eu e mundo interno e mundo externo.

Outra autora de peso no estudo da relação mãe-criança foi Melanie Klein, da qual Winnicott e Bion foram discípulos. Por sua atenção focada no modo de relação das

etapas pré-genitais, momento em que a criança consegue ainda de modo muito incipiente reconhecer sua existência autônoma e separada, essa teoria tem sido cada vez mais estudada, lançando luz a atualizações na compreensão dos casos-limite da contemporaneidade (Cintra & Figueiredo, 2006). Melanie Klein reafirma a premissa freudiana da dimensão excessiva e insaciável das pulsões, mas as considera a partir de um outro lugar. Ela lança luz sobre o caráter demoníaco e destrutivo do inconsciente e busca compreendê-lo. Teoriza sobre desejos de atacar, destruir, picar, esquarterar, engolir e defecar o objeto como se fosse um simples dejetivo. Desloca o foco de compreensão do psíquico: do conceitual para o corporal. Mas não é só isso. Trata-se de um corporal em domínio da pulsão de morte e da força da pulsão de vida atuando contra “corpos despedaçados e outras fantasias” (Cintra & Figueiredo, 2006).

Segundo Krause (1999), Melanie Klein esteve ocupada com o conceito de relação de objeto desde 1923, mas só explicitou o tema em um artigo denominado *Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos*, datado de 1935. Ela afirma que a concepção de Melanie Klein era a de que as relações de objeto, embora rudimentares, existiam desde logo após o nascimento e que essa concepção em nada contradizia a opinião de Freud, que admitia rudimentos primitivos da relação objetal logo no início da vida. Diz a autora:

Melanie Klein não acreditava que a criança apenas mantinha relações boas e más com o seio. Pensava que, desde o início, a pulsão, além de estar ligada a seu objeto, evoluía com a percepção da criança sobre estes mesmos objetos. Haveria um desenvolvimento simultâneo entre o modo de relação que a criança tinha com o objeto e o desenvolvimento da pulsão (Krause, 1999, p. 65).

Eu e libido, desse modo, desenvolviam-se e mudavam seus padrões de contato com a realidade. O primeiro objeto da criança é o seio materno, considerado objeto parcial. Criança-seio é a primeira relação de objeto, que serve de modelo para as demais. A criança suga o seio para dentro dela, mastiga-o e engole, experimentando a

sensação de posse do seio em seu interior, em seus diversos aspectos – bons e maus. Essa relação denominada de parcial evolui com o amadurecimento do eu e se torna uma relação de objeto total, onde a criança deixa de ver a mãe como um seio e a vê como uma pessoa inteira. Esse amadurecimento oferece à criança maior segurança para se aproximar dos objetos, pois as fantasias terríficas tornam-se menos intensas e ameaçadoras. O teste de realidade diz respeito ao alinhamento entre realidade interna e externa e está relacionada a uma experiência satisfatória na época do desmame.

Finalmente Fairbairn, que tem um trabalho com pacientes esquizóides. Para o autor, os esquizóides são pessoas que têm dificuldade para discriminar adequadamente entre a realidade interna e externa. Caracterizados por uma autonomia patológica, o que “subjaz a essa autonomia é uma permanente impossibilidade de superar de fato a condição de dependência” (Figueiredo, 2003, p. 47). Na busca de superar a condição de dependência, que nunca se dará de modo definitivo, as forças libidinais do sujeito procuram ligar-se a objetos confiáveis e de quem possam receber respostas adequadas. Sobre isso, Fairbairn (1952/1980) afirma que a libido não busca primariamente o prazer, mas sim objetos. Ele diz: “Naturalmente, imediatamente, ocorrerá ao leitor que o que se quer dizer por buscar prazer na teoria clássica é realmente buscar alívio da tensão libidinal, porém o que me proponho a dizer é que tal tensão é intrinsecamente a tensão das necessidades de busca de objetos” (Fairbairn, 1952/1980, p. 108).

Para ele, diferentemente de Freud, “o verdadeiro fim libidinal é estabelecer relações satisfatórias com os objetos; e, de acordo com isso, é o objeto que constitui a verdadeira meta libidinal” (Fairbairn, 1952/1980, p.108). Os fins libidinais estão intrinsecamente ligados às relações objetais. E somente as relações do organismo com os objetos podem manifestar sua verdadeira natureza. Para ele, libido e prazer não estão necessariamente ligados. Desse modo, as atividades anais, uretrais e o vomitar não

seriam atividades primariamente libidinais, já que o fim dessas atividades não é estabelecer uma relação objetal, mas expulsar um corpo que se tornou estranho.

A noção de objeto em Freud se apresenta de modos diferenciados. O primeiro deles diz do objeto como objeto do desejo, o objeto perdido da experiência de satisfação alucinatória: “O primeiro desejar parece ter consistido numa catexização alucinatória da lembrança da satisfação” (Freud, 1900/1901, p.625). Esse objeto que atua em nível de processo primário nunca mais pode ser alcançado. O segundo deles é o objeto da pulsão. Freud (1915a/2004), em seu texto intitulado *Pulsões e destinos da pulsão*, esclarece que “o objeto da pulsão é aquilo em que, ou por meio de que, a pulsão pode alcançar sua meta. Ele é o elemento mais variável na pulsão e não está originariamente vinculada a ela, sendo-lhe apenas acrescentado em razão de sua aptidão para propiciar a satisfação” (Freud, 1915a/2004, p. 149). Pulsão e objeto não estão relacionados desde a origem. O “objeto” possibilita satisfação pulsional. Essa satisfação é a meta da pulsão, cujo principal objetivo é o de esvaziamento do excesso pulsional.

O objeto da satisfação pulsional é aquele que permite o “reencontro do objeto”.

Diz Freud (1905):

Ao mesmo tempo, consuma-se no lado psíquico o encontro do objeto para o qual o caminho fora preparado desde a mais tenra infância. Na época em que a mais primitiva satisfação sexual estava ainda vinculada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo próprio, no seio materno. Só mais tarde vem a perdê-lo, talvez justamente na época em que a criança consegue formar para si uma representação global da pessoa a quem pertence o órgão que lhe dispensava satisfação. Em geral. A pulsão sexual tona-se auto-erótica, e só depois de superado o período de latência é que se restabelece a relação originária. Não é sem boas razões que, para a criança, amamentação no seio materno torna-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro (Freud, 1905, p. 210).

Embora a concepção de objeto em Freud não se esgote nessa definição, ele é aqui compreendido como aquele que pode dar caminhos possíveis de satisfação à pulsão sexual. As fixações em certos caminhos já conhecidos de satisfação pulsional impedem

que a sexualidade flua e atinja a sexualidade genital, pois elas se tornam meios econômicos de manutenção da satisfação pulsional, do esvaziamento do excesso pulsional. Essa é a noção de objeto que tem predominância quando lemos algo a respeito do objeto em Freud.

No entanto, Coelho Jr., (2001) afirma que não encontramos em Freud uma definição única de objeto ao longo de sua obra. Precisamos concebê-lo a partir de algumas perspectivas, o que o torna muito mais complexo. Nesse sentido, o objeto pode ser considerado como um objeto total, quando considerado um objeto de atração e de amor; como objeto parcial, que não precisa necessariamente ser um objeto presente, pode ser fantasiado (o objeto da percepção é sempre mediado pela realidade psíquica); como objeto narcísico, quando o eu torna-se objeto da pulsão; como objeto com o qual o eu pode se identificar, algo que se torna central na constituição da subjetividade.

André Green tem sido um dos expoentes no estudo da importância do objeto na constituição do psiquismo dos pacientes limites. Podemos encontrar em sua obra referências a Freud, Lacan, Melanie Klein, Winnicott, Bion, além de outros, desenvolvendo uma concepção singular sobre o objeto na teoria freudiana. Sua importância, a nosso ver, é a de que ele retoma a noção de objeto em Freud enquanto dialoga, nem sempre de modo explícito, com autores das teorias das relações objetais. Para Green (2000), Freud é o precursor da teoria das relações de objeto.

Ele diz isso porque Eros é pulsão de amor e não se pode pensar em amor sem objeto. No entanto, não há na obra freudiana uma dicotomia entre a libido que busca prazer e as relações de objeto. Desse modo, o autor, e nós também, partilha da opinião de Freud quando diz que a sexualidade existe desde o início. No entanto, isso “não quer dizer que ela tome desde esse momento a forma que lhe conhecemos nas neuroses. O recurso ao arcaico, a meu ver, não significa, de modo algum, a ausência do sexual”

(Green, 2000, p.154). Ele retoma, então, os primórdios da vida psíquica sem perder de vista o sexual como fundante do psiquismo.

Segundo Green (1993/2010), não se pode considerar todo o trabalho psíquico elaborado por muitos pacientes “normal ou patológico como sendo determinado unicamente pelo jogo pulsional, e que parte assumida pelo objeto nessa elaboração é um fator de interferência que entra em jogo na constituição da subjetividade por efeitos fora do comum” (Green, 1993/2010, p. 301). Esse efeito fora do comum diz da necessidade de compreendermos, também, a função do objeto em sua dimensão intersubjetiva, pois o que sobressai nos pacientes *borderline* é uma falha básica no processo que separa o eu do objeto primário. Essa falha impede que o objeto se faça “esquecer como constituinte da estrutura psíquica” (Green, 1993/2010, p.301).

Essa relação com o objeto primário resulta em intensas angústias de intrusão e de separação, evidenciando as fragilidades dos limites desses pacientes. Garcia (2007), a partir de estudos sobre o pensamento de André Green, afirma que:

A onipresença do objeto intrusivo e a inacessibilidade do objeto idealizado impedem a construção de representações, e, portanto, do pensamento, já que a ausência enquanto presença em potencial não se constitui por falta de uma experiência satisfatória ou, em termos winnicottianos, de um ambiente suficientemente bom. O paciente se apresenta numa situação de impasse em que se alternam as atividades de vinculação e disjunção, situação na qual, portanto, libido e destrutividade se degladiam, o que impede o acesso ao prazer, sempre contaminado pela agressividade (Garcia, 2007, p. 128).

A agressividade é, de certo modo, uma maneira encontrada de o sujeito se proteger de uma possível fusão regressiva com o objeto. Isto confere ao objeto um caráter persecutório. Cardoso (2010a) nos diz que o estatuto absoluto e sinistro que o objeto parece ter nessas patologias envolve, “na dinâmica pulsional, uma inquietante flutuação entre a ordem da necessidade e a do desejo” (Cardoso, 2010a, p. 21). A partir do estudo de Joyce McDougall, Cardoso (2010a) apresenta a ideia de que esses

pacientes buscam objetos transitórios e não transicionais, algo que possibilite um alívio temporário, mesmo que descartável, para o sofrimento psíquico.

Esses sujeitos encontram-se, portanto, passivos, num estado que pode ser considerado como uma paixão mortífera, escravizados, assim, ao domínio do outro ainda que passando ao ato – ato de dominação que pressupõe, paradoxalmente, a cristalização do ego numa situação de radical passividade pulsional (Cardoso, 2010a, p. 22).

Algo que Cardoso (2010a) chamará de “servidão ao outro”. Para a autora não se trata de uma identificação do tipo especular, uma paixão narcísica, mas de uma servidão ao outro. A operação de assimilação do objeto é precária e traz a marca de uma paixão mortífera. O objeto se mostra insubstituível, absolutamente necessário, levando à ideia de um objeto erógeno absolutamente necessário. “O objeto tornado único e funcionando como último recurso torna-se a única fonte de satisfação, objeto que não é reconhecido como um outro separado de si, ou seja, ele permanece enredado no circuito da fascinação/servidão. (...). ‘Coisificado’” (Cardoso, 2010a, p. 24).

Desafios teóricos: *o atravessamento de paradigmas*⁶

Em seu percurso histórico, percebe-se que a clínica psicanalítica, em permanente diálogo, principalmente com a compreensão metapsicológica da organização neurótica, vem gradativamente sustentando e ampliando o conhecimento de quadros clínicos caracterizados por uma organização diversa da do modelo que atribui prioridade ao recalque e à neurose infantil. Segundo Green (1988a), uma das razões pelas quais ocorreu esse deslocamento de interesse para os estados fronteira decorre do fato de que “o modelo implícito da neurose e da perversão hoje em dia se baseia na psicose” (Green, 1988a, p.43), impelindo os psicanalistas a ampliarem suas escutas. Assim, o

⁶ *Atravessamento de paradigmas* é uma expressão usada por Figueiredo (2009) para introduzir o que ele chama de *teoria geral do cuidar* de base psicanalítica.

método tradicional do trabalho com os pacientes neuróticos, a análise das transferências, cedeu parte do espaço para a escuta daquilo que o autor chama de “a loucura pessoal do paciente”.

Colocando-se lado a lado os dois modelos, pode-se afirmar que se no trabalho analítico com pacientes neuróticos o predomínio é a presença da ansiedade de castração e uma busca da resolução edípica da neurose infantil, o trabalho com os *casos-limite* revela uma dupla ansiedade, a ansiedade de separação e a de intrusão e um foco especial no luto do objeto primário, vivenciado como excessivo (na presença ou na ausência). Green (1988a) afirma que essa dupla ansiedade parece se relacionar mais à *formação do pensamento* do que ao *problema do desejo*. Isso nos remete à lembrança de que o desejo do sujeito, que é da ordem do inconsciente e da alteridade, demanda por algo que não pode ser alcançado nem respondido – é da ordem da falta; e nos faz pensar que a formação do pensamento demanda pelo próprio processo de formação do pensamento daquele que pensa, por sua própria capacidade de representar e simbolizar; o que exige a presença de respostas confirmatórias. Trata-se de dois processos paralelos, e por vezes simultâneos, do acontecer psíquico.

Para Figueiredo (2003), a Psicanálise, por meio daqueles que continuam a árdua tarefa de atualizar o pensamento de Freud, necessita enfrentar o desafio teórico e epistemológico de fazer dialogar o “modelo estrutural-pulsional” (modelo freudiano) e o “modelo das relações de objeto”. Trata-se de uma clássica oposição entre relações de objeto e sexualidade, onde cada um dos termos se associa “a específicos métodos de tratamento (*holding*, regressão, ou, diferente deste, interpretação da transferência, atenção privilegiada à contratransferência, etc.), em contraste com outro (fala, associação livre, linguagem interpretação do desejo, etc.)” (Celes, 2006, p. 3). Se em um modelo é priorizada a teoria do recalque, no outro a priorização está focada nas cisões,

dissociações e evitações da constituição dos conflitos psíquicos. Não que um modelo exclua o outro, mas, como partiram de lugares diferenciados, organizaram-se distintamente.

Figueiredo (2009) trabalha no sentido de “conceber uma metapsicologia em que o intersubjetivo encontre seu lugar no intrapsíquico. Trata-se de conceber um mundo interno a partir da transferência e na medida das intervenções analíticas, seja em termos de interpretação, seja em termos de manejos relacionais” (Figueiredo, 2009, p.188). Fazer dialogar posicionamentos teóricos diferenciados em Psicanálise tem aberto espaço para as questões referentes aos processos de identificação e diferenciação e à importância do outro na constituição do eu.

Celes (2006) também busca possíveis articulações para fazer dialogar a teoria da libido e a teoria das relações de objeto. Ele afirma que a mais significativa disputa entre as compreensões teóricas em Psicanálise se deu entre a teoria da libido e a teoria das relações de objeto; e que, na atualidade, justificativas sócio-históricas e culturais têm ajudado a sedimentar essa oposição. Os novos tempos e as novas demandas estariam exigindo novas teorias e novas práticas, algo diferente do proposto pela teoria da libido. O autor faz parte dos pesquisadores que reconhecem que ambas as teorias mostram as experiências de análise.

E nesse sentido propõe “pensar no argumento segundo o qual a realização do prazer na concepção da teoria libidinal refira-se à adequada utilização e adaptação do objeto e, portanto, não propriamente diga respeito à desimportância de relações com objetos na teoria da libido em Freud, como se costuma indicar seu limite” (Celes, 2006, p.11). Nessa concepção, a relação do bebê com o adulto que cuida dele, no momento inicial de desamparo e dependência, pode ser visto como de satisfação e prazer e necessariamente de falhas. O aparelho psíquico passaria a ser entendido como um

“aparelho da falha da satisfação e do prazer na sua relação com o objeto” (Celes, 2006, p.11).

Ogden (2010) defende a ideia de que em *Luto e melancolia* Freud (1917) introduziu os fundamentos de uma teoria das relações objetais internas inconscientes. Ele demonstra como esse texto freudiano trouxe uma nova estrutura do inconsciente, apontando os princípios apresentados nesse artigo de 1917, a saber: a ideia de que o inconsciente se organiza de modo significativo em torno das relações objetais internas estáveis entre partes dissociadas do ego. A ideia de que o sujeito pode se defender da dor psíquica substituindo um relacionamento objetal externo por um relacionamento objetal interno “fantasiado inconsciente”. A ideia de que o objeto interno se mantém aprisionado por meio de um forte vínculo de amor e ódio. A ideia de que as relações objetais internas envolvem a existência de um pensamento onipotente, impedindo o devido diálogo entre o “mundo objetal interno inconsciente e o mundo da experiência real com objetos externos reais” (Ogden, 2010, p. 66). E, por último, a ideia de que a ambivalência existente nesses casos envolve “não apenas o conflito entre amor e ódio mas também o conflito entre o desejo de continuar a viver em nossos relacionamentos objetais e o desejo de estar de acordo com nossos objetos internos mortos” (Ogden, 2010, p.66).

Segundo Green (1988a), poucas são as indicações encontradas na obra freudiana que ajudem na compreensão dos casos fronteira. No entanto, diversos são os pontos relevantes para discussão quando se toma como referência as obras *Neurose e psicose* (Freud, 1924[1923]/1996), *A negativa* (Freud, 1925/1996) e *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937a/1996). Os diversos elementos encontrados na clínica dos casos limites estão descritos na obra freudiana, mesmo que não tenha, e não poderia ter, os sentidos dados na atualidade. Diz o autor:

Diversos pontos são relevantes para nossa discussão: a evitação, pelo ego, da ruptura, presumivelmente de seus limites, ‘em qualquer direção’; a submissão do ego a ‘invasões’ (...); o mecanismo de defesa do ego ‘clivagem ou divisão de si próprio’ (que hoje chamaríamos de divisão); a suposição de que precisamos criar um modelo clínico para a deformação do ego análoga às perversões sexuais; e, finalmente, a hipótese de que a clivagem do ego (divisão) deve encerrar uma retirada de catexia, que a tornaria um mecanismo psicótico (Green, 1988a, p.70).

Green (1988a) diz que Freud, ao buscar uma resposta para o problema da psicose, desenvolve a dinâmica do pensamento fronteiro. Isso porque em *Neurose e psicose* (Freud, 1924[1923]/2007) Freud nos diz que enquanto a neurose é o resultado de um conflito entre o eu e o id, a psicose é um distúrbio nas relações entre o eu e o mundo externo. Nesse último caso, o eu pode *deformar-se* ou *cindir-se* para evitar uma ruptura “em qualquer direção”. E encerra o texto dizendo que “resta considerar a questão de saber qual pode ser o mecanismo, análogo à repressão, por cujo intermédio o ego se desliga do mundo externo” (Freud, 1924[1923]/1996, p. 171).

Em seu texto denominado *A negativa* (1925/2007), Freud nos diz que não existe “não” no inconsciente e que sua revelação por parte do eu se expressa num *modo negativo*. Finalmente, em *Análise terminável e interminável* (1937a), Freud apresenta, como fatores decisivos para o sucesso ou fracasso do trabalho de análise, a influência dos traumas, a força constitucional das pulsões e as alterações do eu. Além de reiterar a importância do trauma, ele afirma que o eu de uma pessoa normal aproxima-se do eu do psicótico num lugar ou noutro, o que nos faz pensar que o eu apresenta, em seu funcionamento, mecanismos característicos da neurose e da psicose, em maior ou menor grau. O que não significa dizer que estamos falando de neurose e psicose como um mesmo modo de adoecimento.

Muito do que está presente na obra freudiana foi retomada por seus seguidores, modificando e expandindo o campo de atuação da clínica psicanalítica. Green (2008) diz que

Quando Freud escolheu a neurose e situou no centro de sua teorização a experiência de satisfação e o princípio de prazer-desprazer, ele estava interessado em valores médios, trabalháveis por meio da análise. Ele deixou de lado a experiência de dor ou outras formas mais extremas de prazer, talvez porque pensasse que elas escapavam ao trabalho da análise. Mas, posteriormente, com as modificações que acompanharam a criação da segunda tópica, ele mesmo teve de admitir formas inconscientes muito mais brutas onde a pulsão em ato faz sentir sua pressão sobre o psiquismo, produzindo as manifestações clínicas e os sintomas (Green, 2008, p.86).

Os estudos posteriores a Freud sobre o funcionamento psicótico se tornaram de grande importância para a compreensão de uma base psicótica em pacientes que não apresentam sintomas psicóticos. Contudo, Green (2008) defende o argumento, com o qual compartilhamos, de que muitos desses estudos operaram também uma “dessexualização na teoria psicanalítica”, como se tivessem esquecido de que a sexualidade sempre foi e necessita continuar sendo um campo fundamental do psiquismo, não somente patológico mas também normal, pois é ela que nos abre para o campo do desejo.

Se muitos autores desenvolveram ideias sobre um funcionamento pré-sexual, o autor salienta que o pré-sexual só existe no contexto da sexualidade. E o contexto da sexualidade é, segundo ele, aquele que nos possibilita pensar o psíquico eroticamente marcado pelo selo do amor, aquele que desperta nossas zonas erógenas e apresenta nosso próprio corpo (físico e psíquico) sexuado e diferenciado. Para o autor, a compreensão de estados não neuróticos não pode suprimir a importância crucial da sexualidade. Trata-se de um processo que parece conjugar trauma e prazer.

Green (2008) se utiliza das expressões “pulsão-objeto” e “objeto-zona complementar” para recolocar o foco da Psicanálise no eixo “sexualidade-prazer”. Ele considera que a sexualidade é, entre as funções corporais, aquela que, visando ao prazer, busca um objeto para se satisfazer. No entanto, “nunca nos esqueçamos que falamos de *psico-sexualidade*, a complexificação da organização psíquica destinada a encontrar o

objeto suscetível de prover a satisfação justificando a definição freudiana da pulsão” (Green, 2008, p.87, grifos do autor). Segundo o autor, Freud, em *Esboço de Psicanálise* (1940[1938]/1996), passa a considerar a sexualidade como uma função e distingue duas pulsões fundamentais: Eros e a pulsão de destruição. Mas Green (2000) propõe que o campo de Eros deve ser substituído pelo conceito de *corrente erótica* (desenvolvido em seu livro *As cadeias de Eros*, 2000). Ele defende a ideia de que uma corrente erótica

começa com a pulsão e suas moções pulsionais, prolonga-se naquilo que se manifesta sob a forma de prazer-desprazer, expande-se no estado de expectativa e busca do objeto, alimentado por representações inconscientes e conscientes, organiza-se sob a forma de fantasias inconscientes ou conscientes, ramifica-se na linguagem erótica e amorosa das sublimações (Green, 2008, p.88).

Essa corrente apresenta as relações da sexualidade e do amor que não podem ser desconsideradas mesmo quando as questões versam sobre os estados não neuróticos. Segundo Green (2000), Eros funciona para além das organizações neuróticas. Desse modo, considerar a importância do objeto não significa destituir a importância de Eros, ou seja, a do amor erótico.

Aliás, o autor nos diz que se acompanharmos Freud em *Esboço de psicanálise* (1940[1938]/1996) veremos que mãe e criança estão reciprocamente enamoradas uma da outra. E para ele “isso mostra que pode haver uma similitude entre as pulsões em jogo no amor da mãe pela criança e aquelas que fazem parte da relação amorosa genital da mulher com o pai” (Green, 2008, p.89). A mãe é a primeira sedutora da criança por meio de seus cuidados e da própria relação estabelecida com ela.

As zonas erógenas são, desse modo, excitadas pelo outro. E é por meio desse outro que acontece o desenvolvimento do autoerotismo, onde a criança encontra o objeto em seu próprio corpo e consegue fazer uma diferenciação entre eu e não eu. O autor relembra a existência e importância do objeto erótico na teoria freudiana e nos permite pensar uma integração do par “pulsão-objeto”.

Os casos-limite e a cultura

É discurso corrente entre os acadêmicos, jornalistas e profissionais de marketing a denominação da sociedade contemporânea de *sociedade de consumo*, dentre outros termos tais como sociedade da informação, do conhecimento, do espetáculo e do risco (Barbosa, 2008). Essas denominações se referem a um novo tipo de capitalismo, onde o mercado das emoções e do conhecimento, que têm suas bases (moeda de giro) na tecnologia da informação e comunicação, são os elementos mais influentes no processo de acumulação de capital e de crescimento econômico.

Um processo de globalização busca interligar o mundo com a promessa de expansão de mercados e um conseqüente aumento acirrado da concorrência, trazendo junto um processo de desinstitucionalização e desregulamentação da esfera pública. A abertura econômica para o mercado estrangeiro impele também uma abertura social, cultural e política. Mas o que pode nos dizer esse contexto econômico/social/político sobre os sujeitos em foco desse estudo - os casos fronteiriços?

A crise de valores que então emerge coloca em cheque noções centrais que nortearam a modernidade como as idéias de razão, verdade e progresso, e transforma significativamente a atitude do sujeito frente a si mesmo e ao mundo circundante. Essa conjugação de declínio dos sustentáculos institucionais simbólicos na presença de um individualismo exacerbado traz conseqüências subjetivas inegáveis que se apresentam principalmente sob a forma de uma experiência intensa de desenraizamento, e errância simbólica, colorida por um forte sentimento de estar à mercê, típico das situações traumáticas de desamparo (Garcia, 2005, p. 144).

Mudanças estruturais na sociedade afetam diretamente a constituição das subjetividades, evidenciando uma fragilidade narcísica, ou seja, uma vulnerabilidade psíquica. Esse contexto propicia a experiência de insuficiência frente à necessidade de onipotência para lidar com as questões de vida e morte. Existe, desse modo, uma

excessiva dependência do objeto que ilusoriamente pode garantir um sentido mínimo de segurança.

Para Baudrillard (2008), vivemos o tempo dos objetos, um amontoado deles: “quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente” (Baudrillard, 2008, p. 14). Eles sinalizam abundância e, por sua função tornada descartável, eternizam o homem: “actualmente, somos nós que os vemos nascer, produzir-se e morrer, ao passo que em todas as civilizações anteriores eram os objectos, instrumentos ou monumentos perenes, que sobreviviam às gerações humanas” (Baudrillard, 2008, p. 14). A abundância dos objetos coaduna-se à ideia de liberdade de escolha, de expressão própria, de poder e de autonomia de um estilo de vida. Diz também do consumo como a satisfação não mais de necessidades, mas de desejos. O consumo transporta o sujeito para o sonho e, paradoxalmente, para uma confusão entre o desejo próprio e um tal de desejo nomeado e construído pelo marketing.

Não é sem sentido que muitas propagandas veiculadas pela mídia na atualidade apresentam a importância de um mundo sem fronteiras. Os corpos humanos, também transformados em objetos, podem ser moldados e reconstruídos; e o processo de concepção da vida pode ser tecnologicamente planejado e executado. Não há mais limites para a comunicação humana nem problemas referentes a distâncias espaciais. A promessa que se vende junto com a imagem e a ideia da ausência de fronteiras é o possível usufruto da felicidade, juventude, conhecimento, poder e eternidade (Carvalho, M.P.T. & Viana, T.C., 2009b).

Os objetos, desse modo, tornaram-se mediadores, diríamos que até sustentadores, de operações complexas: os trânsitos dos corpos, pensamentos e sentimentos humanos. Adquiri-los, consumi-los, controlá-los é condição de uma expansão sem limites. Com muito pouco movimento corporal, temos um mundo em

nossas mãos, deslocamo-nos mundo afora e mantemos, pelo menos em promessa, uma condição de possibilidades e de jovialidade permanente. É tudo quase imediato. A operação realizada pelo objeto nos garante a segurança do destino traçado idealmente. Dependemos dele para a garantia do prometido e, desse modo, qualquer erro em operá-lo pode ser fatal. Saber, conhecimento e informação técnica tornaram-se fundamentais. Mas uma fatalidade, um erro na operação do objeto ou mesmo uma falta dele, tornada a tragédia contemporânea, é considerada um erro imperdoável (Carvalho, M.P.T. & Viana, T.C., 2009c)⁷.

Por outro lado, o corpo é “elevado à condição de objeto fetiche e submetido aos mandatos do ideal veiculado e, de tal forma sobrevalorizado e exigido, que acaba sucumbindo sob o efeito do *stress*” (Lazzarini, 2006). Ao discutir sobre a emergência do narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea, Lazzarini (2006), afirma que a cultura pós-moderna “gira em torno da caracterização de um neo-individualismo hedonista associado a uma subjetividade que se considera frequentemente como narcisista” (Lazzarini, 2006, p. 01). Considerando as ideias de Debord (1992/2009) e a sociedade do espetáculo, a autora afirma que “nessa cultura o valor da imagem é cultuado e ser homem, no sentido genérico, significa ser *reconhecido* como imagem por outro homem que também o é” (Lazzarini, 2006, p. 01, grifos nossos). A imagem e a informação se tornaram imprescindíveis, mas também os alçózes da sociedade na atualidade. Se elas podem nos servir como apoios identificatórios, podem também obnubilar nossa capacidade e possibilidade de diferenciação.

Mas não é nova a ideia de que o consumo de tecnologias podem nos assemelhar a deuses. Freud nos afirma em seu texto *O mal-estar na civilização* (1930[1929]/1996), que o homem formou há tempos uma concepção ideal de onipotência e onisciência que

⁷ Estas ideias foram apresentadas no II Congresso Sul-americano de Psicanálise sobre Violência Culpa e Ato: causas e efeitos subjetivos – As intermitências do Poder, da Morte e da Biopolítica Moderna, organizado pelo professor Dr. Henrique Figueiredo Carneiro, 2009.

corporificou em seus deuses. Desde então ele mesmo vem se aproximando daquilo que era somente divino, ou seja, o que antes era atribuído aos deuses, tais como desejos inatingíveis, passou a ser vivido pelos humanos por meio das aquisições culturais, de modo que hoje

ele próprio quase se tornou um deus. (...) O homem, por assim dizer, tornou-se uma espécie de ‘Deus de prótese’. Quando faz uso de todos os seus órgãos auxiliares, ele é verdadeiramente magnífico; esses órgãos, porém, não cresceram nele e, às vezes, ainda lhe causam muitas dificuldades (...). No interesse de nossa investigação, contudo, não esqueceremos que atualmente o homem não se sente feliz em seu papel de semelhante a Deus (Freud, 1930[1929]/1996, p. 98).

Freud está nos advertindo para o fato de que todas as aquisições culturais, científicas e tecnológicas, produtos importantes do processo civilizatório, não podem retirar o indivíduo do laborioso processo singular de inserção nessa cadeia civilizatória. Avisa-nos da ingenuidade humana de entregar seus destinos somente às aquisições culturais, pois os processos pulsionais, que caminham lado a lado com tudo o que é da ordem do poder, do sucesso e da riqueza, exigem um outro olhar. Há um trabalho psíquico que outorga a cada um separadamente a (re)construção dos elos da cadeia civilizatória, pois o que não está ligado vive sob a égide da pulsão de morte. E quem busca unir, quem faz cadeias, é Eros, que em seu trabalho inclui até o excluído, permitindo o movimento, o trânsito, a diferença, a experiência e a simbolização da experiência. Ao incluir o excluído, a ideia não é conter tudo, mas afirmar que, ao conter, algo sempre escapa à experiência de inclusão.

Entendemos que o deus de prótese freudiano pode ser traduzido pelo que Lebrun (2004) chama de o discurso tecnocientífico e que o mal-estar que continua contemporâneo está marcado por uma adesão não conhecida a um “mundo sem limites”. Segundo o autor, a tecnociência se tornou o principal discurso responsável pelo deslocamento do eixo de equilíbrio mantido numa relação entre a autoridade paterna e o poder materno. Segundo o autor, hoje nos dirigimos à ciência como antes nos

dirigíamos a um Pai, cuja principal função sempre foi a de instituir a alteridade, além de estar diretamente relacionado à instalação da realidade psíquica do sujeito.

O discurso do método científico iniciou o “fim de uma legitimidade fundada na autoridade do enunciador em benefício de uma legitimidade fundada na autoridade concedida pela coerência interna dos enunciados” (Lebrun, 2004, p.53). Desaparece o sujeito da enunciação e aparece o objeto enunciado. Trata-se, segundo o autor, da gestão de um saber que se pretende autogerado:

Primeiro, produção de enunciados que impõem ao enunciador excluir-se como sujeito, segundo, retomada desses enunciados por alguns que não têm mais que assumir essa exclusão, que, verdadeiramente, não pagaram o preço desse trabalho, e, terceiro, utilização, ou melhor, consumo (Lebrun, 2004, p.65).

Não é difícil entender aonde o autor quer chegar: entre o primeiro, o enunciador, e o terceiro, o gestor, o discurso da ciência se prolifera como enunciados por meio de transmissores que nem sempre chegam a ser enunciadores. Quando algo anda sozinho e expulsa o sujeito da condição de agente criador, o perigo é a perda do bom senso e da capacidade de julgamento da realidade. A partir do momento em que um enunciado parece apenas um enunciado, não há mais limites para seu próprio desenvolvimento. Inverte-se o sentido: o homem passa a ser cobaia do enunciado. O discurso científico fez surgir, desse modo, um sujeito aparentemente desligado de um objeto que ele pode controlar, conhecer e gerir, mas que, em última instância, tornou-se seu próprio algoz. Tornado dependente e refém de um objeto, o sujeito os consome como indispensáveis. Mas não demora a perceber que o objeto nada garante, remetendo-o a um vazio. Desse modo,

Ao nos dirigirmos à Ciência como antes nos dirigíamos ao Pai, uma confusão se instala: pois, se não fizemos o trabalho de identificar que, sem seus enunciados, trata-se sempre do resultado de um trabalho de enunciação, é a um saber materno que de fato nos dirigimos. Por isso, o que o dispositivo social organizado em torno da ciência pós-moderna privilegia é, no melhor dos casos, um endereçamento à função paterna da mãe, antes que um endereçamento ao pai (Lebrun, 2004, p. 164).

Segundo o autor, o grande problema não está em colocar na Ciência um poder antes outorgado ao Pai. O problema é separar o enunciado do trabalho de enunciação, pois quando o dispositivo social se desembaraça do pai, desembaraça-se também do terceiro. Pensamos nas inúmeras consequências de tal construção: a mãe, ou quem exerce a maternagem, fica assim como que autossuficiente e “retroalimentada” a partir de sua própria função paterna. O bebê passa a herdar psiquicamente a função interiorizada e identificada da mãe no que se refere à função paterna dela. O pai real, sem a função devida no par, precisará criar seu próprio espaço e função paterna.

Uma questão importante, segundo Lebrun (2004), é a de que saímos da condição social de abuso paterno, que regulamentava tudo a partir de sua posição, e caímos na condição social de abuso materno, aquele que quer tudo englobar. Sua argumentação se fundamenta na ideia de que o pai é o primeiro *estranho* naquilo que é o mais familiar. Cabe ao pai instituir a alteridade e possibilitar a instalação da realidade psíquica do sujeito. Mas se o pai não pode mais exercer essa função, a quem cabe estabelecer a diferença? Para o autor, no máximo poderemos nos reportar à função paterna da mãe, o que, no caso, o avô continuaria assumindo a função paterna. Pensamos, desse modo, em um interdito psíquico, proveniente de uma transmissão psíquica idealizada de um lado e um interdito sendo criado num espaço onde o pai *tem e não tem* a função devida no par.

Nessa mesma linha de raciocínio, Roudinesco (2000) afirma que houve um desmoronamento de valores culturais patriarcais e, nesse caso, também hierárquicos. Esse desmoronamento lançou o sujeito numa vivência de fusão persecutória e angustiante com a mãe: “um mundo selvagem, inacessível à lei, entregue não mais ao despotismo paterno, mas à crueldade do caos materno” (Roudinesco, 2000, p133). Se o pai não pode ou não consegue cumprir sua função de criar o interdito, como a criança fará o luto de seu objeto primário?

Esse deslocamento fez emergir na sociedade a importância da ética do cuidado, algo da ordem do materno, até então deixado em segundo plano: lidar com o desamparo do bebê e desempenhar um importante papel de *holding* para acolher a existência humana. A ideia de cuidado tomou conta da sociedade, o que faz a autora se perguntar se “estaremos assistindo ao nascimento de uma onipotência do ‘materno’ que viria definitivamente aniquilar o antigo poder masculino e do ‘paterno’ em benefício de uma sociedade comunitarista ameaçada por dois grandes espectros: o culto de si próprio e a clonagem?” (Roudinesco, 2003, p. 12). Para a autora, a família é a única instância capaz de assumir os conflitos de um mundo globalizado, que elimina as fronteiras numa economia de mercado horizontal e devastadora, favorecendo o surgimento de uma nova ordem simbólica. Em nosso entendimento, a chamada onipotência materna indica a necessidade de ressexualização do materno e paterno no horizonte das famílias.

Buscando também alcançar aspectos culturais para falar das *novas doenças da alma*, Kristeva (1993/2002) nos fala de uma redução da vida interior. A autora nos fala de um homem sem alma e sem fisionomia, que oscila entre a depressão e um prazer perverso sem satisfação, apresentando um funcionamento narcísico e *borderline*. Ela afirma que o corpo tem conquistado o território invisível da alma, daí a importância dada ao ato, que parece ter substituído a interpretação do sentido. Nesse contexto, a vida psíquica do homem contemporâneo empobreceu e aparece por entre os sintomas somáticos e as imagens que prometem a realização de desejos: “A imagem tem o extraordinário poder de captar suas angústias e seus desejos, de controlar-lhes a intensidade e suspender-lhes o sentido. A coisa anda sozinha” (Kristeva, 1993/2002, p.15).

O problema é que o ato tornou-se vazio, porque está padronizado, simplesmente imitado. O sujeito vive, então, dependente de imagens (outro/mundo), que precisam ser

imitadas ou podem ser adquiridas, prometendo satisfação, felicidade e poder. Mas essa promessa eufórica não tarda a se transformar em um mal-estar difuso, um vazio, um estado depressivo. Entendemos que o sujeito de que fala a autora perdeu a capacidade de fazer do processo de imitação da imagem uma travessia que a torne própria, que o torne alteridade. Na ânsia de poder desfrutar para ser, não digere a experiência e permanece vazio, insatisfeito e insaciável. A impossibilidade de assimilação e de elaboração psíquica provocam estados de indiferença e desvitalização. Trata-se de um anestesiamiento provocado pelo excesso de estímulos.

Por outro lado, vimos em trabalho anterior que a necessidade de intimidade e a recorrência da busca de um sentido mais profundo para a vida tem sido uma tônica pessoal e social nos dias atuais (Carvalho, M.T.C., 2001). Nesse trabalho, um dos teóricos citados é Richard Sennet. Esse autor, em *O Declínio do Homem Público* (1974/1998), afirma que as sociedades estão gradativamente aumentando seu movimento no sentido da interioridade. Para ele, a vida pública se transformou numa questão de “obrigação formal” por faltar “códigos de significação impessoal”. A vida privada passou a ser considerada um fim em si mesma. Os indivíduos vivem uma busca contínua daquilo que é autêntico em si mesmos, esquecendo-se que a vida privada, os sentimentos e conseqüentemente o amor têm uma dimensão social. Pela falta de parâmetros sociais, os indivíduos estão perdidos numa busca contínua de si, através das relações de intimidade. O amor e a intimidade parecem se constituir, dessa forma, modos privilegiados de busca de uma identidade pessoal, envolvendo mais as questões ligadas à sexualidade do que as questões ligadas aos relacionamentos sociais.

A contemporaneidade para Sennet (1974/1998) está marcada por uma ênfase excessiva no eu. O indivíduo se torna preso em si mesmo por não haver referências sociais que delimitem códigos privados para se transitar na sociedade. Suas tentativas

sexuais se tornam frustrantes, posto que ele não consegue viver o calor, a confiança e a abertura para ir além de si mesmo, sentindo-se esvaziado. Seguindo seu pensamento, ele nos afirma que a sexualidade *é* e por isso se transforma em um estado expressivo. Parece atribuir à palavra estado – à condição de estar da sexualidade – uma falta de movimento, ou mesmo um movimento expressivo preso em si mesmo. O encontro íntimo se tornou, desse modo, espaço privilegiado de trocas entre sujeitos anônimos que necessitam constituir o próprio sentido do íntimo. Mas se o movimento expressivo está encapsulado, o encontro parece, mas só parece, vazio, sem alma e sem fisionomia: um nada ou, podemos dizer, um retorno às origens do íntimo.

Bartucci (2006) apresenta um sujeito pós-moderno em um “lugar-limite”, “borda-margem” e afirma que o imaginário e a intimidade foram incorporados ao universo das mercadorias, “(...) dando lugar à experiência do eterno presente de um ‘eu jamais acabado’ (...)” (Bartucci, 2006, p.73). Essa expressão denota o que, para ela, tornou-se na pós-modernidade uma tarefa excessiva: a constituição de si mesmo. Diz que o sujeito está tomado pela intensidade e pelo excesso, restando-lhe a realização de um trabalho de ligação, inscrevendo a pulsão no registro da simbolização e, com isso, possibilitando um trabalho de criação e de produção de sentido. Ela afirma que nesses momentos em que o aparelho psíquico se encontra “avariado”, faz-se necessário um trabalho anterior ao da castração simbólica: o de *constituir limites* entre interioridade e exterioridade, entre sujeito e objeto, entre o sujeito e o outro.

Birman (2006) não trabalha diretamente sobre a clínica dos pacientes limites. Ele centra sua discussão sobre as mudanças nas formas de mal-estar na atualidade e assim alcança as patologias atuais. Afirma que os modos de sofrimento centrados no conflito psíquico foram deslocados e se inscrevem agora em três registros psíquicos diferenciados: o do corpo, o da ação e o do sentimento. O corpo, para ele, transformou-

se “em nosso único bem”, mas as excessivas estratégias de cuidados deixam sempre o sujeito, em alguma instância, devedor de si mesmo, ameaçado e com uma sensação de estar em risco; levando-o a uma vivência contínua de *stress*. As queixas relacionadas ao corpo expressam dores (não sofrimentos), cansaços, insatisfações, além de uma preocupação excessiva com todos os métodos preventivos de cuidados corporais.

O registro da ação se apresenta como hiperatividade. O sujeito se movimenta todo o tempo, porque não consegue parar, mas trata-se de uma ação, muitas vezes, vazia (Birman, 2006). Entendemos que o sujeito age todo o tempo como se estivesse executando tarefas, mas não tem nelas um sentido de produtividade. Sente-se superficial. O autor destaca nesse registro a explosividade, a violência e a compulsão. As duas primeiras se caracterizam por explosões emocionais incontroláveis, momento em que o sujeito perde sua capacidade para agir de modo contextualizado, contendo o excesso emocional. As compulsões se apresentam como uma “modalidade de agir caracterizada pela *repetição do mesmo*, que é permanentemente relançada já que o alvo da ação não é alcançado” (Birman, 2006, p.181, grifos do autor). E podemos pensar como polaridade ao fenômeno da hiperatividade o fenômeno da procrastinação e da paralisia, ambos apresentados por muitos sujeitos na atualidade.

Finalmente, o registro dos sentimentos, que se expressa em intensidades que vão da exaltação à depressão e que são incontroláveis em seu excesso. Birman (2006) considera o vazio de sentimento e o sentimento de vazio uma marca paradigmática das depressões contemporâneas. Diz que este vazio está ligado a uma “desposseção de si”, pois o sentimento de segurança psíquica se esvaziou, ou seja, o eu perdeu sua capacidade de dar conta das relações entre corpo e mundo. Entendemos que se trata de um vazio ameaçador e também desejado: o primeiro diz da ameaça constante do sujeito de se perder de si mesmo e o segundo diz de um desejo dele de descansar de si mesmo.

Esses três registros têm em comum a marca de um excesso de excitações do qual o psiquismo não pode se proteger da “disseminação da angústia”. Esse excesso se descarrega no corpo, no ato e por meio de explosões de sentimentos. Mas o único objetivo, nesses casos, é a diminuição da angústia e a preservação do eu – “o que está em toda parte é a economia do narcisismo” (Birman, 2006, p. 183). Esse sentido se repete e empobrece o registro do pensamento. Desse modo, as depressões, as síndromes do pânico, as toxicomanias e as compulsões em geral mostram um flagelo psíquico e um ataque maciço ao corpo, ao ato, ao sentimento e ao pensamento. Birman (1999) afirma ainda que um corpo construído para ser consumido, mantém uma ação insegura, acuada e/ou paralisada, e uma linguagem empobrecida pelo excesso de informações sem o tempo devido para as simbolizações; lançando o sujeito pós-moderno em um sentimento de vazio de sua própria história.

Em se tratando de história, chamamos à cena um historiador. Hobsbawm (1994/2007) nos diz que

a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esqueceram, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (Hobsbawm, 1994/2007, p. 13).

Por isso também podemos dizer que os psicanalistas se tornaram importantes no trabalho de (re)constituição de psiquismos. É preciso lembrar que o psíquico precisa se constituir para afirmarmos uma condição humana possível. É preciso (re)fundar a história pessoal. É disso que se trata a advertência freudiana quanto ao laborioso trabalho psíquico que outorga a cada um separadamente a (re)construção dos elos da cadeia civilizatória. E o psíquico se funda sob os auspícios de uma sexualidade que está

sempre associada à alteridade. Ela implica a ideia de um objeto que falta ao corpo do sujeito. Segundo Green (2000),

A evolução da criança está marcada pelo difasismo sexual que tem como consequência relegar para um passado, tornado, em grande parte, inacessível, por ação do recalçamento, os seus tempos primitivos, que são aqueles que deixaram a marca mais profunda. Eles prefiguram a organização do psiquismo. Se procurássemos um paradigma que pudesse dar uma ideia da essência da sexualidade, através do prisma do mito, eu diria que ele se encontra no momento da lenda de Édipo em que assistimos à confrontação do herói e da Esfinge. Aí a problemática está submetida à *questão da vida e da morte*, de uma morte estranha. (...) É no decurso das excitações sexuais anunciadoras do perigo da fruição da morte que se produz essa exaltação do psiquismo interrogador em busca de soluções. Isto para garantir que o pensamento não é totalmente engolido por essa estranheza que a excitação erótica lhe faz viver. É neste ponto que a *alteridade desponha sob duas formas: alteridade manifesta do parceiro*, necessária à realização do desejo, simultaneamente outro e estranho, e *alteridade interior ao sujeito*. A excitação erótica desperta no sujeito o que ele não suspeita ser e, no limite, revela-os a si mesmo como um ser estranho (Green, 2000, p. 198, grifos do autor).

Mas se a experiência da alteridade é uma das problemáticas de um sujeito cujo movimento expressivo se tornou preso em si mesmo, como ele pode conviver com a fruição do gozo que, inevitavelmente, o levará diante da própria morte, tornando-o alteridade do outro e de si? Isolado, tirânico ou subjugado o *borderline* da atualidade encontra possibilidades de, no limite, ensaiar a revelação de sua estranheza tornada alteridade. Ao mesmo tempo em que vive a violência desse encontro/limite, tem a chance de constituir novas representações possíveis, já que o pensamento não é totalmente engolido por essa estranheza que a excitação erótica lhe faz viver.

É possível, desse modo, compreender Kristeva (1993/2002) quando toca em um ponto importante da clínica *borderline*: o consenso na literatura de que esses casos se definem por uma problemática no campo das representações (Bartucci, G. 2006; Roussillon. R., 2007; Lerner, H., 2007; Sternbach, S., 2007; Kernberg, 1979, além de outros). Mais do que uma problemática, podemos considerar esse sintoma como uma

tentativa de constituição de representações que englobem as duas alteridades exigidas na constituição dos processos psíquicos apontadas acima.

Como função básica do campo psíquico, as representações precisam ser complexificadas. Green (1988) entende que esse conceito deve ser compreendido em um sentido muito amplo, incluindo as representações tanto do mundo externo como do interno. O sujeito necessita dessas representações para realizar o trânsito psíquico.

Green (1999) afirma que

a teoria da representação, como diz Freud implicitamente, mas não explicitamente, tem o mérito de englobar três dados completamente heterogêneos: por um lado, o que chama o ‘representante psíquico da pulsão’, por outro a ‘representação de coisa do objeto’, e, enfim, a ‘representação de palavra’. Há aí três campos que vão colocar em confronto três tipos de dados: por um lado, o corpo, por outro, o mundo e, enfim, o outro (Green, 1999, p.230).

Incluiria, dessa forma, “um modo pluralista de representação, não apenas através de um conteúdo ideático, mas também através de atos, afetos, estados corporais, linguagem, idéias e pensamentos” (Green, 1999, p. 81). O campo psíquico teria como função construir representações de tudo o que exige representação, inclusive a representação do próprio aparelho psíquico.

E no que se refere aos casos limites, Green (1990) afirma que o que diferencia esses casos dos casos chamados neuróticos é que “o analista deve, ele mesmo, fazer um esforço considerável de representação daquilo que o paciente não pode representar, isto é, o analista deve fazer como se colocasse seu próprio aparelho mental em ação, como auxiliar do aparelho mental do paciente (Green, 1990, p.65). Nessa experiência limite, o psicanalista pode propiciar a experiência da estranheza, da alteridade. Pensamos que, ao se emprestar para a experiência, o analista também pode se surpreender com a facilidade com que esse paciente representa quando encontra elementos possíveis para tal.

É nesse contexto de efervescências mentais que os pacientes buscam fazer o trabalho de manter vivo um psiquismo que tenta domar uma fruição avassaladora que

pode levar à morte psíquica, que muitos psicanalistas e dentre eles Maria Teresa Melo Carvalho (2004) fazem um questionamento interessante, *do qual compartilhamos*. Inspirada na reflexão de Kristeva (1993/2002), a autora pergunta se os psicanalistas formados para lidar com o “aparelho da alma” estariam hoje paralisados diante dos novos homens sem alma, aqueles que, em oposição ao sujeito freudiano, são pobres psiquicamente, possuem uma falha grave na simbolização, uma incapacidade de fantasiar, uma pobreza imaginativa e expressam seu sofrimento submetido pelas vias do corpo. Lançados continuamente em situações traumáticas e desorganizadoras, a um excesso pulsional impossível de nomear e a uma intolerância à frustração ligada a conflitos narcísicos, estes sujeitos estão distantes da sexualidade, do conflito e do desejo.

Seu maior argumento é o de que os psicanalistas estão abandonando muito rápido o “modelo clássico” da Psicanálise, entendido como aquele que se fundamenta no conceito de recalque e no conceito da sexualidade infantil como o recalcado por excelência. Tomando como ponto de partida o fato de que *toda patologia é contemporânea quando descrita fenomenologicamente pelos profissionais de sua época*, a autora traz à pauta a importância de se desfazer a divisão que tem ocorrido no campo da metapsicologia, procurando-se manter o trânsito entre conceitos tais como narcisismo e autoerotismo, trauma e recalque, investimentos objetais e identificação narcísica. Não desconsiderando as patologias atuais e os desafios que elas trazem, a autora quer manter seu foco naquilo que é fundamento teórico-clínico da psicanálise freudiana.

Também ocupado em não perder de vista as significações metapsicológicas que subjazem aos fenômenos culturais, Ribeiro (2004) entende que as patologias contemporâneas continuam submetidas aos efeitos do recalque e não têm sua

origem em quaisquer outros mecanismos psíquicos. Para ele, a atualidade apresenta novas modalidades do retorno do recalado:

algumas das chamadas psicopatologias da contemporaneidade resultam de novas modalidades do retorno do recalado que se caracterizam, principalmente, por uma tendência à despersonalização e à conversão somática, em que o caráter fragmentador e desorganizador das exigências pulsionais encontram menos recursos de simbolização e circunscrição do que aqueles disponíveis nas neuroses clássicas (Ribeiro, 2004, p.108).

O autor afirma que o retorno do recalado tem apresentado novas formas de sustentação e de expressão, tendo em vista que este não encontra mais o mesmo apoio nos costumes, nos tabus e nas restrições alicerçadas numa certa moralidade. O que parece estar recalado na atualidade é a noção de transgressão relacionada à sexualidade e ao banimento da culpa relacionada ao objeto proibido. Ele considera que se os imperativos morais de contenção e de renúncia à sexualidade foram substituídos pelo imperativo do gozo generalizado, não podemos ser ingênuos em pensar que esse deslocamento está destituído de consequências:

Mas seria também uma omissão injustificável se pretendêssemos desconsiderar o potencial conflituoso inerente à própria sexualidade, e admitir a idéia de que esse gozo sexual aparentemente livre de constrangimentos morais não acarretaria, de fato, nenhum dano psíquico (Ribeiro, 2004, p. 112).

O desafio, desse modo, é a compreensão metapsicológica de como os *imperativos do gozo têm se organizado*, ou não, psiquicamente. Ribeiro (2004) defende a ideia de que as patologias contemporâneas continuam relacionadas ao caráter atacante das pulsões sexuais e aos efeitos do recalamento. Mas nesses casos o próprio sujeito se torna obstinado em controlar o excesso pulsional. Podemos pensar que se nas neuroses clássicas o ritual aparecia como uma repetição do que necessitava se esconder, ou seja, a presença de uma ausência; nesses casos, o ritual aparece para impedir que o sujeito seja

invadido e dominado pelos ataques pulsionais: manter ausente (distante) um excesso de presença.

Para Ribeiro (2004), a experiência dos excessos pulsionais da sexualidade infantil polimorfa, que podem ser vividos sem culpa na atualidade, desencadeia também um mal-estar ou um estado depressivo de diferentes intensidades, seja pelo caráter compulsivo que podem adquirir, seja pelo fato de estarem associados a ações aditivas. O dano psíquico aparece como consequência de o sujeito ter que se haver diretamente com o caráter transgressivo dos desejos e com as divisões egóicas que nos fundam psiquicamente. Nesse sentido, os sintomas atuais continuam a ser modos encontrados pelos sujeitos para “barrar a força intrinsecamente perturbadora, conflituosa e até mesmo mortífera das pulsões” (Ribeiro, 2004, p. 113).

Nesse contexto não podemos perder de vista a compreensão de que os deslocamentos culturais dos valores patriarcais, que fizeram emergir o que é da ordem do materno (Roudinesco, 2000), têm permitido o aparecimento, em nível de fenômeno, daquilo que Ribeiro (2004) aponta metapsicologicamente como o caráter transgressivo dos desejos e as divisões egóicas que nos fundam psiquicamente.

Ou seja, se por um lado os novos trânsitos das funções paternas/homem e maternas/mulher atestam os deslocamentos das inevitáveis (re)organizações sociais/culturais, exigindo uma (res)sexualização do paterno e do materno - de uma época que já tem sido nomeada de pós-moderna-, exigindo do sujeito o que Bartucci (2006) chama da tarefa excessiva da contínua constituição de si mesmo, também deixam à mostra na clínica a necessidade de uma escuta que contemple o funcionamento dos primórdios da vida psíquica, vale dizer, tempo/espaço em que o eu psíquico está se constituindo em íntima interação com seus objetos primários.

Os casos limites exigem uma atenção à própria constituição do aparato psíquico. E com isso não se quer dizer que a atenção sobre essa constituição esteja excluída nos casos de neurose ou psicose. Tampouco que a triangulação edípica desapareça da clínica dos *casos fronteirizos*. Entende-se que a questão central implícita nos casos limites é o modo *como* as *relações triádicas* se apresentam, exigindo um repensar sobre os processos de formação do pensamento. Tratando-se de uma relação triádica, tanto a mãe quanto o pai estão presentes na estruturação edípica. Todavia, o que se torna prioritário, embora presente, nesses casos não é a distinção dos sexos e suas respectivas funções. Segundo Green (1988a),

a diferenciação efetua-se mediante dois critérios: por um lado, o bom e o mau, e, pelo outro, a nulidade (ou perda) e a presença dominadora. De um lado, o bom é inacessível, como que fora de alcance, ou jamais presente de uma forma suficientemente duradoura. Do outro, o mau está sempre intrometendo-se e nunca desaparece, salvo por um intervalo momentâneo. Portanto, estamos lidando com um triângulo baseado no relacionamento entre o paciente e os dois objetos simetricamente opostos, que de fato são uma entidade. Daí o termo bi-triangulação. Geralmente descrevemos estas relações em termos de amor-ódio. Mas não é suficiente. Precisamos acrescentar a implicação desses relacionamentos para os processos de pensamento. (...) Em ambos os casos isto tem repercussões sobre o pensamento. Por quê? Porque em ambos os casos é impossível constituir uma ausência (Green, 1988a, p.47)

Observa-se, desse modo, que a entidade representada pelos objetos primários – bom e mau - não *corresponde diretamente* à diferenciação sexual, mas sim às relações entre paciente e objetos primários, propiciadoras de diferenciações no que se refere às qualidades sensoriais, perceptivas e valorativas desses objetos. Corresponde também à determinação das distâncias possíveis entre os corpos em âmbito de ausência e presença: objeto primário nulo e objeto primário presente. É importante perceber que se trata de dois absolutos, onde a polaridade do mau e da constante intrusão ganham em presença em relação à outra polaridade que desaparece, *como se* inexistente. Diante do absoluto toda ação advinda do paciente torna-se impotente. Restam reações que nunca se mostram satisfatórias ao sujeito e o colocam em constante posição de passividade, o

que nos termos de Cardoso (2010) é “servidão ao outro” ou, também podemos dizer, servidão aos outros, no sentido de que na triangulação o paciente possa estar servindo tanto à presença quanto à ausência.

O objeto primário invasivo é comumente vivenciado como uma angústia que não facilita no paciente diferenciar tal presença como “outro”. Nesse sentido, esse objeto não pode ser esquecido nem lembrado, porque indiferenciado. O Eu estaria ocupado em simplesmente realizar uma contracatexia a esta permanente invasão. Nesse caso, o objeto primário, na condição de outro, vai ficando em segundo plano, e o que ganha presença é a própria experiência de *algo* mau e intrusivo que precisa ser expulso (objeto primário internalizado). Por outro lado, o objeto primário nulo (ausente), não pode ser uma “presença imaginária nem metafórica” (Green, 1988a, p. 47), ou seja, não se faz corpo e, como consequência, nem representação. Esse objeto primário nesta condição não é trazido para o espaço pessoal desse paciente. Aliás, nenhum dos dois ocupa tal espaço, se se considerar que sequer existe ainda um espaço/corpo psíquico pessoal neste paciente.

Portanto, um dos principais efeitos dessa presença objetal - que não pode ser esquecido, como consequência, nem lembrado - é uma falha na estruturação narcísica: não pode haver o luto do objeto primordial, pois como fazer o luto de um objeto que não reconhecemos? A delimitação das fronteiras intrapsíquicas e interpsíquicas e o estabelecimento das relações e diferenciações entre mundo interno e externo estão comprometidos. Para que aconteça as diferenciações entre o mundo interno e externo o objeto precisa ser (re)conhecido, perdido e reencontrado. Se o objeto faz parte também do mundo externo e não somente do mundo interno, a pessoa pode tomar posse dele sempre que necessitar. Mas se o objeto não pode ser reconhecido como outro, não

poderá ser simbolizado. Esse objeto mau passa a atuar no sujeito como uma possessão.

Assim nos diz Pontalis (1991): é a

possessão de um corpo interno estranho que invade incessantemente, que violenta sem trégua, e que exerce dominação de dentro, como se a mãe fizesse as vezes de uma pulsão. Daí, em contrapartida, o esforço enfurecido de ‘possuir’ esse corpo estranho, de controlá-lo, também incessantemente e sem trégua, colocando-o do lado de fora (Pontalis, 1991, p.64).

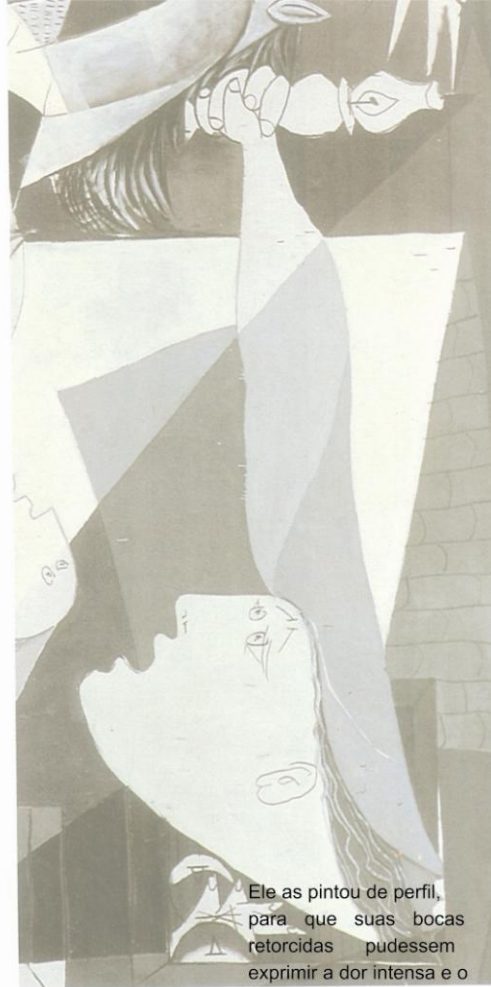
A consequência desse processo pode ser entendida naquilo que Green (1988a) chama de paralisia do pensamento, “um buraco na atividade mental”. Como fenômeno, pode-se pensar também que esse paciente parece estar órfão de pai e mãe vivos, além de excessivamente acompanhado de entidades absolutas e nadificadas. Mas como um objeto pode ser ao mesmo tempo absoluto e nadificado? Em tese, algo absoluto não tem negativo, ou melhor, algo absoluto contém o negativo.

O paciente em questão quer se defender da intensa invasão, mas não consegue lidar com o vazio que surge, pois o objeto primário tido como nulo não se constituiu objeto, ele é o que poderíamos chamar de “não-objeto absoluto”. Embora absoluto e poderoso em seu modo de existir (isso se pudermos falar em algo que é ao mesmo tempo absoluto e existente ou nadificado e existente), figura-se inexistente. O *paciente-limite* sofre dos efeitos combinados de um objeto intrusivo persecutório e de uma sensação de vazio conseqüente à perda do objeto. Esse vazio é por ele descrito como um buraco e, muitas vezes, como um estado depressivo, nunca como um espaço de trânsito. Ele sofre diante da impossibilidade de escolher, pois fica *entre* a paralisia de ser dominado e a paralisia de tentar sustentar a presença de algo inexistente e absoluto em seu próprio corpo, ainda pouco organizado.

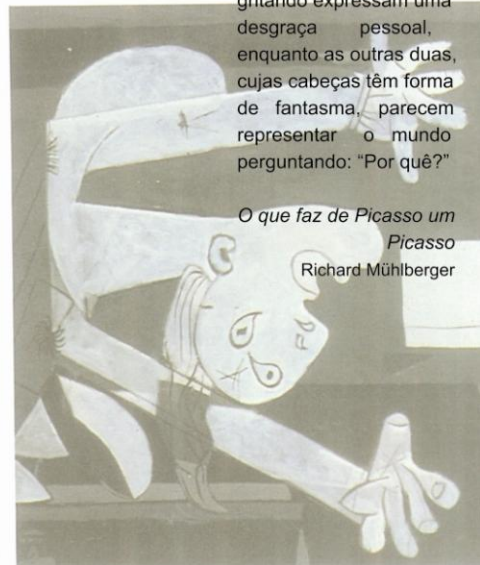
Como consequência, alcança destaque a necessidade da construção de um corpo próprio que sustente a presença diferenciada desses objetos primários e a capacidade de representá-los. No contexto desse tema, a literatura mostra que uma das marcas

características dessa clínica se revela por uma séria dificuldade na construção de representações. Como percebido, esse sintoma clínico decorre de uma necessidade de representação de dois objetos primários absolutos e distintos, que só têm existência quando estão amalgamados um ao outro num jogo de aparecer e se esconder. Como fazer transitar essa demanda em seu próprio espaço pessoal? Como constituir-se corpo psiquicamente sexuado a partir desses objetos primários absolutos e nadificados? É a própria concepção de objeto absoluto e nadificado que precisa ser apresentada, desconstruída e novamente representada, visando uma ressignificação das representações como modo de sentir-se novamente corporificado narcisicamente e, portanto, em alteridade. O absoluto e o nadificado estão aprisionados em idealizações.

Entende-se que na “ordem do dia” é plausível pensar na construção de um escopo metapsicológico relacionado com a compreensão, em nível representativo, do *próprio processo* de separação das instâncias amalgamadas, de modo que elas possam ser duas presenças efetivas e, conseqüentemente, esquecidas. Esse escopo metapsicológico alcançaria a compreensão de modelos diferenciados de cadeias representativas: a da experiência (descritiva e expressiva) e a da simbolização (interpretativa). Esse processo permitiria ao paciente tomar posse das diferentes experiências oferecidas por seus genitores, permitindo que ele se separe como corpo sexualmente diferenciado. Isso inclui o estudo metapsicológico dos processos pré-genitais e genitais.



Ele as pintou de perfil, para que suas bocas retorcidas pudessem exprimir a dor intensa e o horror. As mulheres gritando expressam uma desgraça pessoal, enquanto as outras duas, cujas cabeças têm forma de fantasma, parecem representar o mundo perguntando: "Por quê?"



O que faz de Picasso um Picasso
Richard Mühlberger

CAPÍTULO II

Freud para além do princípio de prazer: reflexões sobre o trauma e os casos-limite

O aquém e o além repetem surdamente a dialética do interior e do exterior: tudo se desenha, mesmo o infinito. Queremos fixar o ser e, ao fixá-lo, queremos transcender todas as situações para dar uma situação de todas as situações. Confrontamos então o ser do homem com o ser do mundo, como se tocássemos facilmente as primitividades. Fazemos passar para o nível do absoluto a dialética do aqui e do aí. Atribuímos a esses pobres advérbios de lugar poderes de determinação ontológica mal controlada. Muitas metafísicas exigiram uma cartografia. Mas em filosofia todas as facilidades têm seu preço; e o saber filosófico começa mal se tiver como base experiências esquematizadas.

Gaston Bachelard

Também é importante estarmos sempre preparados para abandonar um caminho que perseguimos por algum tempo, se este afinal não mais se mostrar adequado. Somente os crédulos, os que exigem da ciência um substituto para o catecismo abandonado, repreenderão o pesquisador por este desenvolver, ou mesmo reformular, seus pontos de vista.

Sigmund Freud

Abrindo uma conferência denominada de *Conceituações e limites* e datada de 25.08.1986, André Green (1990) afirma que o que há de novo em Psicanálise é Freud. Pouco original seria a constatação de que Freud continua novidade em Psicanálise, à qual completaríamos: Freud para além de sua compreensão sobre o princípio de prazer. Em seu texto denominado *Além do princípio de prazer*, Freud (1920/2006) faz um convite para que se possa dar um passo *além* na compreensão do psiquismo, colocando em questão a soberania do princípio de prazer. Segundo Gay (1988), *Além do princípio de prazer* (1920), *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921) e *O eu e o id* (1923)

expõem o sistema estrutural do aparelho psíquico que Freud mantém pelo resto de sua vida.

Nesse texto de 1920, Freud (1920/2006) interessa-se por discutir certos fenômenos que não se encaixam na dinâmica do princípio de prazer. Aquilo que estaria além seria mais arcaico, mais pulsional e atuaria de forma independente do princípio de prazer. Esse princípio é considerado um construto metapsicológico que descreve, a partir do ponto de vista econômico, como o aparelho psíquico trabalha no sentido de diminuir a tensão provocada pelo acúmulo de excitações. Diminuir a tensão significa evitar o desprazer, o que, como resultado, produz prazer.

Vale dizer que Freud define a metapsicologia a partir de três perspectivas: a dinâmica, a topográfica e a econômica, sendo que essa última é entendida a partir da quantidade de energia que circula no aparelho psíquico, exercendo uma pressão que, pelo menos em tese, deve ser constante e exigir trabalho psíquico. A dimensão topográfica mostra que o aparelho psíquico freudiano se apresenta espacialmente: o Ics, o Pcs e o Cs (primeira tópica) e o Id, Eu e Supereu (segunda tópica). A dimensão tópica também nos permite pensar a questão dos limites e das diversas dinâmicas de funcionamento do aparato psíquico.

Costa (1984/2003) afirma que *Além do princípio de prazer* tem como principal objetivo reordenar a antiga divisão pulsional, tornando figura a faceta da vida psíquica que tende à destruição do sujeito e do objeto. “Agora, ao lado da sexualidade, a destruição vai interferir decisivamente na explicação dos mecanismos mentais e passar a ser considerada um dos elementos primordiais no destino da vida psíquica e social do homem” (Costa, 1984/2003, p. 29). Esse texto, juntamente com *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915), *Mal-estar na civilização* (1929) e *Por que a guerra?* (1932) trata daquilo que é mau, egoísta e destrutivo nos homens. Enfim, fala da

violência que nos assola estruturalmente. Do mesmo modo Cardoso (2010b) afirma que a compulsão à repetição, tônica do artigo *Além do princípio do prazer*, “surge para dar conta do problema da violência na subjetividade humana (ao nível do indivíduo, e também no da cultura)” (Cardoso, 2010b, p. 56). E que essa violência seria uma marca das patologias que se situam para além da neurose.

Para Pontalis (1991), *Além do princípio de prazer* anuncia uma repetição do mesmo, orientado por uma “atração mortal da morte”, e a presença de um “princípio de agonia” ou uma “lógica do desespero”, onde estão em ação o gozo e a dor. A repetição coloca em evidência a dimensão do ato (reação mais que ação), que expressa uma força violenta – traumática - um excesso pulsional que não consegue fazer parte do jogo prazer-desprazer. Segundo Cardoso (2010b), a ideia de trauma leva à ideia de pavor, pois “o pavor consiste em ser atacado sem estar preparado para isso, o que implica um outro patamar no que diz respeito aos limites da capacidade de simbolização psíquica (limites ao nível da constituição narcísica) e de recalçamento” (Cardoso, 2010b, p. 53).

Green (1988a) afirma que o verdadeiro sentido de *Além do princípio de prazer* ultrapassa a questão do gozo e da dor. O sentido está em mostrar que o modelo que governa a atividade psíquica é a realização alucinatória negativa do desejo. E nesse sentido “não é o desprazer que substituiu o prazer, é o Neutro” (Green, 1988a, p.24). O desejo encontra “sua realização na reprodução alucinatória das percepções tornadas sinais de satisfação” (Laplanche e Pontalis, 1970, p.159), mostrando a presença rudimentar do psiquismo (Celes, 2004). Por sua vez, a realização alucinatória negativa do desejo tem como expressão o não-desejo. E é por isso que Green (1988b) nos diz que o Neutro é indiferente à agitação das paixões humanas. Ele desafia *o pensamento* porque diz de uma “anorexia de viver” e de uma morte psíquica.

É possível observar para *além do princípio de prazer* serve de sustentação para muitas interpretações, pois ele traz consigo uma reorganização até mesmo do que vem a ser psíquico. Nessa chamada “virada teórica”, Freud redescobre a importância da *repetição* na constituição básica do funcionamento psíquico. E essa repetição está relacionada à compulsão à repetição e à pulsão de morte, suas vicissitudes básicas e constitutivas.

A *repetição*, e esse é um ponto fundamental a ser compreendido quando se trata dos casos limites, aparece no pensamento freudiano no cerne de um conflito pulsional fundamental que coloca em jogo as formas mais primitivas da atividade psíquica, algo para além do jogo prazer-desprazer. “O conflito é repetível, deslocável, transportável e (...) sua permanência resiste a todas as transformações do aparelho psíquico” (Green, 1988b). Ao considerarmos que há um conflito pulsional fundamental, necessitamos considerar também a importância do objeto como revelador desse conflito. E, no que se refere aos casos limites, tanto se faz importante o objeto interno como o externo. Nesses casos, “somos conduzidos fortemente à dialética do dentro e do fora” (Cardoso, 2010b, p.53).

A partir do exposto, será evidenciado nesse trabalho a problemática da repetição como uma *violência psíquica* revelada pela questão do *trauma*. Questão essa relacionada à presença de um *excesso de estímulos exteriores e, também, pulsionais* que não consegue fazer parte da cadeia de representação e do aparato de sustentação psíquica e que reaparece sob a forma de uma compulsão à repetição. É consenso na literatura sobre os casos limites a afirmação de Garcia (2005) de que “as condições de subjetivação presentes hoje em dia têm um efeito traumático sobre a constituição subjetiva” (Garcia, 2005, p.143).

Ao resgatarmos os diversos sentidos de trauma na obra de Freud, é possível constatar que a ideia de trauma está para além da atualidade, pois é constitutiva do nascimento psíquico. Desse modo, mais do que pensar na relação entre subjetividade contemporânea e trauma, faz-se necessário pensar na *qualidade* do trauma referido pela autora e que está associado aos casos limites da atualidade: fatores externos e internos ao sujeito “dificultam a possibilidade de assimilação e de elaboração psíquica (e) provocam, em contrapartida, uma reação desinteressada” (Garcia, 2005, p. 145).

A atenção estará voltada para a obra freudiana com o objetivo de apreender, a partir da noção de trauma, alguns alicerces para se pensar metapsicologicamente o que vem sendo observado e descrito como a clínica dos nossos *casos-limite*. A ideia freudiana que conjuga trauma e sexualidade já existe desde os primórdios da Psicanálise. Mas quais as diferenças ao longo de sua obra? Como relacioná-las à clínica dos casos-limite?

Este trabalho tem como eixo norteador o texto freudiano denominado *Além do princípio de prazer* (1920/2006), um dos textos de consolidação da virada teórica de 1920 e da explanação da nova teoria pulsional. Segundo Cardoso (2010b),

A nova teoria pulsional e o segundo modelo do aparelho psíquico resultaram na abertura do horizonte freudiano rumo a outras configurações clínicas além da neurose, com outro patamar de sofrimento, outra ordem de resistência ao trabalho psíquico (e, conseqüentemente, analítico) e com um funcionamento psíquico predominantemente regido por um princípio que ultrapassa o eixo prazer/desprazer. Este movimento descortina um novo horizonte onde a dimensão de violência psíquica, o traumático, retorna na teoria, e dessa vez com uma face mais radical (Cardoso, 2010b, p. 50).

Para a autora, pensar a violência psíquica é refletir sobre a questão do trauma que a partir de 1920 é pensado a partir do excesso pulsional e dos limites da representação, ambos os aspectos essenciais quando do estudo dos casos-limite. E a radicalidade de que trata a autora diz da importância do fenômeno da compulsão à

repetição que aparece interligada à *necessidade de punição pela vertente do masoquismo* (Freud, 1924/2007). Mas essa radicalidade também está relacionada aos conceitos de função desobjetalizante e narcisismo negativo propostos por Green (1988b).

Parte-se do pressuposto de que existem, na obra freudiana, tentativas altamente complexas de compreensão das organizações psíquicas e que estas permitem o dialogar com e pensar a clínica dos pacientes fronteiriços de nossos tempos. Embora Freud não tenha tido tempo cronológico para se debruçar sobre essa clínica, lançou ideias em nível metapsicológico muitas vezes consideradas especulativas. Entende-se que ele construiu o escopo que vem possibilitando aos psicanalistas a inclusão e sustentação dessa clínica.

Sobre a ideia de trauma: aproximações entre clínica psicanalítica e cultura

Buscando aproximações entre sintoma clínico e cultura e considerando que os clientes reverberam os ecos de seu próprio tempo, Carvalho, M.T.P. (2001) estudou o tema da intimidade na atualidade relacionado a um intenso sentimento de vulnerabilidade e de desproteção. Partiu da ideia de que cada sociedade cria seus próprios códigos de confiabilidade a fim de que seus habitantes possam nela transitar. Mostra que o projeto moderno ocidental, aquele que colocou a família como lugar de refúgio e de proteção, não consegue mais garantir, sozinho, códigos de afeição e confiança. Os espaços de trânsitos entre os corpos têm exigido a demarcação de novas concepções para o que é da ordem pública e privada, repercutindo diretamente no modo como as pessoas vivem o amor, a entrega e o íntimo.

São também inúmeras as publicações que falam sobre a existência de um sujeito ameaçado em sua integridade narcísica e sobre a experiência traumática. Os processos compulsivos, que se expressam muitas vezes como vícios, aparecem como formas de o

sujeito buscar proteção contra o imediatismo. O que é efêmero se evidencia e traz junto de si a promessa de saciar desejos sempre insaciáveis. É um modo de funcionamento focado na compra e na aquisição e não mais na produtividade. O sujeito ingere compulsiva e excessivamente – produtos, imagens e informações -, mas não sabe como digeri-los. (Bauman, 2001; Birman, 2006; Schargel, 2002; Lazzarini, 2006).

Garcia (2005) se fundamenta na ideias de Lipovetsky (1983) (*indiferença por excesso e não por privação*) e Alain Ehrenberg (1998) (*sentimento de insuficiência*) para afirmar que o mal-estar da atualidade se diferencia daquele apresentado por Freud em 1930:

Sentimento de culpa, conflito e recalque são algumas das categorias conceituais que construíram o argumento central da tese freudiana apresentada no *Mal-estar na civilização*, e que só se mostraram adequados à compreensão do sujeito na modernidade porque, de fato, apontavam para as consequências psíquicas de um cenário social onde predominavam os antagonismos, a renúncia, o sacrifício e a culpa. Ao que tudo indica estamos submersos no vazio e na indiferença, de que nos fala Lipovetsky, ou dominados pelo sentimento de insuficiência e pela exigência de autonomia, a que se refere Ehrenberg, cujos efeitos psíquicos exigem a rediscussão de algumas das categorias teóricas de que temos feito uso no entendimento da constituição subjetiva (Garcia, 2005, p. 144).

Sua discussão alcança a categoria de trauma freudiano e os conceitos de função desobjetalizante e narcisismo negativo de André Green. Especialmente vulnerável a traumas, o sujeito na atualidade realiza um desinvestimento pulsional, sob a forma de um narcisismo negativo, como uma reação defensiva às condições de subjetivação da atualidade, ou seja, uma reação defensiva contra o excesso de estimulação e de exigências que tomam conta do sujeito na atualidade. Mas levando-se em consideração que existem mudanças sociais estruturais que vêm desestabilizando a vida em sociedade, pensamos que não é o excesso de estimulação e de exigências em si que têm amortecido o sujeito. A *qualidade* dos estímulos também faz o sujeito se haver com uma complexidade para o qual ele não encontra aparatos de simbolização, repercutindo diretamente na capacidade de ação e representação.

Figueiredo (2003) afirma que a modernidade nos levou a pensar em trauma e dissociação, afetando diretamente os processos de subjetivação na contemporaneidade. Os sentidos sempre transitórios e as tentativas de classificação e de reiteradas ordenações tornaram necessárias (evidentes) a ambiguidade e a experiência traumática.

Diz o autor:

O trauma é o momento privilegiado da inversão de papéis, o sujeito é repentinamente apassivado pelo impacto de um objeto cujo dinamismo excede em muito a sua capacidade de enfrentamento e domínio (prático ou simbólico); no trauma, a vontade do sujeito é submetida à sua sensibilidade, aos seus afetos; se a linguagem dos afetos padece sempre da equivocidade, para se falar o trauma não há, rigorosamente, linguagem alguma disponível (Figueiredo, 2003, p.15).

O traumático transporta o sujeito temporariamente a uma condição de caos, interpretado como *não existência* e vivenciado como *apassivamento*. O sujeito se experimenta em estado de exposição não defensiva pela presença de um objeto que o coloca numa posição passiva e infantil. Ele vive uma condição de dissolução tanto em sua tentativa de ordenação (que de tanto separar, desintegra), quanto pela experiência afetiva que inverte repentinamente sua condição de sujeito do controle.

Desse modo, além do recalque, as cisões também passaram a ser modos de se lidar com o intolerável na experiência humana, entendido nesse trabalho como a experiência da dissolução ou, se formos um pouco mais longe, como uma experiência de morte que em sua possibilidade de vida, sinaliza uma ausência temporária de limites e fronteiras. Se a ideia de recalque remete à ideia de angústia de castração e à evidência de uma falta, as cisões remetem às experiências de um excesso pulsional pelas vias da *presença* e da *ausência*. Presença e ausência do objeto primário e, também, presença de um excesso pulsional e ausência de um psíquico capaz de fazer caminho ao excesso de presença. Diz Figueiredo (2003):

No primeiro caso (o das cisões), criam-se barreiras verticais que mantêm lado a lado porções segregadas da realidade objetiva e da subjetividade; no segundo (os recalques), criam-se barreiras horizontais em que partes da

experiência (representações, mas também afetos) são excluídas da consciência e ‘soterradas’. Em contraposição – ao que se dá predominantemente pelas vias do recalque e da repressão -, quando predominam as cisões, o que se tenta é evitar a constituição do conflito psíquico (Figueiredo, 2003, p.16).

O traumático, o que é da ordem das cisões, é anterior ao estabelecimento do conflito psíquico, diz o autor. No entanto, entende-se que essa ordem só aparece quando do estabelecimento do conflito, ou seja, *a posteriori*, quando nominado, pois o que é da ordem do traumático está aquém ou além da linguagem, do psíquico e do que nele constitui conflito. Melo e Carvalho (2006) dizem da noção de trauma relacionada ao gozo e ao excesso pulsional, em oposição ao conflito, ligado ao desejo e à fantasia inconsciente.

Pensando a clínica a partir da noção de trauma, Uchitel (2004) parte das premissas desenvolvidas em Freud, Ferenczi, Winnicott, Khan e Laplanche acerca da concepção de trauma. Considera a importância de não haver uma dicotomia entre uma “clínica do trauma” ou “clínica da dissociação” em oposição a uma “clínica do recalque” ou “clínica das representações”, pois o mais importante é pensar que em todo psiquismo existem “os aspectos traumáticos não representáveis e aspectos inscritos que conseguiram uma representação” (Uchitel, 2004, p.152). Se por um lado há uma paralisia e uma inibição da capacidade de simbolização, por outro não podemos excluir o que está dissociado como parte fundante de todo psiquismo. Ela acredita que a inclusão do material traumático conduz a

Uma diversificação dos *modelos de compreensão* da dinâmica psíquica, que sem desconsiderar a estrutura, a fantasia inconsciente, o conflito, o recalque e o sintoma, orientam sua atenção para as falhas na estabilidade e coesão do *self*, para a falta de uma mãe empática no começo da vida, para as falhas nas barreiras de proteção externas e internas (limites excessivamente permeáveis entre instâncias), para os excessos de excitação, para as comoções produtoras de anestesia e clivagem, para o desmentido, para os significantes enigmáticos e para os traumas cumulativos (Uchitel, 2004, p.152, grifos do autor).

Tudo isso traria ampliação às possibilidades da análise, pois seria também possível ao analista estar atento às diversas “modalidades de relação” que o colocam em posições diversas. Se o trabalho a partir do material recalçado promove desconstruções, o trabalho com o material do trauma exige as construções, as inscrições e as sínteses. Vemos aqui relançada a ideia freudiana de uma conjugação entre trauma e sexualidade. Vemos também presente nas ideias de *self* e de *modalidades de relação* uma possibilidade de se pensar como responder clinicamente às exigências das diversas funções do aparelho psíquico desenvolvidas a partir da segunda tópica: Eu, Supra-Eu e Id.

Além do princípio do prazer: aproximações para se pensar uma clínica dos limites

Em uma carta a Ferenczi, datada de 19 de março de 1919, Freud afirma haver terminado um artigo com um título enigmático, denominado *Além do princípio de prazer*. Como afirma Figueiredo (1999, p.52): “perfeitamente enigmático e com fortes ressonâncias metafísicas, para não dizer esotéricas – “além”..., a que distância nebulosa somos impulsionados!” E ainda completa neste mesmo parágrafo: “É como se não fosse ele o autor deste título que lhe soa tão estranho”. Algo nesse título ainda não lhe é próprio, apenas um título, mas já lhe constitui. O enigma ali gestado (tornado presença) confirma que a origem psíquica é constituída numa dualidade de forças que se integram e se separam em relações de oposição, complementaridade e também de diferença. O que parece estar além do princípio do prazer é apreendido *na própria experiência* e atravessa o autor como algo ainda estranho.

Monzani (1989) faz uma pergunta: “Existe texto mais confuso, mais desorientador, mais embaraçoso, mais cheio de armadilhas e contradições que *Além do princípio do prazer?*” (Monzani, 1989, p.144). Por sua vez, Gay (1988) afirma que se

trata de um texto difícil: “a prosa é clara como sempre, embora a concentração de novas idéias perturbadoras num espaço reduzidíssimo ofereça obstáculos à rápida compreensão do leitor” (Gay, 1988, p.166). E, para completar, Figueiredo (1999) exclama: “Que livro! São sete capítulos de tamanhos extremamente desiguais, extremamente heterogêneos quanto aos temas, quanto ao estilo e quanto aos métodos de exposição” (Figueiredo, 1999, p. 52).

De fato, trata-se de um texto de difícil leitura: são muitos os detalhes e nada lineares os caminhos de compreensão. Para começar, muitos são os questionamentos do estatuto desse *passo além*. Dentre eles, Caropreso e Simanke (2006) remetem seus leitores a vários trechos escritos por Freud em seu trabalho denominado de *Projeto para uma psicologia científica* (1905[1895]), com o objetivo de demonstrar que a metapsicologia encontrada em *Além do princípio de prazer* (1920/2007) já estava nuançada no manuscrito de 1895. Os autores acreditam que Freud deu um passo além ao retornar às origens de sua própria metapsicologia, retomando algumas noções deixadas em segundo plano quando da passagem das ideias contidas no *Projeto...* (1895) para a concepção desenvolvida em *A interpretação dos sonhos* (1900[1901]).

Nessa passagem Freud retira a vivência de dor do modelo do trauma neurótico e o substitui pela questão do desejo recalcado, gerando algumas modificações significativas. Segundo os autores:

A partir de 1900, fica estabelecido que o desejo, e não o trauma, é a fonte de todas as motivações psíquicas normais ou patológicas. (...). O núcleo e o eu desaparecem da tópica e, embora Freud continue a falar de um sistema de percepção e de consciência (...), estes não são mais representados de maneira explícita na estrutura espacial do aparelho (...). *A pulsão e o eu* apenas retornarão ao primeiro plano da reflexão metapsicológica na esteira dos desenvolvimentos mais importantes do período entre 1900 e 1920: *a teoria da sexualidade, da qual o conceito de pulsão constitui a expressão metapsicológica mais significativa, e a teoria do narcisismo, que torna inadiável a elaboração do conceito de eu e precipita a revisão da primeira dualidade pulsional que culminará em 1920, em cujo contexto reaparece a noção de compulsão à repetição* (Caropreso e Simanke, 2006, p. 16, grifos nossos).

Outros autores, dentre eles Paul Ricoeur (1977), também apontam as proximidades existentes entre essas duas obras. Desse modo, não se pode dizer que as ideias contidas no texto freudiano de 1920 sejam totalmente novas. Considerando o estilo freudiano, podemos dizer que as antigas ideias foram, ao longo de sua obra, recebendo novos estatutos interpretativos, reconfigurações.

Freud, em um dado momento de seu texto, afirma que “somos obrigados a admitir que existe na psique uma forte tendência ao princípio de prazer, mas que certas outras forças ou circunstâncias se opõem a essa tendência, de modo que o resultado final nem sempre poderá corresponder à tendência ao prazer” (Freud, 1920/2006, p.137).

Na obra freudiana, a diminuição de tensão ora é vista como uma tendência a manter a quantidade de excitação constante ou tão baixa quanto possível, ora é descrita como uma tendência que visa libertar o aparelho psíquico de toda e qualquer tensão. “O idêntico a si mesmo, o estável que provoca prazer é, na Psicanálise, para os psicanalistas, a crença na dominância do princípio de prazer” (Figueiredo, 1999, p.54). Neste sentido, o idêntico a si mesmo pode ser entendido como algo estável mas também pode ser compreendido como algo morto, sem qualquer tensão. Segundo Monzani (1989) existe um paradoxo nesse construto teórico, pois ora ele parece estar a serviço da vida, um guardião da vida, ora ele parece estar a serviço da morte, da descatexia, do escoamento total das tensões e das excitações internas. O fato é que em ambos os casos a busca é pela conservação do mesmo.

Freud (1920/2006) entende que o princípio de prazer – prazer e desprazer - atua em concordância com o princípio de realidade, considerado este uma modificação daquele. E para que o funcionamento psíquico opere de modo satisfatório, faz-se necessário separar as pulsões cujas metas são intoleráveis para a formação de uma

integração egóica por meio do processo de recalque. As pulsões recalçadas, por sua vez, continuarão em sua busca de satisfação por vias substitutivas e são normalmente vivenciadas como desprazer. Para Freud, todo desprazer neurótico é um prazer que não pode ser sentido como tal. Até aqui, não há nada *além*.

Vários são os exemplos citados por ele na tentativa de demonstrar a existência de outras forças para além daquelas que respondem ao princípio de prazer: os sonhos que reconduzem as pessoas de volta a uma situação traumática, dos quais elas acordam experimentando o mesmo susto vivenciado no momento da situação original e para os quais não se pode dizer que eles sejam recordações de realizações de desejos recalçados; a famosa brincadeira do *fort-da*, onde seu neto repetia incansavelmente o ato de fazer desaparecer e reaparecer um carretel de madeira enrolado com um cordão, interpretada por Freud como uma tentativa da criança de transformar a experiência passiva e dolorosa do desaparecimento da mãe num apoderamento ativo e autônomo dessa vivência original, possibilitando o asseguramento da experiência psíquica de desaparecimento e retorno; a relação transferencial, que permite a expressão repetitiva do recalçado infantil como se fosse uma experiência do presente e a concomitante sustentação, no manejo da transferência, das resistências provenientes da organização egóica que tentam impedir a liberação desprazerosa do conteúdo recalçado.

No entanto, não lhe parece tão simples explicitar a existência das forças que atuam para além do princípio de prazer. Note-se que é *de atividade* que se fala, mas a cada novo passo dado por Freud na tentativa de mostrar sua tese, mais ele retorna e afirma que o fenômeno descrito pode também estar relacionado, em alguma instância, ao princípio de prazer. Ele estava mais uma vez no exercício de sua árdua tarefa de se apoderar de uma ideia que não é da ordem do apoderamento, característica de toda metapsicologia.

Freud (1920/2006) constata que a *ação repetitiva das pulsões*, uma *coação* (compulsão) que obriga a uma repetição, a um “eterno retorno do mesmo”, é encontrada na vida dos *neuróticos* e dos *não-neuróticos*. Haveria na vida psíquica uma *compulsão à repetição* e esta nem sempre parece estar subordinada ao princípio de prazer. A diferença está no modo como a pessoa vivencia a experiência repetitiva: se de modo ativo ou passivo:

Claro que esse ‘eterno retorno do mesmo’ surpreende muito pouco nos casos em que se trata de uma atitude *ativa* dessas pessoas ou quando percebemos um traço de caráter que nelas se mantém, manifestando-se forçosamente na repetição de experiências idênticas. O que de fato nos surpreende são os casos em que a pessoa parece vivenciar *passivamente* uma experiência sobre a qual não tem nenhuma influência, só lhe restando experimentar a repetição da mesma fatalidade (Freud, 1920/2007, p.147, grifos do autor).

Desse modo, a partir de seu texto, acompanhamos o exemplo da criança, que repete ativamente para aprimorar uma habilidade ou até para simplesmente repetir a experiência vivida. Já no caso dos analisandos, pode-se entender que a repetição que acontece na transferência se sobrepõe ao princípio de prazer. E, finalmente, a repetição que acontece naquilo que Freud chama de neuroses de destino obedeceria passivamente a compulsão à repetição sem qualquer relação com o princípio de prazer. As neuroses de destino se encaixam nos casos descritos acima por Freud onde há a repetição de uma mesma fatalidade de modo passivo.

Até esse momento teórico, a compulsão à repetição estava presente na obra de Freud através das neuroses obsessivas, que associavam as repetições às interdições, aos desejos recalçados. A partir de 1920, e particularmente em 1924 com o desenvolvimento da ideia de masoquismo, a compulsão à repetição se liga a uma necessidade de punição.

Apesar de considerar uma especulação o desenvolvimento de suas ideias sobre a compulsão à repetição, Freud leva adiante suas questões sobre a função exercida por

elas na vida psíquica, sua relação com o princípio de prazer e em que condições ela pode se manifestar. Na tentativa de dar um passo além em seu trabalho, ele se reporta às *excitações provenientes do exterior* que, *quando excessivas*, são capazes de romper o escudo protetor responsável por amortecê-las e penetrar nas camadas mais profundas do psiquismo. Nessas circunstâncias, o princípio de prazer é colocado fora de ação e o excesso de excitação é *vivenciado como traumático*. Observa-se, desse modo, um retorno à ideia de trauma.

Como descrito em seu texto, “o escudo protetor faz com que as energias do mundo exterior só possam transmitir às próximas camadas situadas logo abaixo – e que continuaram vivas – apenas uma pequena parcela de sua intensidade” (Freud, 1920/2006, p.151). Já que, nos humanos, são os órgãos dos sentidos os responsáveis pela proteção do organismo contra quantidades excessivas de estímulos externos, pode-se afirmar que *o excesso de informações proveniente do exterior pode ser capaz de adulterar ou até de bloquear o funcionamento sensorial, perceptivo e motor dos sujeitos*. Torna-se evidenciada a questão do trauma. Segundo Monzani (1989),

os fenômenos do traumatismo põem diretamente em questão a maneira pela qual o organismo e o aparelho psíquico recebem os estímulos e, sobretudo, como *procuram neutralizar* seus efeitos perturbadores. Trata-se agora, portanto, de pensar como o traumatismo pode violar essas situações de bom equilíbrio, e com isso, pondo o aparelho psíquico, por assim dizer, em estado de ‘pane’, fazer com que suas leis regulares e habituais sejam, por consequência, também colocadas em questão, ou melhor, entre parênteses (Monzani, 1989, p.159, grifos nossos).

As leis regulares e habituais do aparelho psíquico são as que regem o princípio de prazer. Como neutralizar os efeitos traumáticos? O que estaria *além*?

O retorno à ideia de trauma e um passo além

Segundo Laplanche e Pontalis (1970), a palavra trauma significa uma ferida (efração) resultante de uma violência externa e que tem consequências sobre o conjunto

da organização do organismo. A noção de trauma em Psicanálise foi retomada por Freud, que a transpôs para o plano psíquico. O trauma psíquico diz de um

Acontecimento da vida do indivíduo que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se acha o indivíduo de lhe responder de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica.

Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se por um afluxo de excitações que é excessivo, relativamente à tolerância do indivíduo e à sua capacidade de dominar e de elaborar psiquicamente estas excitações (Laplanche e Pontalis, 1970, p.678).

Embora essa noção de trauma permaneça no decurso da obra freudiana, não podemos entendê-la do mesmo modo ao longo do tempo. Laplanche e Pontalis (1970) apontam momentos diferenciados desse conceito. Segundo os autores, é clássico considerar o início da Psicanálise entre 1890 e 1897, momento final em que Freud entra em crise com sua primeira teoria das neuroses. Na carta a Fliess número 69 (1897) ele admite não acreditar mais em sua neurótica. Nesse espaço de tempo Freud desenvolve a primeira teoria do trauma, estreitamente relacionada aos sintomas histéricos. Essa teoria relaciona o trauma, o sexual, a histeria, um acontecimento real e a fantasia.

Em carta a Josef Breuer de 29.06.1892 e publicada nos *Esboços para a 'comunicação preliminar'* [1893a (1940-41 [1892])], Freud afirma ser indispensável à explicação dos ataques histéricos a suposição da presença de uma divisão no conteúdo da consciência. Afirma também que o elemento sempre presente em um ataque histérico é o retorno de uma lembrança traumática e que as experiências psíquicas transformadas em ataques histéricos são impressões que não conseguiram encontrar expressão adequada. Freud então dá uma definição de trauma psíquico: “transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldade em abolir por meio do pensamento associativo ou da reação motora” (Freud, [1893 (1940-41 [1892])]/1996, p.196).

No artigo denominado *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos* (1893b/1996), Freud determina o fator traumático como uma das causas possíveis da histeria. Partindo de sua própria experiência e influenciado por Charcot e Breuer, Freud declara publicamente que “(...) *há uma analogia total entre a paralisia traumática e a histeria comum, não traumática (...)*” (Freud, 1893/1996, p.40, grifos do autor) e que ambas estão determinadas por experiências afetivas marcantes (um afeto violento). Diz então que toda histeria pode ser encarada como histeria traumática e que todo trauma implica um trauma psíquico subjacente. A permanência de um trauma psíquico advém da impossibilidade de uma descarga adequada da excitação proveniente da experiência. Esse aumento de excitação exige uma descarga de modo ativo, a fim de diminuir a intensidade original da situação vivida. Se um afeto traumático não se liga a alguma representação, permanece como trauma psíquico.

Freud apresenta as influências etiológicas da neurose em seu artigo denominado *A hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896a/1996), estabelecendo uma estreita relação entre o desencadeamento de uma neurose e um trauma sexual, pois reconhece a existência de influências sexuais em todos os casos de neurose. Na neurose histérica e obsessiva, a lembrança relacionada à vida sexual apresenta duas características importantes: “o evento do qual o sujeito reteve uma lembrança inconsciente é *uma experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais, resultante de um abuso sexual cometido por outra pessoa*; e o período da vida em que ocorre esse evento fatal é a *infância*” (Freud, 1896a/1996, p. 151, grifos do autor).

Freud fala de “ataque brutal praticado por um adulto” e fala de “sedução” como formas de abuso. Nesse momento Freud acredita que o trauma aconteça no primeiro momento, mas, pela precocidade do evento, ele é preservado como traço psíquico e reaparece na puberdade. “O que acontece é, por assim dizer, a ação póstuma de um

trauma sexual” (Freud, 1896a/1996, p.152). O fator patogênico não está no trauma em si, mas em sua lembrança. “Essa concepção de trauma em dois tempos é também a primeira concepção freudiana do recalque” (Melo e Carvalho, 2006, p. 36).

Em seu estudo sobre *A etiologia da histeria* (1896b/1996), Freud enumera uma série de razões pelas quais seria possível acreditar na veracidade das situações vividas pelas crianças em sua mais tenra infância e lembradas pelos adultos em análise. No entanto, Freud abandona essa crença. Como explica a Fliess em sua carta 69 (1897), era impossível que todos os pais tivessem cometido abuso real às crianças. Ao abandonar a teoria da sedução vinda de fora, Freud toma um novo caminho, o da fantasia. É a criança que fantasia as cenas sexuais de sedução. Essa inversão altera consideravelmente o sentido de trauma, pois permitirá se pensar em trauma e sentidos psíquicos, abrindo caminho para o conceito de realidade psíquica.

Só em 1920, em *Além do princípio do prazer*, é que Freud retoma e complexifica a ideia de trauma vinda de um acontecimento externo e das pulsões ainda em estado livre, próprias do processo primário. Os quadros clínicos que surgiram no pós-guerra demonstraram afetar muito mais o desempenho psíquico do que os conhecidos quadros histéricos. Os sonhos dos que têm neurose traumática, que operam a favor da captura e fixação psíquicas, não estão a serviço da realização de desejos: “Cabe, então, supor que esse tipo de sonho talvez se preste a outra tarefa que deve anteceder o início da soberania do princípio do prazer” (Freud, 1920/2006, p. 156).

Do mesmo modo, os sonhos durante as análises, que trazem o trauma psíquico da infância, não são realizações de desejos. Esses sonhos obedecem muito mais à compulsão à repetição. Freud admite a existência de uma compulsão à repetição na vida psíquica que ultrapassa o princípio do prazer. Se com o desenvolvimento de sua primeira teoria do trauma ele vincula trauma, desejo e fantasia, agora ele desenvolve

uma segunda teoria onde pode novamente incluir a dimensão da dor nos acontecimentos traumáticos.

Para Freud (1920/2006), a dor e o trauma estão estreitamente relacionados e têm um papel crucial na tentativa de compreensão da compulsão à repetição. Freud está interessado em diferenciar um trauma físico de um trauma psíquico. Enquanto no primeiro caso existe um objeto real (o próprio corpo) e uma catexia narcísica para direcionar o excesso de libido sexual liberada no momento do choque, no segundo caso, o susto proveniente do choque libera um excesso de libido sexual (experiências infantis não ligadas) que, devido à inexistência do objeto, permanece livre e sem possibilidade de escoamento. Mais do que o acidente, o que é traumático é o excesso de energia livre não ligada.

Segundo Monzani (1989), o sintoma repetitivo mostra uma tentativa de ligação desse excesso pulsional. É uma tentativa de sanar a falha ocorrida, ou seja, sanar a falta de preparo que permitiu a eclosão da angústia e também a conseqüente falta de preparo para a vivência da própria angústia.

A compulsão à repetição diz, desse modo, do trabalho do aparelho psíquico de processar [*bewältigen*] ou enlaçar [*binden*], em nível de processo primário, os impulsos provenientes de um excesso de excitações vindas do exterior ou de impulsos provenientes das pulsões, que operam com energia livre e móvel. Os impulsos provenientes das pulsões não passam pelo tipo de processo nervoso que trabalha com energia fixada e presa, mas, ao contrário, entram nos processos que operam com energia livre e móvel. Esse processo exerce pressão visando a um escoamento.

No entanto, a camada receptora de estímulos não possui proteção para as excitações provenientes do interior do organismo. Essas fontes de excitação interna, as principais e mais abundantes, são constituídas pelas chamadas pulsões, que são “as

representantes de todas as ações das forças que brotam no interior do corpo e que são transmitidas para o aparelho psíquico” (Freud, 1920/2006, p.158). Mas uma pulsão não pode ser observada diretamente. É a *compulsão à repetição como ato* que possibilita a revelação da pulsão.

Podemos observar que tanto o excesso de impulsos externos que invadem o aparelho psíquico quanto os impulsos internos provenientes das pulsões podem provocar perturbações traumáticas, se não forem devidamente processadas ou, em termos freudianos, enlaçadas. A manifestação da compulsão à repetição também exhibe, desse modo, “um caráter altamente pulsional” (Freud, 1920/2006, p.159). E o trauma pode ser desencadeado por fatores externos e internos ao organismo.

Favero (2009) afirma que o texto freudiano denominado de *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926[1925]) atribui um lugar diferenciado à concepção de trauma na teoria da angústia. Nesse texto de 1926[1925]), Freud associa a questão do trauma ao desamparo mental da criança desencadeado pela separação da mãe: “Em consequência da incompreensão dos fatos pela criança, a situação de sentir falta da mãe não é uma situação de perigo, mas uma situação traumática” (Freud, 1926[1925]), p. 165). Notemos que o trauma não é desencadeado pela separação da mãe propriamente, mas uma consequência da incompreensão, pela criança, dessa separação. Celes (1995), ao fazer um estudo sobre a teoria da angústia em Freud, afirma que

o que o nascimento impõe de perturbação econômica, portanto (meta)psicologicamente dizível, é a irrupção de grande soma de excitações impossibilitadas de fazer caminho, trazendo o perigo do *desvalimento* psíquico que no lactente seria o correspondente de seu desvalimento biológico. (...) Seria então fácil concluir pela afirmação de que o angustiante é a presença, presença da excitação, ou da vida, não fosse o desvalimento ser, ele mesmo, a angústia, o afeto-angústia (Celes, 1995, p. 42, grifos do autor).

O traumático, desse modo, é o próprio desvalimento psíquico (ausência narcísica) diante de uma presença (excesso de excitação acumulada e impossibilitada de

trânsito), decorrente do nascimento e da primeira vivência de angústia. Angústia como sinal de vida. Se pensarmos que o nascimento psíquico é algo que está continuamente renascendo e renascido (Celes, 2004), pois se trata de um constante trabalho de Eros, é possível constatar que o trauma que assola os chamados casos-limite mostram o próprio trabalho de Eros em seu esforço de fazer renovadas ligações.

Ao afirmar que a separação de um objeto dever ser dolorosa, Freud questiona sobre quando a separação de um objeto produz angústia, quando produz luto e quando produz somente dor. Para Freud, a dor vivenciada na esfera mental é uma reação real à perda do objeto, e a angústia é uma reação ao perigo que essa perda acarreta:

a transição da dor física para a mental corresponde a uma mudança de catexia narcísica para a catexia de objeto. Uma representação de objeto que esteja altamente catexizada pela necessidade instintual desempenha o mesmo papel que uma parte do corpo catexizada por um aumento de estímulo. A natureza contínua do processo catexial e a impossibilidade de inibi-lo produzem o mesmo estado de desamparo mental (Freud, 1926[1925], p.166).

A catexia narcísica é, desse modo, física e pressupõe um investimento libidinal no próprio corpo. Por sua vez, a catexia de objeto é mental e pressupõe um investimento libidinal em uma representação de objeto. E ambos os processos podem ser traumáticos. No entanto, se pensarmos que este é um texto de 1926, tempo em que já existia a ideia de um eu investido libidinalmente como objeto, podemos pensar que essa transição apontada por Freud não só trouxe uma mudança da catexia narcísica para a catexia de objeto como trouxe a possibilidade de se pensar uma catexia narcísica de objeto e uma catexia de objeto narcísico.

No primeiro caso, supõe-se que a parte do corpo que é catexizada pelo aumento de estímulo pode ser qualquer uma que esteja investida libidinalmente. E no segundo caso, pressupõe-se que a representação de objeto catexizada pela necessidade pulsional é o próprio Eu, o corpo egóico. Podemos pensar que tanto é traumática a experiência de

uma fragmentação corporal quanto a experiência de um aprisionamento em seu próprio corpo psíquico. Encontramos aqui nuançada algumas das descrições encontradas quando do estudo dos casos-limite. Podemos também pensar que as duas possibilidades mostram uma experiência de desamparo.

Voltando à obra de Freud de 1920, falou-se de uma transição de trauma físico para trauma psíquico, e, considerando a noção de trauma psíquico, ele tanto pode se dar por um excesso de excitações provenientes do exterior, ao romper o escudo protetor, quanto do interior, ambos produzindo um estado de “desamparo mental”. Vejamos:

A tarefa das camadas superiores do aparelho psíquico seria justamente enlaçar e atar [*binden*] a excitação das pulsões que chegam do processo primário. No caso de fracasso desse enlaçamento [*Bindung*], provocar-se-ia uma perturbação análoga à da neurose traumática. Só depois de ter havido um enlaçamento [*Bindung*] bem-sucedido é que poder-se-ia se estabelecer o domínio irrestrito do princípio do prazer (e de sua modificação em princípio de realidade). Enquanto isso não acontece, a tarefa do aparelho psíquico de processar [*bewältigen*] ou enlaçar [*binden*] a excitação teria prioridade, não em oposição ao princípio de prazer, mas operando independentemente dele e, em parte, sem levá-lo em consideração (Freud, 1920/2006, p.158).

Entende-se, desse modo, que as pulsões também são traumáticas em sua constituição. Encontramos ressonância desse pensamento em Melo e Carvalho (2006). Segundo os autores, “a pulsão contém o traumático em sua própria constituição e (que) qualquer situação traumática é necessariamente habitada pela pulsão” (Melo e Carvalho, 2006, p.34). Para esses autores, “o trauma talvez seja o principal elemento de uma teoria capaz de juntar esses conceitos cujos destinos se confundem com os destinos da Psicanálise (...)” (Melo e Carvalho, 2006, p.44). Esses conceitos se referem aos conceitos psicanalíticos que mantêm unidos a pulsão e o inconsciente, a pulsão e a sexualidade. O nascimento psíquico é traumático em sua própria constituição.

Desse modo, o que está além do princípio do prazer pode ser compreendido a partir de diferentes ângulos. Segundo Monzani (1989) o que está além é a *bindung*, uma atividade originária, primordial, cuja função é a de ligar o excesso de excitação invasora

que se apresenta como energia móvel. É essa atividade que propicia a passagem da dor para o que é da ordem do princípio de prazer. A *bindung* ligaria o excesso de excitação de estímulos provenientes do mundo exterior e também do interior do aparelho psíquico, mas nunca consegue realizar esse trabalho integralmente, algo sempre escapa.

Em outro nível de compreensão, podemos pensar que o que está além do princípio de prazer *são as forças pulsionais desligadas*, que têm um *efeito traumático* e que estão aquém da *bindung*. Por sua natureza traumática, essas forças desligadas requerem o árduo trabalho de enlaçamento.

A pulsão, o traumático e a compulsão à repetição

Freud se pergunta qual a natureza entre o pulsional, que contém o traumático em sua própria constituição, e a compulsão a repetir. Ele afirma que

Uma pulsão seria, portanto, uma força impelente [Drang] interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior que o ser vivo precisou abandonar devido à influência de forças perturbadoras externas. Trata-se, portanto, de uma espécie de elasticidade orgânica, ou, (...) da manifestação da inércia na vida orgânica. (Freud, 1920/2006, p. 160, grifos do autor).

Se até então tínhamos em mente a pulsão como uma força que impele à mudança e ao novo, Freud radicaliza e nos diz que todas as pulsões orgânicas visam a restabelecer um estado anterior. As pulsões orgânicas são conservadoras e compelem à repetição, buscando um constante retorno do mesmo. A repetição diz, desse modo, do próprio trabalho pulsional. Mas ele ainda completa:

Se todas as pulsões orgânicas são conservadoras, foram historicamente adquiridas e direcionam-se à regressão e ao restabelecimento de um estado anterior, então é preciso pensar que a evolução orgânica se deve à ação de forças externas perturbadoras e desviantes (Freud, 1920/2006, p. 161).

O mesmo percurso seria constantemente repetido não fosse a ação de forças externas. A vida é despertada a partir da matéria inanimada, mas necessita de elementos

externos para seu nascimento e continuidade. É desse raciocínio que Freud chega à expressão: “*O objetivo de toda vida é a morte... O inanimado já existia antes do vivo*” (Freud, 1920/2006, p.161, grifos do autor). Mas Freud tem dificuldade de mostrar como a pulsão de vida pode ser conservadora, tendo em vista que está sempre buscando ir além de si mesma. Do mesmo modo ele encontrava a dificuldade para provar, no caso da pulsão sexual, “a existência de um caráter de compulsão à repetição [*Wiederholungszwang*]” (Freud, 1920/2006, p.176).

Existe uma pulsão que trabalha no sentido de retornar ao estado inanimado e é denominada por Freud de pulsões do Eu, que impelem em direção à morte. Do mesmo modo, existem as pulsões de vida ou pulsões sexuais, que trabalham no sentido de preservar o “modo correto de morrer”, zelam pela manutenção da vida e anseiam por um estado nunca antes alcançado. Estas pulsões são tão ou mais conservadoras do que as pulsões de morte, pois trabalham no sentido de adiar a morte alongando as cadeias que mantêm a vida. Uma vez alcançado mais um passo nessa cadeia, trabalham para manter o caminho já alcançado.

Com essa nova polaridade, todas as outras pulsões tornaram-se para ele pulsões parciais “cuja função é assegurar ao organismo seu próprio caminho para a morte e afastá-lo de qualquer possibilidade – que não seja imanente a ele mesmo – de retornar ao inorgânico” (Freud, 1920/2006, p.162). Segundo Monzani (1989, p.229), a explicitação desse dualismo pulsional (vida e morte) revela, de um lado, uma “atração irresistível para o vazio, para a não-excitação absoluta”, e, de outro, a força de Eros, que vai “adquirir a propriedade inquietante de ser perturbadora da ordem gélida do inorgânico”.

Haveria entre essas duas forças uma solução de compromisso. A *bindung* é então uma obra de Eros. Ela atua na busca de um ir além com a conseqüente morte do mesmo.

Mas ao mesmo tempo trabalha a serviço da manutenção de uma ordem, um processo, que necessita ser repetido: a própria vida. As pulsões de vida se lançam à morte para conseguirem a própria preservação. A pulsão de morte destrói o que é da ordem da preservação da vida, buscando excluir qualquer estímulo que seja externo à sua própria inércia.

É com esse raciocínio que Freud alcança uma nova reorganização das pulsões de vida e de morte. Ele agrupa as pulsões do Eu e as pulsões sexuais em pulsões de vida em oposição às pulsões de morte. O Eu sai da condição de apenas instância recalcadora e passa a ser também considerado o verdadeiro e original reservatório da libido. Para chegar até o objeto, teria que partir desse reservatório. “Assim, o Eu passou a fazer parte do nosso rol de objetos sexuais, e logo se percebeu que era o principal desses objetos. Passamos então a chamar de narcísica a libido que se alojava no Eu” (Freud, 1920/2006, p. 173). O Eu passa a ser considerado um reservatório da libido e um objeto da libido. E o fio condutor dessa libido é o amor objetal.

Freud se desloca da oposição vida e morte e alcança as dimensões do objeto e a do amor. Ele evidencia um modo particular de amor objetal, o par sadismo-masoquismo como expressão das pulsões de morte. Trata-se de um amor possessivo, que precisa ser *dominado e destruído*. Talvez esta seja a expressão máxima da pulsão erótica em seu viés narcísico e negativo. Isso porque o objeto não é mais objeto de amor, mas objeto de posse, desqualificado e desumanizado.

O sadismo é capaz de tentar destruir a alteridade ou qualquer estimulação proveniente do mundo exterior. O masoquismo, por sua vez, seria capaz de tentar fazer com o que o Eu se destrua, pois seria entendido como o retorno do ódio na direção de si mesmo com o objetivo de se fundir com o outro. Em ambos os casos, há uma tentativa de destruição da alteridade. Vale sustentar essa argumentação sobre o sadismo e o

masoquismo na dimensão metapsicológica, para que possamos entender esse raciocínio como uma tentativa de compreensão do funcionamento das pulsões de vida e de morte e não apenas fenômenos clínicos que mostram a força do amor e do ódio de modo perverso.

A pulsão de vida não pode apenas unir partes cindidas, pois a única possibilidade de se manter inteira novamente é se lançando num trabalho de unir diferenças e fazendo germinar algo novo, ainda não conhecido, ainda não sabido. A pulsão de morte trabalha no sentido de manter a paz à custa da destruição de qualquer alteridade. Isso pode ser salutar ou adoecedor. É nesse campo de forças que o analista é instado a trabalhar. E o mais importante é que ele não deve tomar partido, mas trabalhar em prol da conservação de ambas as forças. Apóia-se no sintoma, para tão somente trabalhar nesse entrecruzamento que faz com que pulsão de vida e de morte, em suas funções conservadoras, possam conviver, confundirem-se e se diferenciarem.

Partindo dessa dualidade pulsional, Green (1988b) desenvolve a ideia de que faltou a Freud desenvolver uma relação entre o narcisismo (defesa do Um) e a pulsão de morte, que propôs chamar de narcisismo negativo. Green propõe a ideia de que a meta essencial das pulsões de vida é a de garantir uma *função objetalizante*. Em contrapartida, a meta essencial das pulsões de morte é de garantir uma *função desobjetalizante* através do desligamento:

é desta maneira que se explica logicamente na teoria freudiana a passagem da oposição libido objetal-libido narcisista para a última teoria das pulsões: Eros e pulsões de destruição. Isto me levou a defender a hipótese de um narcisismo negativo como aspiração ao nível zero, expressão de uma função desobjetalizante que não se contentaria em recair sobre os objetos ou seus substitutos, mas sobre o próprio processo objetalizante (Green, 1988b, p.66).

Para o autor, a função desobjetalizante não pode ser confundida com o luto. Trata-se de um procedimento mais radical, pois se opõe ao trabalho de luto “que está no centro dos processos de transformação característicos da função objetalizante”. Desse

modo, o luto e o masoquismo ainda são expressões de Eros. O neutro, expressão da função desobjetalizante, é trabalho da pulsão de destruição.

O masoquismo e o neutro: o trabalho de Eros e da pulsão de destruição

O estudo do masoquismo ganha importância na compreensão dos casos limites pela descrição feita por Freud (1924) acerca da forma patológica do masoquismo moral. Nesse modo específico de adoecimento, o sujeito é arrebatado por meio de uma *necessidade repetitiva de punição* e impedido de lograr êxito em sua própria vida. Podemos pensar naquilo que Figueiredo (2003) chama de “sabotagem do prazer” ou “desautorização do processo perceptivo”.

Freud (1924) afirma que a periculosidade desse masoquismo deriva de uma origem dupla: uma “origem na pulsão de morte, daquela parcela que escapou de ser direcionada para fora sob forma de pulsão de destruição, mas, por outro lado, (...) também representa [*Bedeutung*] um componente erótico” (Freud, 1924, p. 115). Freud mostra que mesmo nos processos de autodestruição está presente um modo específico de satisfação libidinal.

Green (1993/2010) afirma que Freud abriu o conceito de masoquismo em “forma de tríptico”, que significa “sua origem na sexualidade (em sua relação com a dor, mas com possibilidade de inversão que assegura a preeminência desta como condição de gozo), inversão do valor fálico sexual, ‘subversão da ordem moral’” (Green, 1993/2010, p. 107). O masoquismo como uma forma de perversão pode manter o sujeito na infelicidade, pois quanto mais ele é machucado mais pode se fortalecer e se tornar invulnerável.

No texto citado acima de 1924, denominado *O problema econômico do masoquismo* (1924), Freud introduz uma nova ideia acerca do masoquismo. Freud já havia escrito acerca do masoquismo nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Pulsões e destinos da pulsão* (1915) e *Uma criança é espancada* (1919). A diferença agora é que se antes o masoquismo era entendido como derivado de um sadismo anterior, agora a ideia é a de que existe um masoquismo primário ou erógeno. Para ele, o masoquismo se apresenta sob três formas: *erógeno, feminino e moral*. “O primeiro, o masoquismo erógeno, isto é, prazer-derivado-da-dor (*Schmerzest*), fundamenta as duas outras formas” (Freud, 1924, p. 107).

Com a compreensão do fenômeno do masoquismo no âmbito da metapsicologia, Freud (1924) declara que “quando a dor e o desprazer deixam de ter a função habitual de alarmes e (...) passam a ser metas almejadas, o princípio de prazer [*Lustprinzip*] fica *totalmente fora de combate*, ou seja, o guardião de nossa vida psíquica fica paralisado” (Freud, 1924, p. 105, grifos nossos). E é sobre a ideia do totalmente que Freud fará uma reavaliação acerca do prazer derivado ou acompanhado de dor, uma *violência* que o sujeito imputa repetidamente contra si mesmo, mas cuja organização psíquica (“causa”) lhe é inconsciente.

Ele afirma que as excitações derivadas da dor e do desprazer também precisam ser acrescentadas à excitação das pulsões sexuais. Trata-se de um mecanismo excitatório fisiológico infantil, arcaico. E é sobre essa base fisiológica que se formaria e se diferenciaria o sadismo do masoquismo original e erógeno. Sendo a pulsão de morte mais originária, caberia à libido fazer um trabalho de expulsar a pulsão destrutiva do organismo, impedindo que o sujeito entre em um estado de “estabilidade anorgânica” (a morte):

Caberia, pois, à libido a tarefa de tornar inofensiva essa pulsão destrutiva. Para tal, ela, contando com a ajuda de um sistema especial de órgãos, a

musculatura, desviaria grandes parcelas da pulsão de morte para fora, dirigindo-as contra os objetos do mundo externo. Direcionada ao mundo externo, a pulsão de morte passaria, então, a atuar como pulsão de destruição, pulsão de *apoderamento* ou como *vontade de exercer poder*. Uma outra parcela ainda dessa pulsão também teria sido dirigida para fora, mas *a serviço da função sexual*. Seria esse o *sadismo propriamente dito*, o qual terá um importante papel a cumprir na vida sexual. Contudo, haveria uma parcela de pulsão de morte que não teria participado dessas transposições. Ela teria permanecido dentro do organismo, e lá, com a ajuda da solidariedade excitatória sexual (...) entre a dor e o prazer, teria *sido fixada [gebunden] libidinalmente*. Ora, é essa parcela fixada que denominamos *masoquismo original e erógeno* (Freud, 1924. p. 109, grifos nossos).

Separadas, Eros e pulsão de destruição mantêm características de um tempo arcaico em que estiveram fusionadas. Separados, sadismo e masoquismo original cumprem trajetos diferenciados. O sadismo é projetado para fora e pode regredir à sua antiga condição como um masoquismo secundário, e o masoquismo original permaneceria no interior do organismo. Ele seria a parcela de pulsão de morte que se manteve no organismo amalgamado à excitação sexual que une dor e prazer.

O masoquismo moral, derivado do masoquismo feminino e, portanto, de uma necessidade de ser punido por causa de um ato cometido ilicitamente, caracteriza-se pela força da pulsão de destruição atuando *violentamente* contra o “próprio Si-mesmo [Selbst]” (Freud, 1924, p.111). Movidos por uma necessidade de punição, é o próprio sofrimento que importa. O masoquismo moral cresce em importância, pois ele está diretamente associado àquilo que tomamos, a partir das ideias de Green (1986), como pressuposto do arcaico: sua relação com o Supereu, aquele que detém a função de exercer a consciência moral.

Segundo Freud (1924), o Eu tem no Supereu um modelo a ser seguido, pois ele é tanto o representante do Id quando do mundo externo. O Supereu traz a história dos valores morais introjetados pelo sujeito em sua mais tenra infância a partir das figuras parentais. As proibições introjetadas retornam por meio de um anseio por castigo e

sofrimento. Ambos funcionariam como um limite a tudo aquilo que continua presente no sujeito atuando para além dos ditames da moral. Diz Freud (1924):

Embora a consciência moral e a própria Moral tenham surgido a partir da superação e dessexualização do complexo de Édipo, a Moral será novamente ressexualizada e o complexo de Édipo de novo reativado pela atuação do masoquismo Moral, o qual promoverá uma regressão da Moral em direção ao complexo de Édipo. (...) O masoquismo leva o sujeito à tentação de agir de forma ‘pecaminosa’, para que posteriormente essa ação seja, então, expiada por meio das críticas da consciência moral sádica (...) ou pelos castigos corporais [*Züchtigung*] aplicados pelo grande poder – de natureza parental – do Destino. *Para conseguir que esse representante [Vertretung] do casal parental o castigue, o masoquista deve fazer coisas inadequadas e trabalhar contra o seu próprio benefício, destruir as perspectivas que se lhe abrem no mundo real e eventualmente aniquilar a sua própria existência real* (Freud, 1924, p. 114, grifos nossos).

É possível aqui pensarmos em todas as manobras realizadas pelos casos limites para boicotarem sua própria capacidade de realização, atacando inclusive seu próprio desejo e sentido de realidade. Mas Green (1988b) faz uma diferença entre o masoquista moral freudiano e o narcisista moral dos tempos atuais. Se o masoquista vive perseguido por uma culpa, o narcisista vive impregnado de vergonha. Se a culpa diz de um sujeito perseguido por desejar o que não pode, mesmo que de modo inconsciente, a vergonha é um modo do sujeito se haver com seus próprios limites, com seu próprio excesso ou falta. Diz Green (1988b),

O masoquista mascara pelo seu masoquismo uma falta não punida, resultado de uma transgressão frente à qual sente-se culpado – o narcisista moral não cometeu outra falta do que a de ter permanecido fixado na sua megalomania infantil e está sempre em dívida com o seu Ideal do Eu. A consequência disso é que ele não se sente culpado, mas que *tem vergonha de ser apenas o que é ou de pretender ser mais do que é*. Poderíamos dizer que o masoquista situa-se ao nível de uma relação que concerne ao ter, indevidamente capturado (...), enquanto o narcisista situa-se ao nível de uma relação que concerne ao ser. (...) O narcisista procurará, como solução do conflito, empobrecer cada vez mais suas relações objetais para levar o Eu ao seu mínimo vital objetual e conduzi-lo assim ao seu triunfo liberador. A solução, a única solução, será o investimento objetual narcisista, sobre o qual sabemos que, quando o objeto está ausente, perde ou então decepciona. A consequência é a depressão (Green, 1988b, p. 195, grifos do autor).

É possível pensarmos, a partir do narcisismo moral, na categoria proposta por Green (1988b) denominada de Neutro, pois nestes casos o destino de todo desejo é a dor e o sofrimento. Desejar o não desejo pode ser um modo de se livrar dos poderes malignos do Destino e do castigo do Supereu. O Neutro buscaria uma a-sexualidade, compreendida como uma posição defensiva contra uma bissexualidade psíquica, solidária da diferença dos sexos. Nesse sentido, podemos também pensar que além do princípio do prazer o que passa a governar a atividade psíquica é o princípio do Neutro? “O Neutro é a área desta imparcialidade do intelecto que Freud invocava quando postulou a existência da pulsão de morte” (Green, 1988b, p.21), a metáfora do retorno à matéria inanimada. “A petrificação do Eu visa a anestesia e a inércia na morte psíquica” (Green, 1988b, p.24). A inércia na morte psíquica é alívio contra todo desejo, contra toda fonte de descentramento e angústia. Sem dúvida que também se trata da morte de si mesmo.

Celes (1995) nos diz que a angústia é uma paixão à ação pulsional. É afastamento da morte e do estado de inércia. “Ela não denuncia a presença da pulsão de morte, mas de seu oposto, da pulsão de vida, sexual ou erótica” (Celes, 1995, p.43). Do mesmo modo, “o desejo é o movimento pelo qual o sujeito é descentrado, isto é, que a busca do objeto de satisfação, do objeto da falta, faz o sujeito viver a experiência de que seu centro não está mais nele mesmo, que está fora de si num objeto do qual ele está separado” (Green, 1988b, p. 21). E o que dizer acerca do Neutro?

Essa categoria está relacionada ao conceito de narcisismo negativo: “duplo sombrio do Eros unitário do narcisismo positivo” (Green, 1988b, p. 41) que visa um retorno regressivo ao ponto zero. Para o autor, o narcisismo negativo é diferente do masoquismo:

A diferença é que o masoquismo – se fosse originário – é um estado doloroso que visa a dor e sua manutenção como única forma de existência, de vida, de

sensibilidade possíveis. Inversamente, o narcisismo negativo dirige-se à inexistência, à anestesia, ao vazio, ao *branco* (do inglês *blank*, que se traduz pela categoria do neutro), quer este branco invista o afeto (a indiferença), a representação (a alucinação negativa), ou o pensamento (psicose branca) (Green, 1988b, p. 41).

Trata-se de uma ascese, numa tentativa de criar um espaço de autossuficiência e uma extinção de qualquer excitação, de qualquer desejo e, portanto, de qualquer descentramento, angústia e traumas. “Preso entre o duplo e a metade, somente o Zero parece seguro. Mas para que o zero seja é preciso nomeá-lo, escrevê-lo; ressurgem então, sob ele, o Um ineliminável” (Green, 1988b, p.237). Do mesmo modo que o desejo de completude nunca é totalmente satisfeito, o desejo de não desejar também não o é.

Um comentário do editor brasileiro que antecede o texto de Freud denominado *O Eu e o id* (1923) apresenta a ideia do que é o gênero neutro em Psicanálise e nos permite pensar que, com a existência da categoria do Neutro, o sujeito vai ter de se haver com outras questões para além de seu próprio desejo, ou seja, com as questões daquilo que é estranho e lhe atravessa. “Assim como o inconsciente se complexifica, não designa mais simplesmente a parte do jogo pulsional própria ao sujeito que este não conseguiu secundarizar, designa também o impacto de zona de estraneidade radical a si com a qual o sujeito teve que compor para se construir e ser construído” (Roussillon, APUD Cardoso, 2010, p. 55). O editor diz que o gênero Neutro em Psicanálise

Evoca a imagem de algo contido no sujeito, que nele brota e o atravessa, mas que simultaneamente lhe é estranho. Essa conotação é semelhante à de Trieb (pulsão). (...) Trata-se de “tendências”, “forças”, “necessidades”, “vertentes” e “ímpetos”, todos de grande plasticidade, que, conforme a espécie biológica, o ambiente físico e cultural, e dependendo das circunstâncias e características de cada indivíduo, podem se manifestar de maneiras muito diferentes. (...) A origem universal, arcaica e grandiosa dessas tendências e sua inserção na estrutura constitutiva de cada ser vivo faz com que cada sujeito vivencie o Trieb (pulsão), o Drang (pressão), o Zwang (compulsão, coação) e também o Es, como forças que ao mesmo tempo o atravessam e o espicaçam, “empurrando-o”, e também como tropismos, tendências que o “atraem” em direção aos mais variados objetos de satisfação. O Es abrange um grande arco de

manifestações dessas forças, que brotam na forma de instintos, necessidades, desejos e anseios. Entretanto, enquanto o *Trieb* (e também o *Drang* e o *Zwang*) se manifestam a cada vez representando uma tendência específica (por exemplo, tendência à repetição, à destruição, à síntese, à fome, etc.), o *das Es* se caracteriza como uma entidade, uma instância psíquica, que tanto é um repositório, quanto uma fonte psíquica, a partir do qual se manifestam todos os *Triebe*, os *Dränge* e o *Zwänge* que nos assolam (Hanns, 2007, p.20, grifos nossos).

Note-se que gênero neutro *Es* traz a questão da passividade diante da pulsão. Diz de algo contido no sujeito que nele brota e o atravessa, mas simultaneamente lhe é estranho, evocando a ideia das moções pulsionais, que trazem as questões advindas ora da repetição, ora da destruição mas também da síntese e da satisfação de necessidades. Vale lembrar que a pulsão é um conceito limite entre o somático e o psíquico “como representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo” (Freud, 1915/2004) e que “o objeto é o revelador das pulsões” (Green, 1988b, p. 64). Podemos pensar que além da relação pulsão-objeto (sexualidade), encontraremos também a relação entre o neutro e o objeto (a-sexualidade).

Retomando a ideia de Green citada acima de que o Neutro, e não o desprazer, substituiu o prazer, como podemos pensar na relação entre o Neutro e o objeto? Merea (2004), ao falar acerca dos conceitos de objetos na obra freudiana, toma como parâmetro as duas tópicas psíquicas e afirma:

No modelo da primeira tópica, a tônica recai sobre as pulsões; ficam aparentados os conceitos de objeto e de representação, o qual, por outro lado, traz ao primeiro plano o problema da percepção e dos caminhos que esta segue no sujeito. No contexto da segunda tópica destaca-se o papel da identificação psíquica; o objeto readquire importância como estruturante da instância e, portanto, irreduzível à mera representação (Merea, 2004, p. 2).

No âmbito da primeira tópica (inconsciente, pré-consciente, inconsciente), cujo modelo está baseado na interpretação dos sonhos, não existe propriamente o objeto,

porque não existe o mundo externo. O mundo é interno, fechado nele mesmo, e é um mundo de representações (representação coisa e representação palavra) e cargas, investimentos e desinvestimentos. É um mundo onde as representações que são investidas ou desinvestidas pela libido. O “quase-objeto” é objeto da pulsão e busca por satisfação pulsional, seu esgotamento. Responde a um modelo chamado de realização alucinatória do desejo. Esse modelo supõe uma “inscrição prevalente e suficientemente atestada de traços de uma experiência de satisfação que serve de referência, ‘em caso de necessidade’, pelo recurso à representação (realização alucinatória) de tal experiência de satisfação como meta a atingir para reencontrar a calma” (Green, 1993/2010, p.196). Ele opõe conservação e sexualidade, pois responde à fome (autoconservação) e à sexualidade (prazer de sucção).

No âmbito da segunda tópica (Id, Eu, Supereu), Freud amplia a noção de aparelho psíquico e inclui o mundo externo, o mundo dos objetos. Freud considera que a libido precisa buscar objetos efetivos que possam satisfazê-la, dando caminho à pulsão. O Eu, como o primeiro objeto interno, é constituído *na própria experiência*, na relação com o objeto externo. O Eu nasce e *controla*, ou tenta controlar, o movimento pulsional. Disso podemos deduzir que o nascimento do Eu, suas defesas narcísicas, “representam, dentre outros aspectos, a tentativa forçada do ego no sentido de ‘interiorizar’, circunscrever uma área traumática de sua história” (Cardoso, 2010b, p. 55), qual seja, a de sustentar a experiência da alteridade. Nos casos limites, a sustentação dessa experiência é vivida “através de violenta ‘angústia’, agonia diante da ameaça de abandono que vem paradoxalmente se conjugar com o desespero diante do risco de ser invadido, engolfado pelo outro” (Cardoso, 2010b, p. 55).

Podemos pensar que esse sujeito se encontra *preso na própria experiência traumática de constituir-se*, uma ação insistente para se manter vivo. Poderíamos pensar

ser esse um mecanismo de defesa contra a ideia de um Eu que para ser fortalecido e desejante deverá também ser sofrido e castigado. Ele sobrevive no negativo para não ser negativado. Mas podemos pensar também que não se trata somente de defesa, mas de tentativa de inscrição daquilo que foi experiência vivida e que não pode ser lembrado como uma lembrança encobridora (Freud, 1899), reaparecendo como trauma.

A lembrança encobridora possui peculiaridades que a torna diferenciada de uma lembrança qualquer. A primeira delas é que ela é dotada de resistência. O que se mantém como imagem mnêmica não corresponde à experiência relevante na vida do sujeito. As forças de memória e resistência à memória, opostas, criam resistência de tal modo uma à outra, que constituem um terceiro conciliador da existência de ambas. Há registro de uma imagem que não corresponde aos elementos da experiência. Trata-se de imagem deslocada e aparentemente trivial. A experiência mantém sua força de expressão deslocada de seus elementos essenciais (Carvalho, M.T.P. & Viana, T.C. , 2009C).

Uma outra peculiaridade é que o sujeito aparece como um objeto entre outros objetos da lembrança, denotando que ele também é um observador da cena. Se ele é observador, pode-se deduzir que se trata de uma cena construída, cuja lei é expressar em imagem infantil um conteúdo inconsciente e que, por sua inocência, por sua obviedade, pode se manifestar. Diz Freud: “É como se um traço mnêmico da infância se retraduzisse numa forma plástica e visual em época posterior – na época do despertar da cena. Mas nenhuma reprodução da impressão original jamais penetrou na consciência do sujeito” (Freud, 1899, p. 303).

O sujeito é observador da cena, mas está capturado por ela. Esqueceu como constituiu essa cena. Esqueceu que observador de cenas somos todos nós prisioneiros da modernidade, tornados objetos até de nós mesmos. Permanece, então, escravo de uma

fantasia infantil, escravo de um tempo passado que não passa. É exatamente aquilo que Freud nos aponta, em *Escritores criativos e devaneio* (Freud, 1908[1907]), como algo de que o adulto se envergonha. Deixou de ser um brincar infantil e passou a ser uma fantasia infantil que o aprisionou (Carvalho, M.T.P. & Viana, T.C., 2009C). Por outro lado,

No imemorable do trauma, se o tempo passado é ‘cristalizado’ no tempo presente, então (...) o futuro, para o ‘narrador’ de uma catástrofe, não é o futuro do presente, mas um futuro do pretérito, no qual aquilo que ‘será’ é substituído pelo que ‘poderia ter sido’. Essa ruptura entre dois tempos é efeito de uma vivência extrema que tenderia a cindir a vida em duas partes: antes do trauma e depois do trauma (Maldonado e Cardoso, 2009, p. 53).

A memória do trauma não pode ser mediatizada pela lembrança, pois não se inscreveu em uma cadeia de representação e simbolização. Segundo Maldonado e Cardoso (2009), o que está destruído nos casos limites não é o conteúdo da experiência, mas os *elos de ligação* que permitem a construção de uma história. Isso traz como consequência fragmentações na integridade do Eu. Nesse caso, “as lembranças não são encobridoras, relativas ao recalçamento, mas são lembranças relativas à clivagem, como mecanismo que promove fragmentação e divisão do eu em partes incomunicáveis” (Maldonado e Cardoso, 2009).

Por tudo que foi exposto, podemos dizer que o trauma é condição de constituição do sujeito: seja pela via de um excesso de estímulos exteriores e, também, pulsionais que não consegue fazer parte da cadeia de representação psíquica (Freud, 1920), seja pela via da “subversão do tempo que a sexualidade introduz no processo de subjetivação” (Celes, 1999, p. 02). Em ambos os casos, “o traumático se apresenta como exigência de presentificação” (Maldonado e Cardoso, 2009, p. 53). Ou para deixar um passado passar ou para (re)construir um passado passível de futuro.

Função objetalizante e desobjetalizante: sobre as ligações e os desligamentos

Os elos de ligação, responsáveis pelos processos simbólicos e pela constituição e sustentação da integridade do Eu, são tomados teoricamente por Freud (1920) em *Além do princípio do prazer*, a partir da apresentação da nova dualidade pulsional. A nova oposição - pulsão de vida e de morte - expressa um conflito mais original e fundamental do que o apresentado no princípio de prazer: a repetição do mesmo. Se as pulsões de vida repetem um modo específico de fazer as ligações, as pulsões de destruição repetem um modo específico de construir os desligamentos. “No entanto, ambas atuam combinadas em deferentes proporções, de modo que, ao final, uma determinada substância sempre acabará assumindo o papel de principal representante [*Hauptvertretun*] de Eros” (Freud, 1923, p. 50).

A esse modo particular de as pulsões se mesclarem Freud denominou de fusão pulsional. E aponta para a possibilidade de também ocorrer, embora em menor grau, uma defusão de pulsões. Freud dá como exemplo de uma “fusão perfeitamente adequada à meta” a existência de componentes sádicos incorporados à pulsão sexual. E como exemplo de defusão o “sadismo autonomizado e transformado em perversão”.

Um ponto importante encontrado nas palavras freudianas é reproduzido a seguir:

Fica também claro que temos de considerar relevante o fato de que entre os produtos de *neuroses graves*, por exemplo, da neurose obsessiva, encontra-se a defusão de pulsões e a conseqüente manifestação da pulsão de morte. (...) Fazendo uma generalização, podemos também supor que, em essência, a regressão da libido, por exemplo, da fase genital para a fase oral-sádica, esteja calcada sobre a defusão de pulsões (Freud, 1923, p. 50, grifos nossos).

Freud nos fala de uma defusão nas neuroses graves. E foi fundamentado nesse pensamento freudiano que Green (1988b) propõe a hipótese de que a meta essencial das pulsões de vida seja a de garantir uma *função objetalizante*, cuja principal conseqüência é a de realizar a simbolização. A ideia de tal função é ampliar os processos de

objetalização aos diversos modos de atividade psíquica, de maneira que, “no limite, *é o próprio investimento que é objetalizado*” (Green, 1988b, p.65). Assim também, a meta da pulsão de morte é a de realizar uma *função desobjetalizante* através do que ele chama de desligamento. “Esta qualificação permite compreender que não é somente a relação com o objeto que é atacada mas também todos os substitutos – o eu, por exemplo, e o *próprio investimento na medida que ele sofreu o processo de objetalização* (Green, 1988b, p. 65).

Green (1988b) faz uma associação entre a função desobjetalizante e o que ele chama de narcisismo negativo (diretamente associado ao que vimos como a categoria do Neutro, ou seja, uma aspiração ao nível zero de excitação). Nesses casos, o que se sobrepõe é um sentimento de morte psíquica (alucinação negativa do eu) e, por vezes, uma ameaça da perda da realidade interna e externa, que repercute diretamente no funcionamento mental. Este se torna empobrecido e impossibilitado de fazer ligações (simbolizações). Com o funcionamento psíquico avariado, Eros ou o amor perde sua força para as forças agressivas e violentas presentes na relação com o objeto primário e no autoerotismo.

Algumas considerações

Ao colocar em questão a soberania do princípio de prazer e introduzir a nova dualidade pulsional, pulsão de vida e pulsão de morte, Freud dá um passo decisivo em direção à experiência psíquica da alteridade – o domínio do estranho que nos atravessa, descentra-nos e, paradoxalmente, nos constitui. A partir desse momento teórico, o aparelho psíquico precisa ser ampliado, de modo a incluir o mundo externo, o outro. É o que será feito em seu artigo denominado *O eu e o id* (1923). ‘

Pode-se compreender que o texto de 1920 mostra o complexo processo de (re)constituição do psiquismo, ainda incipiente, em face da presença de um excesso pulsional (interno) que necessita de meios possíveis de escoamento e de um mundo (externo) capaz de invadir as fronteiras protetoras do psíquico. Nesses momentos, uma dualidade de forças é colocada em ação: de um lado as pulsões que buscam conservar o mesmo, regredindo e, de outro, as pulsões que buscam conservar o processo de ir além do mesmo. Nesse texto pode-se observar que Freud parece descrever o fenômeno a partir de dentro do processo, ainda não conseguindo um distanciamento necessário para realizar uma elaboração teórica. Algo que acontecerá em textos posteriores.

Freud, quando da virada de 1920, apresenta a violência – o que é da ordem do traumático – como algo que faz parte do próprio processo de constituição do psiquismo e sinaliza a presença de forças pulsionais, sexuais e destrutivas também como traumáticas. Freud não fala de alteridade, mas é de alteridade que se trata. Alteridade que é traumática mas é também fundante do psiquismo. Como foi apresentado, o traumático transporta o sujeito temporariamente a uma experiência de exposição não defensiva pela presença de um objeto que o coloca numa posição passiva e infantil.

Se nos primórdios da vida essa constatação remete à possibilidade de enxergarmos o objeto primário como aquele que desperta o traumático, algumas experiências, ao longo da vida, lançam o sujeito em novas experiências de apassivamento. A cada nova experiência traumática, o sujeito é relançado em uma experiência de excesso pulsional que precisa ser escoado por meio da reconstituição psíquica, ou seja, da reconstituição dos limites internos e externos do aparelho psíquico do sujeito. Nesse contexto, a mãe, ou o objeto primário internalizado como onipresente, pode ser vivenciada como excessivamente intrusiva e violenta – “como se a mãe fizesse as vezes de uma pulsão” que precisa ser escoada. Em nível de descrição do fenômeno é

como se o sujeito quisesse arrancar a mãe do próprio corpo. É o que pode ser compreendido como angústia decorrente de intrusão.

A clínica dos casos fronteiriços sinaliza os problemas das construções das fronteiras psíquicas internas e externas. Se as fronteiras internas exigem uma compreensão do aparelho psíquico para além da divisão inconsciente/consciente (primeira tópica), as fronteiras externas exigem um foco na relação eu-outro. As questões advindas da presença da alteridade na constituição do psíquico - relação com o objeto (interno e externo) – permitem repensar o par pulsão-sexualidade e o par pulsão-Eu.

A necessidade, nos *casos-limite*, de um foco maior na formação do pensamento do que nas questões do desejo aponta para o processo da própria formação do aparelho psíquico, que *pergunta* por si próprio por meio de alguém que faz a pergunta e possibilita sua própria formação. Diferente do desejo que, por princípio, não pode ser realizado, a formação do aparelho psíquico, por meio da presença do outro, precisa ser alcançada. Podemos dizer que a *resposta*, ela mesma, tornou-se o sujeito, constituindo-lhe contornos e territorialidade. Trata-se de algo que se engendra numa tentativa de completamento, algo em constante devir.

Finalmente, para além das forças pulsionais desligadas que têm um efeito traumático, existe a *bindung*, o verdadeiro trabalho de Eros, aquele que transcende o efeito das forças pulsionais desligadas. O trabalho de Eros está além do princípio de prazer e, num aparente paradoxo, submetido a ele.



Usando formas abstratas, Picasso mostra como é difícil para uma criança manter o equilíbrio e deslocar um pé depois de outro para frente. O rosto contorcido da criança sugere sua atenção concentrada. Ela olha direto para a frente, enquanto a mãe segura suas mãos e aos poucos a solta, deixando-a ir.

O que faz de Picasso um Picasso

Richard Mühlberger

CAPÍTULO III

O trabalho do negativo e a anialidade primária: presença do negativo e do autoerotismo nos casos-limite

Daí o que pode ser apontado como sendo a característica fundamental de toda e qualquer modalidade de “experiência negativa”: o egocentrismo, em que o homem passa a viver, com intensidade variável, fechado dentro de sua própria órbita. Se, nessa experiência, verificamos um desinteresse do homem pelo mundo que o cerca, por outro lado ela pode ser de tal intensidade que o próprio eu é visto como desprovido de sentido maior, podendo, inclusive, transformar-se na experiência de um absurdo radical de todo ser.

Gerd Bornheim

É somente quando a decisão de ‘dizer tudo’ – decisão sobre a qual se funda uma psicanálise – é tomada com bastante resolução, que o não dito pode aparecer no próprio discurso, por meio de seus paradoxos, suas hesitações, as mudanças de tom; é somente quando a afirmação do desejo de se conhecer, ou melhor, de se dar a conhecer e a ver, é bastante imperiosa, que o desconhecimento de si pode se revelar paralelamente. Enfim, é preciso que o eu seja exaltado, nem que seja na confissão de suas desorientações, de suas intermitências e de sua falha íntima, para que venha a se operar sua transformação num outro.

J.-B. Pontalis

É a relação dessas duas polaridades, intrapsíquica e intersubjetiva, que constituirá a essência do trabalho do negativo.

André Green

Os estudos em torno das questões advindas da concepção de *negativo* e do *ato de negar* são fundamentais na Psicanálise para sua concepção de sujeito e para o entendimento da constituição do psiquismo. “O léxico da psicanálise é, sem dúvida, pródigo em terminologias negativas”, afirma-nos Fédida (1992, p.86), onde a negação

não reside na força do sintoma que persiste em oposição a uma cura e bem-estar. “Não há bem-estar” (Fédida, 1992, p. 90), pois a doença problematizada pela Psicanálise não é a doença humana, embora seja humana, mas a doença de ser humano: “o humano do homem sofrendo do demasiadamente humano” (Fédida, 1992, p. 90), produzindo um constante descompasso, “uma espécie de inadequação da vida ao pensamento” (Fédida, 1992, p.88). E assim

A negatividade pertenceria antes à ordem de uma *vista* que despoja o humano de sua *capacidade de reconhecimento intelectual do recalado*, enquanto o recalque subsiste e age no presente, na *sua impossível memória do infantil*. Esta *vista* é obra da linguagem a partir do sonho que forma suas figuras (Fédida, 1992, p. 92, grifos nossos).

Uma negatividade que fala de um tempo originário perdido desde sempre da impossível memória do infantil, agindo em silêncio por pertencer à ordem de uma *vista* que continua a agir no presente como uma “potência ordenadora” (expressão de Green, 1986). Necessita de um outro para constituí-la e para apreendê-la, pois não está prontamente acessível a um reconhecimento intelectual. Esse outro, edificado por alteridades internas e externas, é o que possibilita, por sua vez, uma espécie de “sonho”, uma adequação do pensamento à vida. Se o negativo é constitutivo do homem e de sua própria obra é para apontar a presença de uma alteridade que impõe o surgimento da linguagem e que impossibilita qualquer tentativa de experiência e de interpretação dessa experiência destituídas de um contexto e de interpretações *possíveis*.

Freud problematizou esse tema, por exemplo, por meio do inconsciente, dos sintomas, da reação terapêutica negativa, da realização alucinatória do desejo, da clivagem e das resistências ao processo de análise. Segundo Green (1993/2010), também podemos pensar na *presença do negativo* no luto e, principalmente, no conceito de identificação. Para o autor, pode-se afirmar que essa categoria atravessa a teoria psicanalítica de uma ponta à outra. E isso que atravessa a obra, o *negativo*, “ergue-se

contra todas as totalizações de síntese produzidas segundo o modelo dos ideais sintomáticos” (Fédida, 1992, p.86), inclusive contra as próprias totalizações psicanalíticas, aquelas tornadas habituais e, por vezes, doutrinárias.

Além do mais, a negativo em Freud “adquire uma consistência psíquica desprovida de julgamento de valor” (Kaës, 2003, p.2). Evidencia uma vida psíquica atuante nas brechas da consciência, aquilo “que, *na teoria*, visa comumente o sentido latente, em oposição ao sentido manifesto, (identificado como) a positividade – esta última contendo, em todos os sentidos do termo, a negatividade” (Green, 1993/2010, p. 30, grifos do autor). Isso quer dizer que o sentido manifesto expressa, também, o latente, entrelaçados em lógicas explícitas e implícitas, “como se aquelas, cuja necessidade se revelou, obedecessem a um jogo regado de relações, formando um conjunto articulado” (Green, 1993/2010, p.30).

Mas repousa nos mecanismos de defesa descobertos por Freud o que Green (1993/2010) primeiramente formalizou como *o trabalho do negativo* em Psicanálise: “recalque, forclusão (ou rejeição), negação (ou denegação), desmentida (ou recusa), cuja contextualização impõe a denominação de conjunto de trabalho do negativo” (Green, 1993/2010, p. 36) e diz de mecanismos de defesa que atuam com linguagens diferenciadas. Esses mecanismos podem ser “compreendidos como hábitos (esquecidos de sua origem) mais ou menos bem integrados no funcionamento psíquico e, como tais, atribuídos ao indivíduo” (Pontalis, 1991, p.59) e diferenciados das resistências, “efeito de um processo a que ficam submetidos o analista e seu paciente, o paciente e seu analista” (Pontalis, 1991, p. 50).

Para Green (1993/2010) os mecanismos de defesa são o cerne do que se pode designar por trabalho do negativo quando tomamos apenas a perspectiva do funcionamento do Eu. E, por isso, propõe a expansão do sentido desse trabalho para a

esfera das pulsões primárias, especialmente a pulsão de morte, discutida em termos da função desobjetalizante e do narcisismo negativo. “Esse último aspecto permite lançar uma ponte entre a atividade do Eu e certas formas de atividade pulsional, se concordamos com Freud sobre a ligação do narcisismo à esfera pulsional” (Green, 1993/2010, p.26). Para além das atividades defensivas, Green (1993/2010) afirma que o trabalho do negativo alcança a ideia de identificação e de sublimação. Segundo Candi (2010) o trabalho do negativo tem como última finalidade constituir o duplo limite (soma/psiquismo e Real/psiquismo).

Green (1993/2010) entende que, à ampliação do alcance do ato de negar na obra de Freud ao domínio das pulsões de vida (Eros) e de morte (destruição), fez-se necessário uma expansão da compreensão do negativo para além das fronteiras do que até então tinha sido compreendido como oposição consciente/inconsciente. O modo de constituição das relações entre o sim e o não apresentado na primeira tópica não sustentava mais o verdadeiro sentido da oposição latente/manifesto para a Psicanálise. Se o *trabalho do negativo* atua no inconsciente e se a negação, segundo Freud, só existe na consciência, é preciso compreender as linguagens da negação, de modo que “a hipótese da inexistência do ‘não’ no inconsciente signifique (algo diferente de) uma pura e simples *ausência* de negatividade” (Green, 1993/2010, p. 39, grifos nossos).

Do mesmo modo, completando a fala de Green (1993/2010), é preciso entender que o “não” da consciência significa algo diferente de uma pura e simples *presença* ou *ausência* de negatividade. Se todo não da consciência for considerado apenas um não em oposição a um sim ou se, por outro lado, todo não da consciência for considerado um sim que expressa um funcionamento inconsciente onde não existe não (o que equivale dizer que tudo é um sim), perdemos o principal da questão: saber sobre as condições de estabelecimento e de transitividade desse não. Perdemos também o

verdadeiro sentido das interpretações psicanalíticas que acontecem por meio de um laborioso trabalho de um “*aqui em dois*” (Pontalis, 1992, p.88), que abrem espaços “para esse estranho íntimo chamado desejo” (Pontalis, 1992, p.12), preservando a singularidade psíquica do humano.

A expansão do aparato teórico sobre o trabalho do negativo, aquela exigida e evidenciada por Green (1993/2010) a partir do desenvolvimento da segunda tópica freudiana, alcança as diferentes instâncias do aparelho psíquico. Diz Green (1993//2010): “a análise nos leva a distinguir o não do Eu, o não do supereu e o não do id. Eu consideraria igualmente as incidências da *resposta* do objeto sobre a constituição das relações sim-não” (Green, 1986, p. 289, grifos nossos).

Os diversos sentidos apontados por Green (1993/2010) para o negativo – como “*oposição*” (um antagonismo), onde cada um quer fazer desaparecer o outro; como “*contrários de valor equivalente e inverso*”; como um “*estado de uma coisa que continua existindo mesmo quando não é mais perceptível pelos sentidos*”, uma “*ausência*”; ou como “*tendo sido o que não é mais*” ou a um “*não tendo jamais chegado à existência*”, um “*nada*” – interessam à Psicanálise para referenciar leis inconscientes. Uma *oposição*, uma *ausência* e um *nada* mostram a existência das diversas relações de forças existentes no e para o funcionamento psíquico. Mostram também relações possíveis entre o psíquico e o somático, ou seja, as destinações pulsionais e a materialidade psíquica.

O estudo desse tema ganha importância em função do que, na clínica psicanalítica, tem sido descrito como os casos limites da atualidade e se tornado gradativamente, mais e mais, objeto de observação e de compreensão dos analistas. O argumento que tomaremos como nosso para referenciar o tema do trabalho do negativo relacionado aos casos limites é o desenvolvido por Green ao longo de sua obra.

Segundo esse autor, há um fracasso do trabalho do negativo, gerando uma dependência ou uma tentativa de exclusão excessiva do objeto primário, que não pode ser perdido para ser reencontrado. Como consequência há, em diferentes escalas, a ação da função desobjetalizante sobre o psiquismo e sobre os objetos internos e externos, além de um prejuízo no desenvolvimento da função de simbolização.

Se o objeto não pode ser perdido, a função autoerótica também se estabelece mal. O autoerotismo tem como função sustentar uma operação de transitividade entre o objeto primário e a criança, até que o próprio corpo (físico e mental) da criança possa substituir o mundo externo. Nos casos limites, essa operação é falha e o objeto primário fica como que *entalado*: a criança nem está dele acompanhada nem pode largá-lo. Está preso naquilo que Green (1993/2003; 1993/2010) chama de analidade primária.

Partimos de alguns pressupostos que nos serão fundamentais: 1. O estudo acerca do trabalho do negativo, associado às vicissitudes do objeto e à construção dos limites intra e intersubjetivos é primordial para a compreensão do que acontece com os casos limites (Garcia, 2007, em conformidade com o pensamento de Green). 2. Estamos sempre lidando com as questões da sexualidade (em conformidade com o pensamento freudiano). 3. O nascimento do Eu e o nascimento da sexualidade estão profundamente ligados um ao outro (Celes, 2007). 4. Consideramos que o Eu-sexualidade se sustenta em um entrecruzamento de sexualidades diferenciadas: o da sexualidade pré-genital, que diz de uma ausência e presença do objeto e está ligada à formação do pensamento e o da sexualidade genital, cuja lógica da falta perfaz o caminho edípico.

Estudaremos a sexualidade pré-genital por meio da compreensão do construto teórico denominado *analidade primária* (Green, 1993/2003) e da construção teórica acerca do *trabalho do negativo* (Green, 1993/2010). Entendemos que a compreensão do construto teórico denominado de *trabalho do negativo*, ou seja, o trabalho de algumas

linguagens do *não* que possibilitam a estruturação bem como a desestruturação do psiquismo permitirá a compreensão de como acontece a perda do objeto primário e os problemas relacionados quando tal perda não é realizada. Enquanto a primeira garante a simbolização, a segunda leva aos processos de desligamento pulsional e pode acarretar a dificuldade para construir representações. E que o construto *anuidade primária* nos permitirá a compreensão de um *modo de relacionamento* autoerótico que deixa o indivíduo preso à ilusão de uma onipotência/impotência (atividade/passividade) narcísica e à ilusão de amor caracterizado pelo ódio, pela repulsa e/ou pelo abandono.

O trabalho do negativo: das defesas primárias - o recalque e a clivagem em ação

Em Psicanálise, toda *ação psíquica* pode ser compreendida como trabalho psíquico. Foi então Green (1993/2010) quem propôs um modo de abranger os diversos trabalhos do “não” que acontecem no aparelho psíquico. Denominou-os de *trabalho do negativo*. Se ele tomou inicialmente de empréstimo esse construto teórico da filosofia hegeliana e de alguns autores psicanalíticos anteriores a ele, tais como Lacan, Winnicott, Melanie Klein e Bion, também contribuiu para reconfigurá-lo e mantê-lo singularmente psicanalítico. É o trabalho do negativo que vai garantir que um *não* possa ser considerado um limite e uma diferenciação para além de uma simples negativa.

No entanto, é no artigo denominado *A negativa*, escrito no adiantado de sua obra e, portanto, contemplando a organização psíquica da segunda tópica (Eu, Supra-Eu e Id) e da nova teoria pulsional (Eros e pulsão de destruição), que Freud (1925/2007) reserva um artigo especificamente sobre esse tema. Trata-se de um texto curto e complexo, onde ele apresenta a importância do *ato de negar*. O “não” simbólico estaria na base da constituição do pensamento, da construção psíquica dos espaços interno/externo, das

relações entre representação e afeto, do denominado teste de realidade e, finalmente, das relações existentes entre as pulsões (de vida e de destruição) e o trabalho do Eu para emitir juízos. Esse último aspecto amplia a questão da negativa à psicose. Ao que parece, esse aspecto amplia a questão da negativa para a necessidade de compreensão teórica dos mecanismos de sustentação das alteridades intrapsíquicas e interpsíquicas. Isso significa dizer que se houver problemas no estabelecimento do “não” simbólico, o aparelho psíquico sofrerá graves consequências.

Na reorganização teórica realizada por Freud, que culmina na segunda tópica apresentada em seu artigo *O Eu e o Id* (1923/2007), a antiga *posição* da oposição consciente/inconsciente cede lugar para uma nova oposição: pulsão de vida/pulsão de morte. A pulsão, que na primeira tópica se encontrava fora do aparelho psíquico, é agora nele incluída por intermédio do Id e manterá relações dinâmicas com o Eu e o Supra-Eu. Diz Green (2010):

A conclusão se impõe: o trabalho do negativo não tem mais como matéria principal o inconsciente. Embora este não deixe de estar presente no campo da elaboração psíquica, não constitui mais matéria prima a transformar. Cabe à pulsão, às moções pulsionais, a função outrora atribuída ao desejo (Green, 1993/2010, p. 74).

A oposição consciente/inconsciente perde sua importância na circunscrição do campo da sexualidade, que passa a ser referendada pelo pulsional (vida e morte). Não que não se trate mais de uma oposição latente/manifesto da sexualidade comandada pelas leis do recalque. É que a oposição consciente/inconsciente não conseguia mais explicar a operação do recalque sem que se interpusesse outra instância de negação.

Freud percebe que as leis do recalque estavam ligadas a outras leis:

A experiência psicanalítica com as neuroses de transferência obriga-nos ainda a concluir que o recalque não é um mecanismo de defesa já presente desde a origem, que ele nem sequer pode surgir antes que uma nítida separação se tenha estabelecido entre a atividade psíquica consciente e inconsciente, e que *sua essência consiste apenas na ação de repelir algo para fora do consciente e de mantê-lo afastado deste* (Freud, 1915b/2004, p. 178, grifos do autor).

E desse modo, não é a sexualidade que perde importância para Freud. Do mesmo modo, não é o desejo que deixa de existir. É a qualidade dos elementos que os mantêm que não se prestam mais para evidenciar sua complexidade. A sexualidade desejosa não existe sem um Eu que deseja. Trata-se da sexualidade de um Eu que mantém contato direto com o mundo externo. A segunda tópica coloca em evidência a presença de um Eu que comanda e também se submete às forças pulsionais e a um processo civilizatório. É de se imaginar o tamanho do susto do pai da Psicanálise!

Se Freud esteve ocupado em descobrir os meandros dos mecanismos que operam no recalque, ainda faltava terminar o trabalho. E que trabalho! Um dos principais focos de atenção da Psicanálise esteve, até então, em primordialmente demonstrar que havia um sentido latente lá onde tudo parecia *caos, ausência de estruturação e neutralidade*. Ao estabelecer a existência do desejo e de seu funcionamento em uma dinâmica psíquica, Freud esteve simultaneamente, para além das leis intencionais, constituindo o conceito de sujeito psiquicamente desejante e, portanto, sexualmente diferenciado.

Agora se tratava de mostrar que lá onde *parecia haver nada, o nirvana* dos amantes, existiam leis capazes de direcionar a sexualidade individual e coletiva. Seu texto *O mal estar na civilização* (1930[1929]) bem demonstra isso. Os sujeitos estão interligados por regras que os habitam como hábitos. Essas regras ditam as diferenciações sexuais para além do corpo físico e os modos de aproximação dos amantes e dos grupos sociais em geral. O Eu protagoniza a cena, mas *divide* sua existência com uma complexa dinâmica psíquica. Nesse sentido, só podemos falar numa sociedade civilizada se houver a devida cisão egóica. Diz Freud (1923/2007):

Se o Eu fosse apenas uma parcela do Id que, devido à influência do sistema perceptivo, transformou-se no representante psíquico do mundo externo, tudo seria razoavelmente simples. Contudo, há um complicador a ser ainda acrescentado ao nosso modelo (Freud, 1923/2007, p. 40).

Freud está se referindo ao Supra-Eu, que resulta “do longo período de desamparo infantil do ser humano e do complexo de Édipo” (Freud, 1923/2007, p. 45). Se no primeiro período o que está em questão é a importância das relações objetivas primárias e o processo daí decorrente de constituição de um espaço psíquico capaz de sustentar a presença e a ausência desse objeto, no segundo período está presente o desenlace dos destinos sexuais.

A exigência do Supra-Eu é a de sustentar as renúncias das exigências do Id de satisfação pulsional. Para tal, dessexualiza os investimentos objetivos e os substitui por identificações. “O triunfo sobre as pulsões, a renúncia ao gozo sexual ou a libertação da dependência ao objeto trazem um retorno dos investimentos sobre o ego que se ama com todo amor do qual ele priva o objeto e goza a si mesmo ao infinito” (Green, 1982, p. 63). A tentativa de neutralização das pulsões do Id é determinada por essa instância que detém as idealizações do objeto do desejo, “à qual será preciso, para fazer-se amar por ela, obedecer muito cegamente” (Green, 1993/2010, p. 64).

O trabalho do negativo é realizado pelas defesas primárias que agem expulsando e tentando organizar os excessos para garantir a vida. Segundo Green (1982, citado por Candi 2010):

Da rejeição primária que divide o sujeito em dois, até a negação na linguagem, é sempre a *mesma operação* que se *repete*, o mesmo *ato psíquico* que tem o mesmo sentido; expulsar para purificar, purificar para ligar. Entretanto, mesmo quando este *ato* é justificado pelas piores angústias de aniquilação ou de morte, é sempre um fragmento de vida que está sendo eliminado do psiquismo. É, portanto, um trabalho de morte que está sendo realizado (Green, 1982, citado por Candi, 2010, p. 256, grifos nossos).

As defesas primárias agem em prol da vida, mesmo que para isso façam também um trabalho de morte. Veremos a seguir duas dessas defesas primárias: o recalque e a cisão. Essas defesas constituem o psiquismo no que se refere às delimitações consciente/inconsciente e às delimitações Id/Eu/Supra-Eu. O trabalho

realizado pelas defesas primárias, trabalho do negativo, garante a estabilidade constitutiva do aparelho psíquico.

A negativa: sobre o ato de recalcar

Em seu texto denominado *A Negativa*, Freud (1925) apresenta a importância do ato de negar para a expressão consciente de ideias ou pensamentos recalçados. A negativa estaria diretamente ligada a uma das operações do Eu, a de emitir juízos, responsável por permitir a expressão do conteúdo intelectual do recalçado separado de seu conteúdo afetivo. Essa operação de separação manteria protegida a lógica essencial do recalçado e libertaria os conteúdos mentais destituídos de sua lógica afetiva primária.

O “não” emitido como um juízo permite ao Eu deliberar sobre o que pode estar dentro ou fora dele mesmo, ou seja, deliberar sobre se algo que foi percebido pode ser acolhido ou expelido. Esse “não” também atua sobre a capacidade do Eu de discernir se algo que “está disponível na forma de uma representação (*Vorstellung*) pode ser reencontrado também na esfera da percepção (*Wahrnehmung*) (realidade)” (Freud, 1925/2007, p. 149, grifo nosso)⁸, conferindo à percepção uma condição de ser uma construção psíquica. Freud entende que uma oposição entre o subjetivo e o objetivo não exista desde o início. Diz Freud (1925/2007) acerca da percepção,

Ela somente se estabelece pelo fato de que o pensar possui a capacidade de novamente presentificar, através da reprodução no imaginar [*Vorstellung*], algo que já foi uma vez percebido, isto é, pode-se imaginar o objeto sem que ele precise estar presente no mundo externo. O primeiro e mais imediato objetivo do teste de realidade não é, então, encontrar na percepção real um objeto correspondente ao que foi imaginado [*Vorgestellt*], mas reencontrá-lo, certificar-se de que ele ainda permanece presente (Freud, 1925/2007, p.149, grifos nossos).

⁸ O tema da percepção em Freud é bastante abrangente, deixando espaço para muitos estudos e interpretações. “Talvez mais do que algo que garanta uma distinção precisa entre o que é externo e o que é interno, ou que garanta uma representação psíquica que seja fiel ao real externo, a percepção é o que desafia a teoria psicanalítica, aquilo que faz com que a teoria precise se confrontar com seus próprios limites e busque ser bem mais do que uma teoria das representações psíquicas” (Coelho Jr., 1999, s/p).

A percepção e a representação, inicialmente indiferenciadas, diferenciam-se em representação interna (subjetivo) e percepção (objetivo). É essa diferenciação que permitirá ao sujeito reencontrar o mundo (o objeto) conforme surja a necessidade. Isso é o que Freud chama de teste de realidade, que só “entrará em cena quando e se os objetos, *que outrora trouxeram satisfação, já tiverem sido perdidos*” (Freud, 1925/2007, p. 149, grifos nossos). O objeto da satisfação precisa ser perdido para ser reencontrado. Em ambos os casos, o “não” é considerado um importante vetor de constituição e manutenção de fronteiras de contato do sujeito com o mundo: delimita espaços internos e externos e constitui tempos diferenciados.

Freud diz que em ambos os casos, na perda e no reencontro, trata-se de uma questão de *dentro e fora*, reportando-se à construção de uma realidade que pode ser compartilhada, simbolizada. Se o que é imaginado, subjetivo, faz parte do dentro, o que é simbolizado estará também do lado de fora. Essa operação resultará na destituição da supremacia do princípio de prazer em prol da realidade, ou seja, na possibilidade do psiquismo funcionar para além de um imediatismo voraz, cedendo lugar a uma realidade compartilhada e à custa de um adiamento de satisfações pulsionais. Processo, como se sabe, nunca totalmente alcançado.

Freud entende que o “não” simbólico é a garantia do Eu de que o processo de fazer surgir a função mental logrou êxito. Podemos pensar que é também a expressão dos conteúdos do “sim” que não puderam fazer parte da consciência. Esse pensamento se relaciona à ideia freudiana de que no inconsciente não existe o negativo. Se partirmos desse pressuposto, o “não” se apresenta na consciência como expressão do que, no “sim”, ficou recalçado. A escuta de um não, mais do que uma simples negativa, pode apontar caminhos do conteúdo recalçado.

Para Freud, o “não” simbólico surge a partir de um jogo de forças pulsionais primárias. O acolhimento das percepções corresponderia a Eros e a negativa estaria relacionada à pulsão de destruição. Com essa assertiva, Freud abre um caminho de compreensão do negativo que será pouco desenvolvido por ele. Mas se existe um “não” para além do da hegemonia do princípio de prazer, um “não” relacionado às forças pulsionais de destruição, é possível pensar que ele abrange questões que vão além das que foram mencionadas, ou seja, o negativo como constituinte do recalque. Como pensar o negativo sob a ação das pulsões de destruição?

Freud nos permite pensar que o negativo não pode chegar a provocar, como nos psicóticos, uma desfusão e separação das pulsões. O desinvestimento libidinal, aquele que resulta na expulsão do que não pode vir para dentro, não pode impossibilitar a ação de Eros, *sob pena de desestruturar o desenvolvimento psíquico*. Tudo indica que em tais casos a negativa não alcançaria o propósito de separar o conteúdo mental recalcado de seu conteúdo afetivo nem lograria independência com relação às imposições do princípio de prazer. Ou seja, não seria possível ao Eu expressar o re(conhecimento) dos conteúdos inconscientes expressados na negação.

Outra questão de importância é que a descarga pulsional será mediada pelo Eu, que não pode ingenuamente investir em objetos desconhecidos. Se para a pulsão independe a qualidade do objeto a satisfazê-la – princípio do esgotamento pulsional de puro prazer – cabe ao Eu controlar o movimento pulsional dando-lhe um caminho possível. Cabe também diferenciar e julgar o que pode ou não pode fazer parte do mundo interno. É bem verdade que, para isso, o Eu também se submete ao jogo exigido pelo Supra-Eu, instância que “joga um jogo duplo. Sua ação tanto pode satisfazer as pulsões do Id como aniquilá-las encontrando refúgio na onipotência narcísica idealizante” (Green, 1982, p. 64). O Eu precisa se manter fazendo a mediação entre Id e

Supra-Eu sob pena de reduzir as tensões ao nível zero, não pela descarga do Id, mas por uma repressão que o leva estar sob o domínio do princípio de Nirvana.

Segundo Green (1993/2010), ancorado nas idéias de Culioli (1988) em *La négation, marqueurs et opérations*, existe uma operação primitiva de negação que se apresenta nos registros do mau (inadequado, rejeitado) e do vazio (um hiato, uma ausência). O primeiro diz de uma valoração subjetiva e o segundo uma localização espaço-temporal (“representação do existente e do descontínuo”). Essa operação é vivida inicialmente, mesmo que só depois se saiba inicial, no corpo físico e emocional, e exige uma segunda operação de negação, construída, portanto representada, que positiva o negativo em prol da existência de ambos, da alteridade. Disso resultam duas posições fundamentais: identificação (alteridade levada em conta e posteriormente eliminada) e alteridade (diferenciação mantida). A existência da alteridade pressupõe a existência da construção de simbólicos.

Da desmentida: sobre o ato de cindir

Se com o conceito de *negativa* Freud alcança os meandros do recalque, é com o conceito de *Verleugnung* (desmentida, renegação, rejeição) que ele traz à cena os mecanismos da *Spaltung* (cisão, divisão, clivagem), uma *Ichspaltung* (cisão do eu)⁹. Segundo Green (1993/2010), o conceito de desmentida foi introduzido na obra

⁹ Encontraram-se três traduções diferentes para a palavra alemã *Verleugnung*. Foi traduzida nos textos de André Green, sobre o trabalho do negativo (2010), como *desmentida*; na tradução da obra de Freud por Luiz Alberto Hanns como *renegação*; e na tradução da obra de Freud da Standard Brasileira como *rejeição*. Embora próximas em sentido, entende-se que renegar não é o mesmo que desmentir e, do mesmo modo, rejeitar não é o mesmo que renegar e nem desmentir. Mas como está fora do alcance desse trabalho a problematização dessas três palavras, elas serão usadas indiscriminadamente. Pode ser útil entendê-la sob diversos aspectos. Quanto à tradução da palavra *spaltung* não se observa distinção de sentido entre as três palavras encontradas: cisão, divisão e clivagem.

freudiana em 1927/2007, em seu artigo *Fetichismo*. É um mecanismo de defesa que busca neutralizar a ameaça de castração.

Posteriormente, no artigo *A cisão do eu no processo de defesa* (1938/2007) Freud reafirma o alcance da ideia desenvolvida no texto de 1927. Nesse texto de 1927 Freud nos diz que o fetichismo apresenta um modo favorável de se estudar a questão da cisão do Eu. Se em 1927 ele estava interessado em mostrar que a *clivagem* existente nos casos de fetichismo pode ser estendida às *psicoses*, no texto de 1938 ele esteve atento a mostrar que as cisões que acontecem nos casos de psicose também podem ser encontradas em *pessoas normais*.

Segundo os comentários editoriais que antecedem as traduções brasileiras, Freud tinha o interesse de introduzir um novo desenvolvimento metapsicológico a partir de suas observações sobre alguns casos de fetichismo. Freud (1927/2007) afirma que o ato de renegar, observado tantas vezes nas reações das crianças quanto à diferenciação dos sexos, acarreta uma divisão no Eu do sujeito. Ele parte da ideia de que é possível diferenciar com maior nitidez os percursos e os destinos da *ideia* [Vorstellung] e do *afeto*. E, desse modo, se é possível “reservar a palavra ‘recalque’ [‘*Verdrängung*’] para o afeto, então a palavra alemã correta para nomear o destino das ideias seria ‘renegação’ [‘*Verleugnung*’]” (Freud, 1927/2007, p. 162).

Freud (1927/2007) mostra o destino das ideias recusadas. Elas serão desmentidas, tendo como objetivo a manutenção da organização psíquica diante daquilo que, como conteúdo percebido, restou como ideia. A ação de desmentir sustenta a essência e a recusa da castração, a essência e a recusa do recalque. O interessante na observação de Freud (1927/2007) é que a ideia rejeitada tanto é mantida quanto conservada por meio desse mecanismo chamado renegação/desmentida. Podemos

pensar que o que sustenta o não do recalcado e o sim transformado em ideia é a renegação. Esse mecanismo permite a sustentação de uma ideia e de seu contrário.

No entanto, sustentar a ambiguidade seria o mesmo que dizer que o Eu pode dar conta de viver segundo as leis do inconsciente, ou seja, sem a presença do não, um inconsciente a céu aberto, ou melhor, à ideia aberta. Freud fala então de uma solução de compromisso, de uma ação muito enérgica que precisa ser empreendida para sustentar a renegação da ideia percebida, qual seja, a cisão do Eu.

Essa divisão psíquica do Eu traz à luz duas realidades que coexistem lado a lado. Essa ideia está presente no capítulo VIII de seu texto intitulado *Esboço de Psicanálise* (1940[1938]). Nele Freud reafirma a divisão do Eu e a constituição de duas realidades: uma que leva em conta a realidade externa e outra que, sob uma influência pulsional, desliga o Eu da realidade. O desligamento diz de uma tentativa de manter a força despótica do Id de viver sob a égide do puro prazer. “A *negação* e a *simultaneidade* estão aqui ligados uma à outra. O preço – a divisão do eu – terá que ser pago” (Green, 1998a, p. 279, grifos nossos).

Trata-se de um processo complexo, pois o que Freud (1927/2007) está propondo é que mecanismos de organização psíquica até então descritos em pacientes estruturalmente diferentes - neurótico, perverso e psicótico - podem coexistir num sujeito normal. É o que vamos encontrar em seu artigo denominado *A cisão do eu no processo de defesa* (1938/2007), onde Freud relaciona a renegação a um trauma psíquico e um conseqüente “rompimento na tessitura do Eu”, que não mais cicatriza. Diz Freud (1938/2007) sobre essa ferida narcísica:

Assim, as duas reações opostas com as quais o Eu respondeu ao conflito passam a subsistir como núcleo de uma cisão no Eu. Ora, um processo assim nos causa uma certa estranheza porque pressupomos que os processos que ocorrem no Eu são sempre dirigidos à síntese, mas vemos que estávamos equivocados. Na verdade, a assaz importante função sintética do Eu depende de condições

específicas e é vulnerável a uma série de perturbações (Freud, 1938/2007, p. 174).

Nesse momento, Freud (1938/2007) introduz outra importante questão: o mecanismo de defesa agora encontrado no fetichismo, capaz de manter o sujeito afastado da realidade, possui semelhanças ao mecanismo atribuído às psicoses, mas possui diferenças. O fetichista não contesta suas percepções alucinando a existência de um objeto onde “*não* havia nada”. Ele recoloca *o valor* [*Verschiebung*] do objeto em outro lugar.

Green (1993/2010) afirma que essa foi a primeira vez que Freud reuniu a esfera das perversões à das psicoses, permitindo uma diferenciação. Ele diz: “as desmentidas jamais são completas. Elas são acompanhadas da manutenção de um conhecimento – sem o qual não se poderia falar de verdadeira clivagem” (Green, 1993/2010, p. 133). Além do mais, diz Green (1993/2010), a partir do texto *O Eu e o Id* (1923/2007), o Eu passou a fazer parte de uma organização psíquica – o Eu, o Supra-Eu e o Id – onde se precisa fazer referência a um intrapsíquico e a um interpsíquico. O Eu, sendo o grande mediador de todos esses processos, deixa à mostra sua vulnerabilidade para tal.

É importante dizer que Freud (1938/2007) desenvolve seu raciocínio por meio de um caso, o do menino que cria um fetiche e posteriormente desenvolve um medo de ser punido pelo pai. Há uma clivagem do Eu e há uma regressão à fase oral do desenvolvimento da sexualidade (medo de ser devorado pelo pai). Esse medo, que diz de uma passividade primária, pode ser considerado um primeiro “sim” erótico? Se assim o for, pode-se pensar que é na passagem à fase anal do desenvolvimento da sexualidade que se encontra um primeiro “não” erótico.

Com o desenvolvimento da teoria freudiana, o “sim” e o “não” eróticos passam a ser compreendidos a partir de duas operações estruturalmente distintas: a clivagem e o recalque. E podemos compreender que a perversão é o negativo da neurose, e a

clivagem, mecanismo psicótico, é condição para que se desenvolva a ação perversa mas também para que se estruture o aparelho psíquico. Recalque e clivagem abarcam duas questões importantes: a de ser amado e a de ser reconhecido.

Ainda sobre o ato de cindir: desdobramentos a partir do pensamento de André Green

Vimos que um dos trabalhos do negativo, o recalque, acontece separando a emoção da ideia. Vimos também que a ideia consciente se mantém intacta por meio de um outro trabalho do negativo que cinde o próprio ego. Agora nosso interesse está em mostrar como esse mecanismo da cisão se constitui e se sustenta a partir do pensamento de André Green (2010). Para o autor, o mecanismo da cisão tem como principal tarefa fazer oposição a tudo o que possa mostrar as transformações sofridas, quando do momento da desmentida. Não apresentariam, desta feita, representações do desejo inconsciente. A cisão estaria mais ligada à manutenção de uma onipotência narcísica do que ao trabalho de *não* deixar ver o desejo que *não* pode ser mostrado (recalque).

É, portanto, uma resistência mais contundente, pois combina o trabalho de resistir à manifestação do desejo deslocando a questão para o equilíbrio narcísico. Além de esconder “*o que*” foi recalcado, esconde também “*o como*”. Lembremos que Freud (1938/2007), a propósito do estabelecimento do mecanismo da cisão em um menino, relata o temor desenvolvido por ele de ser devorado pelo pai. Na tentativa de manter sua onipotência, desenvolve um sintoma que pode fazê-lo deixar de existir. Pode-se pensar, nesse caso, que ele “*experimenta*” a possibilidade de uma morte iminente, bem como a ideia de que terá de ter uma força de contraataque igual ou superior àquela do pai, o que pode gerar nele um sentimento de “*não existência*” bem como de impotência. Total desamparo. As questões do recalque alcançam com a cisão o mais primitivo do ser humano: sua condição de desamparado.

É possível enxergar essa interpretação a partir de algumas palavras de Green (2010):

A um desejo concebido usualmente como ‘perverso’ acrescenta-se o temor de vê-lo assumir proporções de uma onda que varreria tudo o que se interpusesse entre ele e sua satisfação sem limite – transferindo então a perversão, como que para deslocá-la e voltá-la contra ela mesma, para aquele que decreta sua proibição (Green, 2010, p.139).

Só ao pai (a uma lei) é dado o poder de intervir sobre e proibir a força do desejo que tem como meta consumir-se até o fim, esgotado em sua própria morte. Dada a impossibilidade de o pai real desejar e realizar tal feito (engolir o filho), pensamos na possibilidade de tratar-se de um pai interno, bem mais poderoso e real, capaz de barrar a força e realização de seu próprio desejo e de também mantê-lo vivo. Se a operação recalcanete nega esse desejo retirando dele sua carga afetiva, a operação da desmentida desloca e transfere o desejo “perverso” para um outro capaz de mantê-lo, ou seja, um outro poderoso o suficiente para realizá-lo em seu nome e protegê-lo.

O preço de tal operação pode ser sua própria morte psíquica, pois destituído de sua onipotência, que é deslocada a um outro, não tem mais sentido ter desejos, realizar desejos nem se sentir frustrado por não realizá-los. O não sentido caracteriza uma vida vazia que procura mais por si mesma do que pelas possíveis frustrações em não realizar-se eroticamente. O sentido, desse modo, está em manter o jogo da desmentida, crucial e absolutamente desinteressante na manutenção do jogo pulsional erótico. As pulsões eróticas, agora vinculadas às pulsões de vida, dessexualizam-se em prol da sobrevivência egóica. Dois gigantes se enfrentam pulsionalmente: a vida e a morte. A satisfação pulsional aparece pelas vias dos sintomas que ameaçam a integridade egóica.

O Eu então se livra do conflito por meio de uma perversão: elege um objeto e paralisa a cena. A figura fixa, narrada e não historiada, pode ser entendida como um fetiche. E o fetiche, como sabemos, é uma criação que tem a “intenção de destruir a

prova da possibilidade de castração de maneira a que o temor desta possa ser evitado” (Freud, 1940[1938], p.216) e se distanciar da realidade externa. Desse modo, o “não” simbólico que permite a criação de espaços de trânsito, tão importante para a constituição do psíquico, perde-se em seu aniquilamento e naquilo que ainda resta de humano: o corpo, que tenta viver uma intimidade vazia ou uma ascese.

Cardoso (2010), citando McDougall, aponta para o fato de que quando do adoecimento psíquico nos casos limite, a figura paralisada se transforma em objeto transitório e não transicional. Esses objetos são “tentativas de ordem somática, mais do que psicológica para se dar conta da ausência ou da dor mental, e não fornecem senão um alívio temporário para o sofrimento psíquico” (McDougall, 2002, apud. Cardoso, 2010).

Importante continuarmos com Green (2010) mais um pouco:

Estranhamente essa transferência para a frustração não faz senão opor-se à satisfação, deslocando-a do lado do objeto que se entrevê por trás da proibição. Pois a proibição, ao perder seu anonimato, faz ressurgir o objeto, não em uma forma que se deixa pensar ou figurar, mas por intermédio do sentimento ‘encarnado’ de uma imposição de se conceder o mínimo de liberdade possível. A intuição do que se desenrola tem menos a ver com a adesão a valores do que à obrigação de se submeter a um objeto que se manifesta mais pelo efeito de seu arbítrio do que para ‘defender’ – que significa aqui conservar – um bem precioso, um valor (Green, 2010, p. 139).

Uma autoridade construída contra a satisfação do desejo, que se opõe ao próprio Eu sob a forma de um objeto empossado de uma capacidade de se tolher quanto à sua livre expressão. Trabalho realizado por uma instância denominada de Supra-Eu. Se o trabalho do negativo se opõe às leis impostas pela satisfação pulsional, o Eu passa a se opor ao próprio objeto de satisfação, ou seja, ele faz ressurgir o desejo por meio de um objeto do desejo que age coercitivamente sobre sua liberdade. O Eu se vê obrigado a uma submissão a um objeto que não tem forma, não se deixa pensar ou figurar, pois é a própria encarnação de uma entidade legal interna coercitiva e até autopunitiva. Ao

mesmo tempo, garantia de sua própria sobrevivência. Mas essa lei não defende um bem precioso, um valor, uma ordem ou uma ética. Ela sustenta perversamente uma onipotência narcísica à custa de uma servidão masoquista do Eu.

Trata-se de uma entidade que personifica a onipotência do pai internalizada. Pode-se pensar o quanto os comportamentos obsessivos que buscam o controle e a ordem respondem a essa forma, sem forma, inconsciente. Green (2010) nos relembra que Freud, em seu artigo intitulado *O mal-estar na civilização* (1930[1929]), fala de uma autoridade sem sentido mais do que propriamente tirânica, ou seja, o que é tirânico nessa entidade é ela ser sem sentido.

Encontrou-se em Freud (1930[1929]) uma passagem onde ele fala da importância da substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade como passo decisivo para a constituição de uma civilização. Diz ele: “Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo desconhece tais restrições” (Freud, 1930[1929]). O cerceamento da liberdade, tão laboriosamente constituído pelo Eu, serve a uma lei interna e a uma lei sem sentido da comunidade civilizada. Os casos limites de todos os tempos “denunciam” esse laborioso trabalho.

O trabalho do negativo: a função desobjetalizante e o narcisismo negativo

O funcionamento psíquico normal se mantém por meio de uma oscilação permanente entre os efeitos das funções objetalizante e desobjetalizante (Green, 2008). Esta afirmação procura abarcar o trânsito das pulsões de vida e de destruição, ambas conservadoras. Freud (1911) diz, em seu texto denominado *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia*, que o narcisismo é “um estágio do desenvolvimento da libido entre o auto-erotismo e o amor objetal” (Freud, 1911, p.68).

Acrescenta dizendo que o narcisismo talvez seja indispensável para um desenvolvimento normal do sujeito.

A leitura de Freud nos permite dizer que o narcisismo seriam momentos do desenvolvimento e da sustentação do Eu em que o sujeito consegue tomar a si próprio como objeto amoroso até o ponto em que se põe disponível para uma escolha amorosa que não ele próprio. Podemos pensar o narcisismo como momentos de evidência do próprio amadurecimento do Eu no que se refere à sua capacidade para investir libidinalmente no mundo externo e se recolher dele.

Ligar e desligar a libido são mecanismos próprios do Eu. Algo que combina as “escolhas” homossexuais (identificatórias) e, posteriormente, heterossexuais. As palavras homossexuais e heterossexuais nesse momento podem ser entendidas como “escolhas” pré-genitais e genitais. Isso porque Freud (1911) aponta para o fato de que, alcançado o estágio de escolha heterossexual, “as tendências homossexuais não são postas de lado ou interrompidas; (...) Combinam-se com partes dos instintos do ego e, como componentes ‘ligados’, ajudam a constituir os instintos sociais, (...) a amizade e a camaradagem” (Freud, 1911, p. 69).

Compreender o que acontece no processo de constituição do narcisismo é de fundamental importância nos casos-limite, pois é consenso na literatura o fato de esses sujeitos apresentarem *falhas na constituição narcísica* e, como consequência, uma fragilidade nas fronteiras do Eu, trabalho este desenvolvido por Lazzarini (2006). Esta autora perfaz um caminho que contempla o narcisismo, as instâncias ideais e a identificação, culminando nas vicissitudes da clínica dos casos-limite. Ela fala sobre a dificuldade de os sujeitos-limite restaurarem um caminho possível de vida em função da “instalação de *um ideal de eu frágil e oscilante* que não tem condições de sustentá-lo em sua falta” (Lazzarini, 2006, p. 171, grifos nossos).

O caminho que escolhemos para estudar essa falha constitutiva é aquele que reporta teoricamente o que foi denominado de *fracasso do trabalho do negativo*, “o que envolve por sua vez dificuldades nas experiências de apagamento do objeto primário e resulta em prejuízos nos processos de simbolização” (Garcia, 2009. p. 106).

A partir dos escritos freudianos, Green (1988b) propõe ampliar as relações entre pulsão de vida e ligação e entre pulsão de morte e desligamento. Diz Garcia (2009) acerca do trabalho de Green:

A sua proposta nesse sentido é compreender a meta essencial da pulsão de vida como sendo a de garantir uma *função objetalizante*, isto é, criar relação com o objeto, interno e externo, assim como transformar estruturas em objeto. (...) Então, levada às últimas consequências, a meta objetalizante das pulsões de vida garante a simbolização. Em contrapartida, a meta da pulsão de morte é realizar uma *função desobjetalizante*. No desligamento que ela empreende são atacadas as relações com o objeto e também o próprio investimento. O desinvestimento constitui-se, portanto, na manifestação própria à pulsão de morte (Garcia, 2009, p. 106-107, grifos da autora).

Estas funções – objetalizante e desobjetalizante - oscilam de um polo, que vai do amor de objeto à sublimação, a outro, onde a regressão revela uma substituição dos investimentos de objeto por investimentos narcísicos provenientes do objeto. A contribuição teórica de Green alcança o que ele chama de desinvestimento do próprio investimento, “chegando a uma última etapa cujos prolongamentos se perdem no infinito (e) desinvestem o próprio Ego” (Green, 2008, p.271). A esse desinvestimento Green (2008b) denomina de narcisismo negativo, onde há o empobrecimento e até um sentimento de autodesaparecimento do Eu.

Segundo Green (2008), o narcisismo negativo está relacionado à pulsão de morte e, portanto, tem como aspiração atingir um nível zero de excitação pulsional. Os efeitos do narcisismo negativo podem alcançar diferentes níveis de autoaniquilamento, àquilo que, talvez, possamos chamar de uma recusa narcísica, pois o Eu parece ser mantido por sua própria oposição, “que pode tomar a forma de uma anialidade primária. (...) Num

aspecto extremo, o processo de autodesaparecimento se põe em movimento, representando ao mesmo tempo a última escapada frente a uma situação contraditória e traumática” (Green, 2008, p. 275). A analidade primária tem uma relação importante com o masoquismo e o narcisismo negativo se mantém por meio de uma “fantasia mais ou menos onipotente de auto-suficiência do Ego” (Green, 2008a, p.266), que busca afirmar sua própria liberdade por sua “capacidade quase auto-suficiente de se desligar dele e, se for necessário, de si mesmo” (Green, 2008, p.266). É o que passaremos a estudar a seguir.

A alucinação negativa e a perda do objeto primário

Freud (1925/2007) nos trouxe a ideia de que o “não” simbólico é o que dá sustentação para a constituição do pensamento e da construção dos espaços psíquicos (dentro e fora). O dentro e o fora se constituem como o primeiro limite constituído no aparelho psíquico. Para que este processo possa acontecer, faz-se importante perder o objeto para reencontrá-lo. A perda do objeto articula-se a uma negatividade constitutiva, possibilitando sua substituição por muitos outros objetos. Torna-se importante saber como isso acontece.

Apresentando seus estudos em diálogo constante com a obra freudiana, Green (1993/2010) traz à tona a função do objeto no trabalho do negativo e reapresenta um construto teórico que ele diz ser anterior ao nascimento da Psicanálise: a alucinação negativa, que remonta aos momentos do hipnotismo. Segundo o autor, a alucinação negativa (denegação de um objeto percebido como indesejável ou intolerável) é indispensável à constituição dos espaços psíquicos e nos remete ao estudo de suas relações com a percepção e com a representação inconsciente.

Alucinação negativa, percepção e representação inconsciente se unem na obra de Green (1993/2010) e mostram como o “objeto absolutamente necessário” precisa estar ausente para que ele possa ser simbolizado e inscrito no lugar daquilo que falta. “como um valor de troca e não como um objeto substituto” (Green, 1988b, p.133). Figueiredo (2004) relembra as ideias freudianas contidas no texto *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911) acerca da perda do objeto de satisfação. Esta perda gera uma insatisfação que também gera uma alucinação. É a partir dessa alucinação que a criança começa seu processo de suportar as ausências maternas. No entanto, esse processo não acontece “automaticamente”. E nos casos-limite esse processo falha.

A representação inconsciente invalida a percepção: sobre a alucinação negativa

Entre a representação inconsciente e a percepção “é preciso reconhecer que a história da psicanálise fez da percepção o pólo a ser esquecido” (Coelho Jr., 1999). Privilegiou outras noções: “a representação mais do que a percepção, a realidade psíquica mais do que a realidade exterior, a reação à ausência mais do que à presença, a volta à lembrança mais do que a sensibilidade ao atual, a compreensão da fantasia mais do que a relação com o mundo percebido” (Green, 1993/2010, p. 179).

Mas a relação na obra freudiana entre percepção e prova de realidade, as oposições entre realidade e fantasia e entre percepções internas e externas bem como a importância da percepção para o estudo do campo dos aspectos não representados da experiência psíquica possibilitaram que o tema dos processos perceptivos voltasse à cena dos estudos psicanalíticos. A literatura acerca dos estados limite aponta para o fato de que esses pacientes “carecem de um senso de realidade e têm dificuldades no

processamento da realidade” (Figueiredo, 2004), bem como trazem a presença no psiquismo de traumas “resistentes” à representação.

Coelho Jr. (1999) nos apresenta o tema da percepção por meio de suas relações com o inconsciente. O interesse desse estudo está nas duas perguntas iniciais desse artigo: Existem percepções inconscientes? Existem percepções do e no inconsciente? Embora o autor considere precipitado alguma resposta afirmativa, seu principal objetivo é o de mostrar que as percepções externas e as percepções endopsíquicas descritas por Freud são regidas pelo funcionamento do psiquismo como um todo, para além de apenas considerá-las uma recepção passiva da realidade externa. Segundo Green (1982):

O segundo capítulo de *O Ego e o Id* mostra-nos que existem diferentes maneiras de ser inconsciente. A dissociação entre recalcado e inconsciente (caso da resistência inconsciente) leva também a distinguir, no seio da parte recalcada do inconsciente, *diversos estados inconscientes* e, por conseguinte, *diversos modos de aceder à consciência*. De fato, o estado inconsciente e o acesso à consciência dependem essencialmente do material inconsciente em causa. As representações inconscientes chegam à consciência por sua conexão com as representações de palavras. O sobreinvestimento do traço mnêmico devolve à representação algo de seu estatuto perceptivo originário. Bem diferentes são as *percepções internas*: estas, diz Freud, são ‘mais primárias, mais elementares’ do que as percepções externas. Uma consciência aguda ou lúcida não lhes é necessária para serem sentidas. Essas *percepções se manifestam como uma força condutora, sem que o ego seja capaz de notar sua ação*. Elas vão chegar à consciência relegando o pré-consciente. Seu vínculo com a linguagem, quando existe, é, no limite, contingente (Green, 1982, p.60, grifos nossos).

Existiriam desse modo percepções separadas da consciência? Coelho Jr. (1999) prefere dizer que podem existir diversos estados, graus ou qualidades de consciência. “Funções inconscientes do ego são responsáveis pela percepção interna dos processos de pensamento ou dos afetos” (Coelho Jr., 1999, p. 10). E desse modo, as percepções endopsíquicas podem se aproximar dessas funções inconscientes do eu. Essas percepções foram descritas por Freud como uma espécie de percepção inconsciente dos processos internos. Uma afirmação de Freud nos abre à possibilidade de se pensar a existência de percepções inconscientes:

O *Id* desconhece a solicitude acerca da garantia de sobrevivência e desconhece igualmente a ansiedade, ou talvez fosse mais correto dizer que, embora ele possa gerar os elementos sensoriais da ansiedade, não pode utilizar-se deles. Os processos que são possíveis nos supostos elementos psíquicos do *id* e entre eles (*o processo primário*) diferem amplamente daqueles que nos são familiares, através da percepção consciente, em nossa vida intelectual e emocional (...). O *id*, excluído do mundo externo, possui seu próprio mundo de percepção. Ele detecta com extraordinária agudez certas modificações em seu interior (Freud, 1940[1938], p. 211, grifos do autor).

O tema da percepção é importante para o estudo das alucinações, tendo em vista que o que se torna figura com esse tema é o teste de realidade. Em seu artigo denominado *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico* (1911/2004), Freud nos apresenta as alucinações vinculadas a “necessidades internas do organismo” que se expressam por intermédio dos sonhos (o pensado, o desejado). Nesses casos, os desejos recalçados são trazidos à consciência, representados e tidos como satisfeitos, e restabelecem uma antiga modalidade de satisfação alucinatória do desejo.

Em decorrência das frustrações advindas da não satisfação esperada por meio dessas alucinações, “o aparelho psíquico teve então de se decidir por conceber [*vorzustellen*] as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste” (Freud, 1911/2004, p. 66). “Desistimos da satisfação alucinatória de nossos desejos ainda muito cedo e estabelecemos uma espécie de ‘teste de realidade’” (Freud, 1917[1915], p. 238).

O princípio de realidade trouxe ao psiquismo a possibilidade de sustentar a existência de algo desagradável. Segundo Rudge (2005), os mecanismos alucinatórios correspondem ao juízo de atribuição, ou seja, respondem ao princípio de prazer-desprazer. E a capacidade de pensar depende da possibilidade de o sujeito tolerar o desprazer, no caso, a angústia. “Esta capacidade é a que se chamou de princípio de realidade, e é um aprimoramento do princípio de prazer, que inclui a inibição e o adiamento de descarga para que o pensamento se faça possível” (Rudge, 2005, p. 39).

Existem, no entanto, as alucinações que, diferentes da concepção usual de alucinação onde o sujeito enxerga um objeto de prazer inexistente, são denominadas de *alucinações negativas*. Nelas o sujeito não enxerga um objeto existente, ou seja, ele apaga os pensamentos portadores de angústia. Este conceito aparece rapidamente na obra de Freud no seu texto nomeado *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos* de 1917. Ele diz em uma nota de rodapé que “qualquer tentativa de explicar a alucinação teria de partir antes da alucinação negativa do que da positiva” (Freud, 1917[1915], p. 239).

Freud afirma que a regressão à alucinação constitui uma das partes mais essenciais do trabalho onírico, embora possa também ser observado em certos estados patológicos: na psicose alucinatória carregada de desejo da amênia, por exemplo. Tanto no sonho como na amênia a alucinação consegue abolir o teste de realidade. Para Green (1993/2010), as estruturas oníricas que estão para além da soberania do princípio de prazer não buscam guardar o sono, mas livrar o sonhador do perigo que o ameaça se continuar sonhando. Ele faz um paralelo entre o ato de acordar, que interrompe o sonho, com a ação da alucinação negativa, que realiza o trabalho de manter à distância uma percepção indesejada.

A ação da alucinação negativa não consegue ser explicada somente pelas vias da regressão. Freud (1917[1915]) afirma que uma regressão só consegue provocar uma alucinação se ela se originar do interior do psiquismo e não do exterior, como normalmente consideramos. Essa regressão precisa ser tal que alcance o próprio sistema Cs e consiga fazer com que realidade interna e externa deixem de ser distintas. Ele descreve como o teste de realidade é abolido nestes casos:

A amênia é a reação a uma perda que a realidade afirma, mas que o ego tem de negar, por achá-la insuportável. Portanto, o ego rompe sua relação com a realidade; retira a catexia do sistema de percepções, Cs, - ou antes, talvez, retira uma catexia (...). Com esse desvio de realidade, o teste da realidade é posto de

lado, as fantasias carregadas de desejo (irreprimidas, inteiramente conscientes) são capazes de exercer pressão avançando para dentro do sistema, sendo por ali consideradas como uma realidade melhor (Freud, 1917[1915], p. 240).

Esse modo de alucinação nega uma perda que a realidade afirma e diz de “uma falha no julgamento de existência com relação aos indícios que anunciam a vivência dolorosa, a qual não tem necessariamente laços com o desejo” (Rudge, 2005, p. 40). O julgamento de existência faz a distinção entre aquilo que faz parte da realidade psíquica e aquilo que faz parte da realidade psíquica e realidade externa.

Green (1993/2010), partindo da ideia de alucinação negativa deixada por Freud, afirma que a alucinação tem uma face externa e outra interna. A externa diz de uma percepção indesejável que provoca uma alucinação negativa refutando a existência do objeto percebido. A interna diz de uma representação inconsciente abolida que procura chegar à consciência e é barrada pelo sistema Cs (Pcpt). Mas ao ceder a esta pressão interna, “o lugar da percepção denegada deixa o espaço vazio” (Green, 1993/2010, p. 187). No espaço deixado pela alucinação negativa instala-se, por projeção, a representação inconsciente.

Sobre o objeto desejante e o objeto-caução: a função de enquadramento

Além de pensarmos a alucinação negativa nos quadros patológicos, é preciso pensá-la como constitutiva do aparelho psíquico. Neste processo, a existência da realização alucinatória do desejo e a alucinação negativa cumprem diferentes funções. A primeira está relacionada à manutenção das experiências de satisfação e prazer. A segunda está relacionada à abolição das experiências de dor e desprazer e também cumpre a função de constituir uma estrutura de enquadramento. Em ambos os casos, a

função do objeto primário é de suma relevância. Segundo Green (1993/2010), é importante diferenciar entre o objeto desejante e o objeto caução:

Este último só poderia ser apreendido sob os auspícios do “enquadramento” de cuidados maternos, e *não seria perceptível nem representável* – (...) tendo como papel favorecer a produção da realização alucinatória do desejo. Esta contribuiria para a construção do objeto-fantasia e do objeto objetivamente percebido como responsável pelo fantasmático. (...) O objeto real seria a forma conceitualizável do objeto-caução. (...) A condição da realização alucinatória é se desenvolver sob a caução do objeto e mesmo do desejo do objeto que o Eu (do *infans*) deseja, e que por sua vez o deseja. Mas este escapa à figurabilidade (Green, 1993/2010, p. 202, grifos nossos).

A principal função do enquadramento e, portanto, do objeto caução é constituir a estrutura psíquica fazendo-se esquecer. O objeto caução é aquele que precisa ser perdido e reencontrado, e advém de um duplo processo: é “vítima” de uma alucinação negativa e precisa se fazer esquecer em sua função de enquadramento. E é produto da excorporação (ação do aparelho psíquico para expulsar aquilo que é sentido como dor e desprazer), produto de uma inibição de sua própria presença, “deixando-se perder e distanciar-se para reaparecer como objetos da atração e da repulsão”, em sua diferença (Figueiredo, 2004, p. 18).

Para Figueiredo (2004), a dupla função do objeto é paradoxal, pois ele está presente para despertar a pulsão e para contê-la e também para se fazer distante e substituível. Trata-se de uma “presença ausente” inscrita no psiquismo como estrutura e vazia. Este vazio é o que permite a sustentação das distâncias, ausências e falhas dos objetos sem que isto implique uma ameaça de aniquilamento da estrutura psíquica. Podemos pensar que este vazio, um espaço de possibilidades, é o que possibilita o trânsito psíquico. Segundo Green (1993/2010), a alucinação negativa, aquela que cumpre a função de enquadramento, é, do ponto de vista do Eu inconsciente, uma “representação da ausência de representação” (Green, 1993/2010, p. 211).

A alucinação negativa da criança sobre a mãe: a perda do objeto primário

Vimos que uma alucinação negativa nega uma perda que a realidade afirma e que a simbolização de um objeto está relacionada à sua ausência. É o que precisa acontecer com a criança em relação à sua mãe para que ocorra uma primeira diferenciação eu-não-eu e Eu-Id. O negativo constitui o Eu separado do Id e faz a mediação entre dois eus (o da mãe e o da criança). A capacidade da criança de apreender o objeto total e a consequente alucinação negativa dessa apreensão possibilita que o objeto possa ser colocado “fora”. Neste processo o mais fundamental, segundo Green (1988b), é a inversão das polaridades entre a criança e a mãe e o retorno contra si. Esta é tomada

no quadro vazio da alucinação negativa, e torna-se estrutura enquadrante para o próprio sujeito. *O sujeito edifica-se ali onde a investidura do objeto foi consagrada* ao invés de seu investimento. Tudo está então no lugar para que o corpo da criança possa vir a substituir o mundo externo (Green, 1988b, p. 135, grifos nossos).

O corpo que foi inicialmente investido pelo objeto primário está pronto para ser o lugar de autoinvestimento e substituto do mundo externo. “O Isso criou investimentos de objeto de que o Eu se apossa” (Green, 1988b, p. 133). Entra em questão o autoerotismo, que marca um princípio de independência entre corpo e objeto. A pulsão torna-se autoerótica a partir do momento em que a criança perde o objeto de satisfação e se torna capaz de ver este objeto como um todo e não mais só parcialmente. A importância da constituição do autoerotismo diz da passagem de uma busca de satisfação “fora” para uma busca de satisfação “dentro”, ou seja, no próprio corpo da criança.

Para que o processo se instaure é necessário que o objeto primário cumpra a sua função de falhar, ou seja, ausentar-se para que ele possa sair da condição de objeto absoluto. A mãe precisa querer se separar, fazer-se esquecida. “A separação reconstitui

este par sobre o próprio corpo do sujeito (permitindo-lhe) contentar-se consigo mesmo” (Green, 1988b, p. 120). Uma vez descoberto o próprio corpo como objeto que pode satisfazer a meta da pulsão, temos aqui um modo próprio de satisfação pulsional. Freud (1915a/2004) afirma que o objeto da pulsão é aquele por meio do qual a pulsão pode alcançar sua meta, a satisfação. É um elemento variável e não está originalmente vinculada a ela. “Em rigor, não é preciso ser um outro [*fremd*] objeto externo, pode muito bem ser uma parte do nosso próprio corpo” (Freud, 1915a/2004, p. 149). Diferenciam-se as pulsões autoeróticas das pulsões sexuais. O que acontece quando esse processo falha?

O fracasso do trabalho do negativo: a dependência do outro e a autossuficiência nos estados-limite

O fracasso do trabalho do negativo repercute diretamente na constituição da imagem narcísica ou na constituição do pensamento, na construção dos espaços internos e externos, nas relações entre representação e afeto, no trabalho do eu para emitir juízo, alcançando o imprescindível teste de realidade. Mas o que significa dizer que houve um fracasso desse trabalho? Em linhas gerais, significa dizer que o objeto primário falhou em sua função de se fazer esquecer, de se ausentar. As principais consequências desse fato são: o fracasso para estabelecer o duplo limite (limite entre exterior e interior e limite entre as diversas instâncias do aparelho psíquico), o sentimento de angústia de separação e de intrusão, resultado de uma excessiva dependência do outro e/ou de uma necessidade de autossuficiência, a dificuldade para a realização do teste de realidade e a expressão do narcisismo negativo com o exercício da função desobjetalizante.

O estabelecimento do duplo limite acontece em dois momentos distintos: o *primeiro momento*, aquele que estabelece o limite entre o dentro e o fora, apresenta “a

função intrínseca do objeto (como) paradoxal: o objeto está lá para estimular, para despertar a pulsão (autoerótica) e, ao mesmo tempo, para conter” (Green, 1993/2010, p. 301). O objeto primário contém (“recolhe”) os excessos pulsionais intoleráveis e que são jogados indiscriminadamente para fora pela criança. Esses excessos são reintrojados no psiquismo da criança.

Partindo dos repetidos processos de reintrojeção do que foi expulso é que podemos falar no estabelecimento do *segundo momento*: forma-se o recalque. “O recalque trabalha a partir do mesmo modelo de aceitação e de recusa que foi instituído a partir da relação com o objeto externo, de modo que, no final, o que é bom e ruim para o Eu é o que era bom e ruim para o objeto” (Candi, 2010, p. 257). Se a relação dos objetos foi internalizada e o sim e o não introjetados, o recalque pode se beneficiar de um limite entre o consciente-pré-consciente-inconsciente.

Mas isso se estabelece mal nos casos-limite, pois a função de estimulação e a de contenção foram mal exercidas pelo objeto primário e, como consequência, mal internalizadas pelo sujeito. Se a ação de contenção é mal estabelecida, torna-se figura o limite que se estabelece no nível intersubjetivo, que também não consegue fazer as devidas diferenciações entre o sim e o não e entre o dentro e o fora. Segundo Candi (2010), quando isso ocorre

o segundo limite se manifesta com toda sua potência produzindo clivagens, retraimento, denegações, identificações projetivas, características da lógica pulsional e do que chamamos do negativo do trabalho do negativo, causado pelos aspectos negativos da pulsão de morte, tais como o desinvestimento, a desobjetalização e o narcisismo destrutivo (Candi, 2010, 258).

Trata-se de um modo de o sujeito se proteger de um excesso de excitações que não consegue ser contido pelas vias de sua relação com o mundo externo. As clivagens, nesse caso, não podem ser consideradas aquelas descritas por Freud como fundamentais para o desenvolvimento do psiquismo. Estas clivagens trabalham no sentido de impedir

o trabalho de representação. O excesso de excitação volta a ser expulso indiscriminadamente sem que haja uma reintrojeção adequada.

Como consequência, “a expulsão inicial causa um buraco que não é integrado à cadeia dos pensamentos. Este vazio interno engolfante (...) se apresenta clinicamente sob a forma de um sentimento pontual de morte psíquica que se expressa nos brancos ou sensações de cabeça vazia” (Garcia, 2007, p. 133). O sujeito, então, pode alcançar aquilo que Green denomina de narcisismo negativo, aquele que aspira a um nível zero de excitação, ou seja, um estado de não ser, onde não faz sentido falar em desejo, apenas no trabalho da função desobjetalizante. Disso decorrem as angústias de separação e de intrusão.

Os estados-limite são caracterizados pela alternância entre o objeto perdido e o reconquistado, resultando em intensas angústias nas experiências de separação e de intrusão. Mas não se trata de uma angústia sinal e sim de uma angústia que mostra ao sujeito seu total desamparo. É como se nesses casos o *status* do objeto interno estivesse constantemente ameaçado, constantemente destinado a desaparecer por meio de uma fusão regressiva e por causa da fragilidade dos limites estabelecidos. Contra esta ameaça, ou buscando a sobrevivência da perda, são realizadas tentativas para fazer existir o objeto a qualquer preço. Estas tentativas são necessárias no esforço contra os sentimentos de fragmentação. O sentido de segurança, mesmo que provisório, pode acontecer por meio de objetos substitutos: o próprio corpo do sujeito ou algum objeto do mundo externo (Green, 1973; Garcia, 2007). A alternância existe, desse modo, entre a ameaça de ser invadido pelo objeto engolfante e a de ficar sem a existência de um objeto de quem dependa para enxergar a realidade externa.

Figueiredo (2004) traz uma importante contribuição com relação a *como* se realiza o teste de realidade. Elenca três importantes conceitos para pensarmos esta

questão relacionada aos casos-limite: *senso, teste e processamento de realidade*. Segundo o autor, a principal especificidade dos problemas advindos do teste de realidade nos casos-limite diz respeito à dificuldade encontrada por esses sujeitos para aprenderem com a própria experiência, a ponto de haver um amadurecimento emocional. Entendemos que isso acontece porque, em função da precariedade dos limites psíquicos, o sujeito não confia no que percebe, entregando ao “objeto transitório” a responsabilidade da tradução do mundo e de suas experiências. Figueiredo (2004) afirma que esses sujeitos não podem aprender com a experiência em função de

uma construção delirante que mascara e mesmo evita qualquer experiência com a falta e o vazio. Neste caso verifica-se a produção onipotente de uma neo-realidade narcisista-paranóide e/ou o encapsulamento esquizóide. Nestes dois casos ocorre uma negação da perda (do objeto) e da frustração (daí decorrente), vindo a dominar a onipotência e a ‘arrogância’, incompatíveis com o aprender com a experiência (Figueiredo, 2004, p. 508).

Entendemos que onipotência e *pseudoarrogância* dizem de modos encontrados para que o sujeito se mantenha paralisado e protegido de qualquer ação que exija um trânsito psíquico e, como consequência, aprendizado. Falamos em *pseudoarrogância* porque se trata, na realidade, de uma fixidez defensiva. A necessidade de manter uma sensação de onipotência dificulta ou mesmo impede o aprendizado de diferenciações básicas, tudo e todo por ex., e impede o estabelecimento de um senso de realidade, ou seja, da “aceitação de que parte da experiência está fora de nossa área de controle onipotente sem que com isso se torne inimiga e hostil” (Figueiredo, 2004). Segundo o autor, um senso de realidade bem estabelecido torna o teste de realidade gradativamente desnecessário.

O processamento da realidade, por sua vez, diz respeito à capacidade de o sujeito se adaptar à realidade, pois se refere a uma capacidade de experimentar a realidade e a fantasia sem necessidade de dissociá-las. O autor traz a hipótese de que quando o

processamento de realidade “não pode ser efetivado permanentemente (porque encontra obstáculos e é interrompido), os ganhos dos testes de realidade são perdidos e eles precisam ser refeitos continuamente, mantendo-se sempre ineficazes, insatisfatórios e mesmo perturbadores” (Figueiredo, 2004, 510). Isso faz sentido, pois para realizar o processamento da realidade é necessário experimentar realidade e fantasia em um espaço de trânsito. Mas como o sujeito-limite pode transitar se ele se protege na imobilidade psíquica para não correr o risco de fragmentação? Em último caso, pensamos que fazer o teste de realidade pode se tornar o próprio sentido de vida, mesmo que isso empobreça e limite as experiências de vida.

Um último ponto colocado por Figueiredo (2004) e que merece atenção diz que, no contexto dos testes e processamento da realidade, é necessário diferenciar entre relações diádicas e relações triádicas. Diz o autor: “discriminações entre fantasia e realidade podem ocorrer no campo das relações diádicas, mas os processamentos de realidade avançados requerem relações triádicas, vale dizer, exigem a entrada do sujeito na triangulação edípica” (Figueiredo, 2004, p. 510). Isto também faz sentido, pois a passagem da relação diádica para a triádica exige a perda do objeto primário e, como consequência, o reencontro deste objeto possibilita, também, a percepção de outros objetos e a inserção do sujeito em várias outras relações.

Figueiredo nos diz que para o bebê alcançar a triangulação, ele viverá a condição traumática de estar excluído da cena primária: “nossa tese (...) é de que algo equivalente à cena primária está na origem dos transtornos *borderline*, desde que se entenda que esta experiência traumática tenha ocorrido sob a dominância das relações diádicas, impedindo a aceitação mínima da realidade como limite, princípio de exclusão e de diferença” (Figueiredo, 2004, p.510). Ele não suporta a exclusão e a nega.

E se pensarmos o contrário? Será que não foi justamente a crença em sua própria exclusão e diferença, ainda em condições muito incipientes, e portanto “onipotentes”, que fez o *borderline* se manter preso a uma condição traumática de exclusão e de desamparo? Não estaria ele fixado nessa excessiva realidade e, como consequência, necessitado de fazer a cisão entre o absoluto idealizado (outro) e o nadificado (ele mesmo)? Pensamos que essa pode ser também uma hipótese de trabalho clínico, principalmente se pensarmos naqueles que se isolam e não sabem como se incluir nas relações. E, desse modo, podemos pensar que existem sujeitos que recusam a diferença e outros que acreditam nela de forma extremada.

A dificuldade ou impossibilidade de realizar o processamento da realidade de modo a sustentar um movimento contínuo entre o autoerotismo e a relação objetal, constituindo e atualizando o narcisismo saudável, pode alcançar aquilo que Green (1988b) chama de narcisismo negativo, com a ação da função desobjetalizante, aquela que ataca as relações com o objeto e o próprio investimento objetal. Quando a função desobjetalizante alcança uma supremacia sobre a função objetalizante há uma preponderância de separação entre as pulsões de vida e de morte. Nesse caso,

a desintração se apresenta sob a forma de angústias catastróficas ou impensáveis, de temores de aniquilamento, de desmoronamento, de sentimentos de futilidade, de desvitalização, de morte psíquica, de sensações de abismo e de buracos sem fundo. Estas manifestações expressam o trabalho do negativo na sua radicalidade (Garcia, 2009, p. 112).

A função desobjetalizante ataca os próprios investimentos, o que significa um ataque às funções objetalizantes que possibilitam a constituição do psiquismo, do pensamento e dos processos de simbolização. Lançado à “morte psíquica” o sujeito limite vive as sensações de abismo e de aniquilamento. Aspirar a um nível zero de excitação pulsional pode ser o caminho para que ele se livre das angústias catastróficas.

O nível zero de excitação pulsional é o que se pode chamar de trabalho negativo das pulsões de destruição em sua expressão máxima.

Existe, no entanto, uma manifestação do trabalho do negativo patológico que não alcança essa expressão máxima de desobjetalização. Segundo Garcia (2009), na medida em que o objeto não pode ser negativado ou esquecido, ele “adentra-se na esfera da dialética expulsiva que aqui se apresenta como a face patológica do trabalho do negativo como excorporação. Sem possibilidade de separação, o objeto não pode ser engolido ou cuspidor e fica, portanto, entalado, *obstipado*” (Garcia, 2009, p. 111, grifos da autora). O objeto é amado pela via do ódio e da repulsa. Entendemos, no entanto, que nessa dialética o objeto pode ficar entalado, mas pode também ser indiscriminadamente engolido. O amor/ódio do sujeito ataca o objeto e a ele mesmo e expressa essa impossibilidade de expulsá-lo ou de evacuá-lo naquilo que ele pode e precisa ser esquecido. O sujeito não pode expulsar ou evacuar, porque não sabe o que deve ser expulso ou evacuado e o que deve ser mantido. A excorporação é indiscriminada. Este trabalho do negativo patológico demarca o que Green (1993/2010) denomina de analidade primária. É dela que nos ocuparemos agora.

Analidade primária e a presença do autoerotismo nos casos-limite

A importância do estudo do narcisismo nos casos *borderline* fez emergir também a importância do estudo do autoerotismo. Freud (1905/1996) afirma que

na época em que a satisfação sexual estava ligada à absorção dos alimentos, a pulsão encontrava seu objeto fora na sucção do seio da mãe. Este objeto foi posteriormente perdido, talvez precisamente no momento em que a criança se tornou capaz de ver em seu conjunto a pessoa a quem pertence o órgão que lhe proporciona satisfação. A pulsão, torna-se a partir daí, auto-erótica (Freud, 1905/1996, p. 170).

O autoerotismo surge com a perda do objeto de satisfação, momento importante em que a criança consegue descobrir seu próprio corpo como fonte de satisfação libidinal. Green (1988b) salienta que o mais importante no autoerotismo é a possibilidade de a criança fazer as introjeções. “Aquilo de que deveríamos dar conta é da passagem do objeto da satisfação ‘fora’ para a procura de uma satisfação, senão ‘dentro’” (Green, 1988b, p.120), processo que não acontece de uma só vez. A perda do objeto vai acontecendo na medida em que a criança consegue ficar bem, mesmo na ausência do objeto. O que acontece nos estados-limite? Por que analidade primária?

Nossos estudos nos mostraram que o tema do autoerotismo está normalmente associado à oralidade, fazendo-se uma junção do oral com o anal. O conceito de analidade primária de André Green (1993/2010) nos permitiu pensar nas possibilidades de diferenciação dessas duas fases autoeróticas, mesmo porque elas são responsáveis por diferentes desenvolvimentos. A oralidade nos possibilita experimentar e cuspir, mas no momento em que o objeto é engolido, ele só pode ser lançado fora pelo vômito, ou evacuado. Para que haja evacuação, faz-se necessário um processo de reter o que é importante para o organismo e expelir o resto que não vai lhe servir no momento. E como isso acontece no âmbito do psiquismo?

A zona erógena anal e sua importância no desenvolvimento psicosssexual

A analidade tem sua importância na teoria psicanalítica, pois faz parte de uma das zonas erógenas eleitas por Freud para a explicação do desenvolvimento psicosssexual. As zonas erógenas têm sua importância, pois são fronteiras entre o corpo e o mundo, colocando em relação um interior e um exterior. Elas são importantes mediadoras para a constituição dos espaços psíquicos internos e externos. Uma das

grandes questões de Freud é a explicação do trânsito pulsional, arduamente moldado, constituindo a psicosexualidade de homens e mulheres (Freud, 1905).

Cada zona erógena tem inicialmente uma função que corresponde a uma maturação do corpo e uma maturação psíquica. Na medida em que uma função está constituída, ela segue presente na etapa seguinte. Trata-se de um trânsito que não se dá em linha reta. As zonas erógenas são fronteiras inicialmente indiferenciadas para o bebê e diferenciadas para o adulto que cuida desse bebê. A manipulação do corpo do bebê pode ser entendida por meio de operações complexas que tornam possível o nascimento psíquico. A primeira zona erógena, a oral, é a que apresenta a maior indiferenciação mãe-bebê. O estudo da analidade nos permite compreender um primeiro momento de separação e/não-eu, mas meninas e meninos ainda estão unidos em um mesmo sexual (Freud, 1905).

Dolto (1984/2008) apresenta as zonas erógenas por meio daquilo que ela denomina de castrações e seus efeitos humanizantes. Nesse sentido, ela diferencia a castração oral da castração anal. Na primeira, a criança faz o desmame do corpo a corpo com o objeto que a alimenta. Na segunda, a criança faz uma ruptura do corpo a corpo tutelar mãe-criança, momento em que a criança começa a buscar autonomias expressivas. Entendemos que o amadurecimento da zona anal esteja relacionado à capacidade de a criança confiar em suas próprias escolhas, já tendo exercitado com o objeto primário a ensaiar, por acerto e erro, o risco da experiência. Segundo Dolto (1984/2008), a criança necessita nessa fase de respostas às suas observações que possibilitem diversas diferenciações.

O estudo da analidade está muito interligado na teoria psicanalítica ao estudo da neurose obsessiva. Muitos autores se dedicam a descrever a ligação de ambas (Couvreux 2003, Dorey, 2003, entre outros). No entanto, essa ligação não está presente na obra

freudiana desde o princípio. Freud apresenta o erotismo anal e diz que “o desenvolvimento da libido no homem – a fase da primazia genital – deve ser precedida por uma organização ‘pré-genital’, na qual o sadismo e o erotismo anal desempenham os principais papéis” (Freud, 1917/1996, p.135). Com essa afirmação, Freud alcança a erótica anal associada às questões narcísicas. E isso é fundamental para o que se entenderá como analidade primária.

Em seu artigo *Caráter e erotismo anal* (1908/1996), Freud discorre sobre a existência de indivíduos cujas características pessoais – são ordeiras, parcimoniosas e obstinadas – estão intimamente associadas às funções excretórias desenvolvidas em sua história da primeira infância. O ponto alto desse artigo informa que a analidade está relacionada com o desenvolvimento da vontade própria. Ele afirma também que à pele das nádegas são administrados estímulos dolorosos, com o objetivo de quebrar a obstinação da criança e torná-la submissa. Freud também salienta a importância da regressão sádico-anal para a compreensão das organizações obsessivas.

Dois dos casos freudianos se prestam ao estudo da analidade: o caso do *Homem dos ratos* e o caso do *Homem dos lobos*. Green (1993/2003) afirma que se no primeiro caso Freud discute a analidade contextualizada sob a ótica da neurose obsessiva, no segundo caso o anal alcança um domínio bem mais amplo, tendo em vista a opinião de que se tratava de uma estrutura psicótica ou, nos termos atuais, de um caso-limite. A problemática anal e a problemática dos limites podem ser evidenciadas. Freud dedica o capítulo VII do caso *Homem dos lobos* (1918[1914]) para discutir o erotismo anal. Considera-o de extraordinária importância na *elaboração da vida sexual e da atividade mental em geral*. Apresenta também as identificações femininas do paciente com sua mãe e questões relacionadas à atividade/passividade/castração.

Segundo Green (1993/2003), a análise da analidade é considerada crucial para a delimitação do domínio marcado pelo Eu e o não-Eu. Green fala de uma *relação anal*, pois o anal relaciona o interno e o externo em diferentes dimensões: interno/interno; interno/externo e externo/externo. São três momentos distintos que permitem o desenvolvimento de características tais como: modo de aquisição do amor do objeto, capacidade do Eu de dominar, adiar, verificar e controlar. Momento também em que ocorre a institucionalização das leis: horários, hábitos, valores. Trata-se de um espaço fronteiro e pósterio-inferior. A análise do anal permite a delimitação dos limites. André (1967/2005) afirma também que o “objeto anal é objeto de mediação. Ele está na base de uma dupla relação: oral/anal, anal/fálica, que tem seu preço na conexão oro-genital ou oro-fálica nos *meandros*. Seu nascimento é oral (o alimento ingerido), seu desenvolvimento é transformação (criança), seu destino é fálico ou genital (castração)” (André, 1967/2005).

Green (1993/2003) também nos diz que enquanto o objeto oral é esquecido a partir do momento em que é ingerido, o objeto anal é moldado por duas ausências: a primeira ausência diz do momento em que o objeto ainda não foi expulso. O objeto é interno e está no controle do sujeito. A segunda ausência diz do momento em que ele é objeto a satisfazer o pedido de um outro (tempo da renúncia do sujeito), normalmente a mãe, que pergunta se está na hora de ele expulsar o objeto. E nessa relação a mãe faz um trabalho de estabelecer como hábito esse ato. Assim que é expulso, o objeto expulso precisa desaparecer como um objeto de sacrifício. Diz Green:

Enquanto o objeto-ego de prazer solitário auto-erótico, não partilhado, oculto-ausente. Enquanto objeto não-ego, ele deixa de pertencer ao sujeito caído na rede intencional do Outro e sob sua dominação. Sua produção está ligada a sua destruição pelo Outro – normalmente a mãe, que destrói sem tocar no objeto. A água engole o produto, purifica sua passagem, apaga seu vestígio, sem que nenhum prazer possa ser tirado de um contato manual (Green, 1993/2003, p. 217).

O importante a ser evidenciado é que o prazer está *na própria* produção e expulsão, e não no objeto em si. O objeto produzido é destruído, mas o *ato* da produção merece ser valorizado. Esse processo do estágio anal recebe significação, desse modo, *a posteriori*. É só depois, quando expressado, que pode haver uma avaliação da transformação do objeto oral, além de ser um momento em que o sentido e a valoração podem ser dados a algo que já era sentido internamente e esperado externamente.

Além disso, a analidade se apresenta com dois vetores: o esvaziar e o encher. O primeiro diz de um processo de produzir e expulsar o “bolo fecal”. O segundo diz da invasão/penetração, condição apresentada por Freud (1905) como perversa e como estruturante nos estudos sobre as origens femininas da sexualidade (André, 1996). Esse estudo expande a importância dada por Freud à cloaca e recoloca questões antigas em que Abraham escreve a Freud sobre a existência “de uma primeira eclosão vaginal da libido feminina no momento da primeira infância”:

O estágio anterior presumido na infância deveria ter como alvo sexual o recebimento do pênis [antecipação conforme ao alvo definitivo, portanto]. A abertura destinada a isso também me parece um caráter cloacal. Isto é, deveríamos supor que nascem na vagina sensações que são transmitidas a partir da zona anal e, do mesmo modo, que certas contrações da vagina, geradoras de prazer, relacionam-se de algum modo com as contrações do esfíncter anal (Abraham, citado por André, 1996, p. 29).

Nesse sentido, André (1996) acredita que a presença da vagina pode ser experimentada pela menina desde a infância e não apenas na puberdade como afirmava Freud. Ele se pergunta: “Por que ‘milagre’ a mucosa vaginal, zona erógena organizadora da sexualidade feminina adulta, se ‘recusaria’, na infância, a dar qualquer ‘contribuição para a explicação da pulsão sexual’, muito embora a atividade excrementícia cotidiana do organismo não possa deixá-la insensível?” (André, 1996, p. 33). Esse estudo mostra que as sensações anais são diferenciadas em meninas e meninos desde a infância. É possível pensarmos que as diferenciações referentes à analidade

digam respeito ao *como* cada sexo se desenvolve frente às questões do controle, dos valores, bem como frente àquilo que Freud denomina de *elaboração da vida sexual e da atividade mental em geral*.

A analidade primária e os casos-limite

Alguns sintomas descritos na clínica dos casos-limite, tais como a dificuldade para elaborar a experiência vivida, um estado de paralisia mental, dificuldade para diferenciar eu-*não*-eu, levou-nos a priorizar a compreensão de um construto de André Green (1993/2003) denominado *analidade primária*. Este conceito foi desenvolvido a partir das descrições de K. Abraham sobre o estágio anal, dividido em dois estágios. A analidade primária corresponde ao primeiro estágio descrito por Abraham e diz da transição da etapa oral tardia, “por meio da persistência dos mecanismos de incorporação”, para o anal. Segundo Green (1993/2003):

O conflito anal é fundamental no caso-limite, porque é com razão que se viu, na analidade, uma linha de demarcação com a psicose. Invocarei de bom grado uma analidade *primária*, que não se pode caracterizar unicamente pela prevalência dos processos de expulsão, como o sustentava Abraham, mas que transborda, e muito, a zona erógena e invade o ego, obrigando-o a viver esse conflito obediência-orgulho, que ora o revela como complacente e obsequioso, ora rejeitando até a respiração do analista (Green, 1993/2003, p. 99, grifos do autor).

Concordamos com Green no que se refere a considerar o conflito anal fundamental no caso limite, embora entendamos que nem todos os casos se apresentam como uma problemática anal. Nesses casos, mais do que ocupados com a imagem corporal, o adoecimento está na dificuldade de escolher e de decidir o que vai ser evacuado e o que vai ser retido do “bolo” nutritivo e tóxico ao mesmo tempo das interrelações do sujeito limite com o meio ou com os objetos. Trata-se de algo na ordem do pensamento, transformado em um “bem inalienável” (Green, 1993/2010). Não se

trata diretamente de um modo de relação erótica, mas de um modo de sustentação narcísica.

“Estes pacientes nem podem reter e fazer seu, nem expulsar e tornar alheio, nem podem se apropriar de seus objetos, nem podem diferenciar-se deles” (Figueiredo & Cintra, 2004, p. 38). Qualquer desses movimentos põe em risco a integridade do Eu. Green (1993/2010) fala de uma “coluna fecal de sustentação” rígida e inflexível. Esses sujeitos amam odiando, pois é justamente pela crítica ao outro no que ele é falho que ele pensa estar se diferenciando e se constituindo. No entanto, como a troca relacional é precária, ele tem sempre a sensação de que continua vazio, embora sustentado por essa “coluna fecal”. Entendemos que essa coluna fecal diga respeito às introjeções que, por não seguirem o caminho normal de diferenciação entre o que precisa ser retido e o que precisa ser expulso, se mantêm estagnadas. Algo como uma indigestão/constipação.

É de se imaginar que se trata menos de problemas relacionados à constituição e reconhecimento da imagem corporal, embora isso possa estar associado, e mais dos problemas advindos da esfera do julgamento e, como consequência, do processamento da realidade. As questões relacionadas ao risco, aos “ensaios” da vida, não podem ser vividos como tentativas. Ou é acerto ou é erro. Disso resultam os sentimentos de pavor que esses sujeitos enfrentam para lidar com situações sociais, lugares onde o controle só pode ser exercido de modo precário e, também, com sua vida íntima. Podem surgir também ataques de violência e raiva com aqueles que lhes frustram. Quase tudo para esse paciente se chama vulnerabilidade, mesmo que isso nem sempre esteja evidente, menos sua tentativa de viver a própria autossuficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do negativo não se referirá, de agora em diante, à atividade psíquica tal como se pode imaginá-la fora dos aspectos positivos da consciência; ele escolherá como aposta a relação com o objeto em meio ao fogo cruzado das pulsões de destruição, de um lado, e de vida e de amor, do outro. O trabalho do negativo se resume, então, a uma questão: como, em face da destruição que ameaça tudo, encontrar uma saída para o desejo de viver e de amar? E, reciprocamente, como interpretar todo resultado do trabalho do negativo que habita esse conflito fundamental: o dilema que nos coloca entre a bigorna da satisfação absoluta, de que são testemunhas a onipotência e o masoquismo, e o martelo da renúncia, da qual a sublimação seria uma saída possível? Fora esse conflito, perfila-se o desapego, etapa para o desinvestimento que supostamente libera de toda dependência de qualquer um e do que quer que seja, a fim de poder reencontrar a si mesmo pagando o preço do assassinato do outro.

André Green

Estaríamos mais próximos do deleite de nossas loucuras pessoais do que do tormento provocado pela culpa de nossas fantasias perversas, aquelas que insistem em nos perseguir por meio do retorno do recalcado? Ou a *possibilidade de expressão* de nossas fantasias, até então consideradas perversas, se tornou nossa própria loucura? Uma ação repetitiva parece ter surgido como modo de encontrar limites. Perseguidos e humilhados pelos fantasmas dos pais mortos, invadidos pela presença excessiva das mães ou constrangidos pela presença de um falso pai com valores *vis* e tornado rei, os “Hamlets” e “Ofélias” de Shakespeare continuam atuais no que se refere à experiência de sentimentos de angústia de invasão ou de separação característicos do humano. Não foram as leis do recalque, da castração e da sexualidade que mudaram ou deixaram de existir. O que tem mudado e deixado de existir gradativamente diz respeito ao modo como as redes relacionais estavam constituídas e o quanto elas se tornaram impraticáveis, exigindo mudanças. A cada dia essas mudanças parecem mais radicais.

“Hamlet”, por enquanto, só enxerga a morte do pai e a rápida ressexualização da mãe. Precisa se “fingir de louco” para passar despercebido e compreender melhor o que se passa. “Ofélia”, quase morta de tanta depressão, só consegue esperar por “Hamlet”. Ela acaba morrendo porque o tempo de espera é longo demais e porque fica sabendo que “Hamlet”, seu amor, matou seu amado pai. “Hamlet” também morre. Ele busca defender sua honra e a de seu reino. Antes de morrer mata o impostor que se fez passar de pai e elege um homem honrado para ocupar aquele que deveria ser o seu lugar.

Os sobreviventes dessa transição vão percebendo gradativamente que a ressexualização do materno e do paterno são apenas consequências de mudanças bem profundas no âmbito da economia, da política e das redes sociais. Não foi a importância da família que mudou, foi o modo como ela pode se constituir e reconstituir. “Hamlet” deixou de ser rei, porque a época dos reinados, para além de alguns poucos países, acabou. Aliás, o que dizem é que “Hamlet” está bem atrasado porque já está acabando, inclusive, a época dos intelectuais e eruditos. A economia agora se pretende globalizada, seja lá o que isso signifique. Seja lá quem serão os novos representantes dessa nova ordem globalizada. Mas “Hamlets” e “Ofélias” não sabem.

Há estudos mostrando transformações atuais tão radicais quanto as vividas não por Hamlet, mas por aqueles que estavam vivos no período da Revolução Francesa. Naquela época, a realeza perdeu espaço para a burguesia endinheirada. Hoje, os intelectuais perdem espaço para aqueles que têm pressa para o enriquecimento, mesmo que ilícito. Ilícito? De que ilícito se trata? Valores e costumes desapareceram?

Nas épocas em que se torna figura a importância dos laços sociais em detrimento da vitória dos anseios individuais, é possível percebermos que os valores são ensinados por meio de planos “para o seu próprio bem” ou por meios coercitivos. Do mesmo modo, estudiosos afirmam que quando o mérito dos laços sociais se afrouxa para que se

refaça o conteúdo das leis coletivas, os sujeitos, por ora “soltos”, já estão “educados” o suficiente para não irem muito além do que até há bem pouco tempo era lei. Os sujeitos são então lançados ao seu livre-arbítrio sem mais a referência da sociedade. Isto pode ser vivenciado, paradoxalmente, como aprisionamento. Um aprisionamento na intimidade. Precisarão refazer o caminho de volta, ou seja, desconstruir o que existia como destino, portanto inconsciente, e expressar-se livremente no diálogo que se apresenta como a nova realidade social. É tempo de um aparente “salve-se quem puder”. Cada sujeito vai viver as mudanças de hoje, com o conteúdo da própria história e, também, refazer sua inserção na cadeia civilizatória.

Os loucos, os gênios, os casos-limite e os perversos de todos os tempos parecem modificar essa história. Eles mostram, de diferentes modos, que o recalque não está suficientemente protegido para realizar sua função de manter os conteúdos indesejados ou proibidos no inconsciente. O perverso, por exemplo, subverte a ordem para além do princípio de prazer e exige uma nova negativização pulsional. Se o perverso expõe o lugar onde a lei não pode alcançá-lo é para mostrar o quanto a sociedade não possui meios para contê-lo. A *falta* não está mais lá onde um dia esteve. Mostrar que a *falta* está apenas ausente parece ser a contribuição do perverso, que subverte a ordem. Ele expõe uma ordem simbólica e, ao mesmo tempo, a desloca. Ele institui a falta em outra parte do corpo ou em um objeto fetiche.

Aos gênios e poetas, muitas vezes loucos, cabem a contribuição de mostrar que lá onde o perverso atua já pode estar nascendo uma nova ordem simbólica, ainda chamada de “nada”. Eles também subvertem a ordem, mas, nesses casos, pagam o preço de existirem além, lugar que ainda é, para a grande maioria, uma grande transgressão. E os casos-limite? Pensamos que os casos-limite de todos os tempos são aqueles que mostram os aprisionamentos psíquicos e contribuem para mostrar como o

psiquismo precisa funcionar para dar conta da presentificação daquilo que está acontecendo. O além para os sujeitos-limite não é transgressão. Esse além é vislumbre de vida, razão de possibilidade para o qual ele paga o preço de transformar a ordem a partir da própria pele, na própria carne, usando palavra de Merleau-Ponty. “Arranca” a pele e a deixa (re)nascer. Não é à toa que André Green fala desse sujeito como um esfolado vivo. Ele não subverte a ordem. Ele a transforma. Para além da loucura, é de vida, de (re)conhecimento psíquico e de ética de que ele fala. Ele quer saber como encontrar caminhos para viver e amar, mesmo que alguns “prefiram” outras escolhas.

Qual, então, a atualidade dos casos-limite? Podemos dizer de modo metafórico que ele é o último moderno em tempos pós-modernos. Tentando se libertar do aprisionamento para o qual foi lançado, ele, sem saber, tenta negar o mais fundamental no homem: o fato de ele amar e ser gregário. Mas não foi bem essa a proposta moderna, a de construir sujeitos autônomos? Seu adoecimento encarna o velho e exige presentificação. De tão independente, tornou-se submisso e dependente e precisa refazer o caminho por onde experimente alteridade sexuada. Eles exigem do analista o deslocamento de seu usual lugar de ação, na medida em que apresentam a fragilidade do conteúdo recalçado que tenta vigorar sem força e apresentam atuações mortificadas como destino. Não podemos desconsiderar que todo esse processo é traumático.

Não é à toa que o arcaico toma conta da cena, bem como o Eu e suas relações primárias. Se o recalque se funda a partir da repetição das primeiras relações com o objeto primário, o profissional precisa apresentar um novo modelo relacional que alcance a atualidade social. Cabe a ele fazer o “trabalho materno” de apresentar a lei paterna, bem como o de fazer o “trabalho paterno” de atuar a presentificação das representações que sustentem as cadeias singulares e sociais.

C G

de mais. Ho - je me sin - to mais for - te, mais fe - liz quem

F C G

- be eu só le - vo a cer - te - za de que mui - to pou - co eu sei, eu, na - da sei.

Coro F Dm F Dm

É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir...

Co-1

as mas - sas e das ma - çã

C F

Eu vou tocando os dias pela longa
estrada eu vou,
Estrada eu sou...

Dm C

Cada um de nós compõe
a sua história,
E cada ser em si carrega
o dom de ser capaz,
De ser feliz.

Dm C

pra po - der sor - rir, é pre - ci - so chu - va pa - ra flo - rir.

Tocando em frente
Almir Sater e Renato Teixeira

2º Estrofe G F

Pen - so que cum - prir a vi - da se - ja sim - plis - men - te com - preen - der a mar

C G

cha e ir - to - can - do em fren - te co - mo um ve - lho boi - a - dei - ro le - van - do a boi - :

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, J. (1996). *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ANZIEU, D. (2000). *O eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora, 2ª edição.

BACHELARD, G. (2000). *A poética do espaço*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 5ª tiragem.

BARBOSA, L. (2008). *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 3ª edição.

BARTUCCI, G. (2006). A fragilidade absoluta. Em: BARTUCCI, G. (2006). *Fragilidade absoluta*. São Paulo: Editora Planeta, p. 71-76.

BAUDRILLARD, J. (2008). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 3ª edição.

BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BERGERET, J. (1998). *A personalidade normal e patológica*. Porto Alegre: Editora Artmed, 3ª edição.

BIRMAN, J. (1999). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BIRMAN, J. (2006). Subjetividades contemporâneas. Em: BIRMAN, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BLEICHMAR, S. (2004). *A fundação do inconsciente*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

- BLOOM, H. (2001). Hamlet. Em: BLOOM, H. (2001). *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- BORNHEIM, G. (1969). *Introdução ao filosofar*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 7ª. edição.
- CANDI, T. (2010). *O duplo-limite – o aparelho psíquico de André Green*. São Paulo: Editora Escuta.
- CARDOSO, M. (2010a) A servidão ao “outro” nos estados-limite. Em: *Entre o eu e o outro – espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá Editora.
- CARDOSO, M. (2010b). A insistência do traumático no espaço psíquico e analítico. Em: *Entre o eu e o outro – espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá Editora.
- CARDOSO, M.R. & GARCIA, C. A. (2010). *Entre o eu e o outro – espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá Editora.
- CAROPRESO, F. & SIMANKE, R. (2006). Compulsão à repetição: um retorno às origens metapsicológicas freudiana. Em: *Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9 n. 2., Rio de Janeiro jul/dez.
- CARVALHO, M.T.M. (2004). Sobre o alcance e os limites do recalçamento nas chamadas “psicopatologias da contemporaneidade”. Em: CARDOSO, M.R. (Org.) (2004). *Limites*. São Paulo: Editora Escuta, p. 151-165.
- CARVALHO, M.T.P. (2001). *Intimidade e experiência amorosa: do campo psicoterapêutico ao campo da cultura – um ensaio de apreensão teórica*. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
- CARVALHO, M.T.P. (2011). *Circunscrevendo a questão dos casos fronteiriços*. Em: VIANA, T.C. (org). (2011). *Subjetivações contemporâneas e clínica psicanalítica*. Lisboa: Placebo Editora LDA. ISBN: 978-989-8463-22-7, p. 49-97.
- CARVALHO, M.T.P. & VIANA, T.C. (2009a). Tornos e retornos do sujeito contemporâneo – reflexões sobre a expressão artística e psicanalítica. Em: *Revista Pulsional*, ano 22, n.3, setembro/2009, p.8-19.

- CARVALHO, M.T.P. & VIANA, T.C. (2009b). *Casos limites: sobre a morte psíquica e a violência silenciosa*. ISSN 1983-0440, vol. 2, n.1, novembro de 2009.
- CARVALHO, M.T.P. & VIANA, T.C. (2009c). Modelações e modulações do sujeito contemporâneo: do sofrimento psíquico, do fazer psicanalítico e da arte. Em: *El padecimiento mental – entre la salud y la enfermedad*. Buenos Aires: AASM, série conexiones. ISBN – 978-987-23478-1-9, p. 587-589.
- CELES, L.A. (1995). A angústia e suas relações com o princípio de prazer. Em *Revista Percurso*, n. 14. 1/1995.
- CELES, L.A. (1999). Temporalidade do trauma: Gênese mais estrutura no pensamento freudiano. Em: *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol. 12 n. 3. Porto Alegre.
- CELES, L.A. (2004). Nascimento psíquico. Em: ARAGÃO, R.O. (Org.). (2004). *O bebê, o corpo e a linguagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 41-58.
- CELES, L.A. (2006). Teoria da libido e teoria das relações de objeto: confronto e aproximações? Em: *Pulsional – Revista de Psicanálise*. Ano XIX, dezembro/2006, vol. 188: 5-13.
- CELES, L.A. M. (2007). “Dora” contemporânea – e a crise terapêutica da psicanálise. Em: *Revista Psic. Clínica*. Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, p. 137-154.
- CHABERT, C. (2008). Les fonctionnements limites: quelles limites? Em: ANDRÉ (Org.) (2008). *Lês états limites*. Paris: Presses Universitaires de France, 3^a. tirage.
- CINTRA, M.U. & FIGUEIREDO, L.C. (2006). *Melanie Klein – estilo e pensamento*. São Paulo: Editora Escuta.
- COELHO, JR., N. (1999). Inconsciente e percepção na psicanálise freudiana. Em: *Psicol. USP*, vol. 10, n. 1, São Paulo. Print version. ISSN – 0103-6564
- COELHO JR., N. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. Em: *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*. Vol. 4, no. 2. Rio de Janeiro July/Dec.
- COSTA, J.F. (1984/2003). *Violência e psicanálise*. São Paulo: Edições Graal, 3^a. edição.

- COUVREUR, C. (1993/2003). Introdução aos escritos de Freud sobre a neurose obsessiva. Em: BRUSSET, B. & COUVREUR, C. (Org). (1993/2003). *A neurose obsessiva*. São Paulo: editora Escuta.
- DEBORD, G. (1992/2009). *A Sociedade do espetáculo – comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 11ª. reimpressão.
- DOLTO, F. (1984/2008). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 2ª. edição, 2ª. reimpressão.
- DOREY, R. (1993/2003). Problemática obsessiva e problemática perversa. Em: BRUSSET, B. & COUVREUR, C. (Org). (1993/2003). *A neurose obsessiva*. São Paulo: editora Escuta.
- FAVERO (2009). FAVERO, A.B. (2009). *A noção de trauma em psicanálise*. Tese de doutorado defendida no departamento de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica - da PUC Rio de Janeiro.
- FAIRBAIRN, W.R.D. (1952/1980). *Estudos psicanalíticos da personalidade*. Rio de Janeiro: Editora Interamericana.
- FÉDIDA, P. (1992). *Nome, figura e memória*. São Paulo: Editora Escuta.
- FÉDIDA, P. (2009). *Dos benefícios da depressão – elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta, 1ª. reimpressão.
- FIGUEIREDO, L.C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Ed. Escuta.
- FIGUEIREDO, L.C. (2003). *Elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Editora Escuta.
- FIGUEIREDO, L.C. (2004). Os casos-limite: senso, teste e processamento de realidade. Em: *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 38 (3): 503-519.
- FIGUEIREDO, L.C. (2009). *As diversas faces do cuidar – novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Editora Escuta.

- FIGUEIREDO, L.C. & CINTRA, E.U. (2004). Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. Em: CARDOSO, M. (2004). *Limites*. São Paulo: Escuta.
- FREUD, S. (1996). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução: Jayme Salomão (org.) Rio de Janeiro: Editora Imago.
- (1893a/[1940-41[1892] Esboços para a “comunicação preliminar” de 1893, Vol. I, p. 189-196.
- (1893b) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência, Vol. III, p. 37-47.
- (1896a) A hereditariedade e a etiologia das neuroses, Vol. III, p.143-155.
- (1896b) A etiologia da histeria, Vol. III, p.188-215.
- (1897) Carta 69 (21 de setembro de 1897), Vol. I, p.309-311.
- (1899) Lembranças encobridoras, Vol. III, p. 285-304.
- (1900) Sonhos sobre a morte de pessoas queridas. Em: (1900/1986). *A interpretação dos sonhos (I)*, Vol. IV, p. 276-297.
- (1900-1901) A interpretação dos Sonhos (II) e Sobre os sonhos, Vol. V, p. 625.
- (1911) Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides), Vol. XII, p. 15-89.
- (1905[1901]) Fragmento da análise de um caso de histeria, V. VII, p. 15-116.
- (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Vol.VII, p. 117-231
- (1908[1907]). Escritores criativos e devaneio, Vol. IX, p. 133-143.
- (1908) Caráter e erotismo anal, Vol. IX, p. 157-164.
- (1915) Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença, Vol. XIV, p. 267-279.
- (1916-17) Os caminhos da formação dos sintomas. Em: Conferências introdutórias sobre Psicanálise XXIII, Vol. XVI, p. 361-378.
- (1917) As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal, Vol. XVII, p. 133-141.
- (1917[1915]) Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. Vol. XIV, p.223-241.

- (1917[1918]) Uma dificuldade no caminho da psicanálise. Vol. XVII, p. 145-153.
- (1918 [1914]) História de uma neurose infantil. Vol. XVII, p. 15-127.
- (1919) “Uma criança é espancada” uma contribuição ao estudo das perversões sexuais, Vol. XVII, p. 193-218.
- (1921) Psicologia de grupo e a análise do ego. Vol. XVIII, p.81-154.
- (1926[1925]) Inibições, sintomas e ansiedade, Vol. XX, p.91-167.
- ([1930(1929)]) O mal-estar na civilização, Vol. XXI, p. 65-148.
- (1933[1932]) A Dissecção da personalidade psíquica. Em: Novas conferências introdutórias sobre psicanálise, Vol. XXII, p. 63-84.
- (1937a). Análise terminável e interminável, Vol. XXIII, p.225-270.
- (1937b). Construções em análise, Vol. XXIII, p. 275-287.
- (1940[1938]) Esboço de psicanálise, Vol. XXIII, p.157-221.
- (1950[1895]) Projeto para uma psicologia científica. Vol. I, p. 335-454.

FREUD, S. (1911/2004). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. Em: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Volume 1, p.63-77. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1911).

FREUD, S. (1914/2004). À guisa de introdução ao Narcisismo. Em: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Volume 1, p.95-131. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago (Obra publicada originalmente em 1914).

FREUD, S. (1915a/2004). Pulsões e destinos das pulsões. Em: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Volume 1, p.133-162. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago (Obra publicada originalmente em 1915[1911-1915]).

FREUD, S. (1915b/2004). O recalque. Em: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Volume 1, p.175-193. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago (Obra publicada originalmente em 1915).

- FREUD, S. (1917/2006). Luto e melancolia. Em: FREUD, S. (2006). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Volume 2*, p. 99-122. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1917).
- FREUD, S. (1920/2006). Além do princípio do prazer. Em: FREUD, S. (2006). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Volume 2*, p. 123-182. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1920[1915-1920]).
- FREUD, S. (1923/2007). O Eu e o Id. Em: FREUD, S. (2007). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Vol. 3*, p. 13-92. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1923).
- FREUD, S. (1924/2007). Neurose e Psicose. Em: FREUD, S. (2007). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Vol. 3*, p. 95-98. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1924(1923)[1923-1938]).
- FREUD, S. (1925/2007). A negativa. Em: FREUD, S. (2007). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Vol. 3*, p. 145-157. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1925).
- FREUD, S. (1927). Fetichismo. Em: FREUD, S. (2007). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud. Vol. 3*, p. 159-170. Tradução: Luiz Alberto Hanns (org.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1927).
- GARCIA, C.A. (2005). Trauma e narcisismo negativo: questões para a clínica contemporânea. Em: *Trieb*, nova série, Vol. IV, n. 1 e 2, 143-154.
- GARCIA, C.A. (2007). Os estados limite e o trabalho do negativo: uma contribuição de A. Green para a clínica contemporânea. Em: *Revista Mal-estar e subjetividade*. Fortaleza: vol: VII – no. 1 – mar/2007 – p. 123-135.
- GARCIA, C.A. (2009). O silêncio no psiquismo: uma manifestação do trabalho do negativo patológico. Em: *Cad. Psicanál. CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 22, p. 105-117.

- GAY, P. (1988). *Freud, uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- GREEN, A. (1973). Afect in clinical structures. Em: GREEN, A. (1973). *The fabric of affect in the Psychoanalytic discourse*. Nova York: Routledge.
- GREEN, A. (1973/1982). *O discurso vivo – uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.
- GREEN, A. (1986). A posteriori, lo arcaico. Em: *Rev. Psicoanal. (Arg.)*, 43(4), p.729-751.
- GREEN, A. (1988). *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago editora.
- GREEN, A. (1988b). Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. Em: GREEN, A. et. al. (1988). *A pulsão de morte*. São Paulo: Editora Escuta.
- GREEN, A. (1988a). *Narcisismo de vida – Narcisismo de morte*. São Paulo: Editora Escuta.
- GREEN, A. (1990). *Conferências brasileiras de André Green – metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago editora.
- GREEN, A. (1993/2003) A analidade primária na relação anal. Em: BRUSSET, B. & COUVREUR, C. (1993/2003). *A neurose obsessiva*. São Paulo: Editora Escuta.
- GREEN, A. (1996). Notas sobre los procesos terciários. Em: *La metapsicologia revisitada*. Buenos Aires: Editorial EUDEBA.
- GREEN, A. (1999/2008). Gênese et situation des états limites. Em: ANDRÉ, J. (1999). *Les états limites – nouveau paradgme pour la psychoanalyse?* Paris: PUF.
- GREEN, A. (2000). *As cadeias de Eros*. Lisboa: Climepsi Editores.

- GREEN, A. (2001). A crise do entendimento psicanalítico. Em: GREEN, A. (org.) (2001). *Psicanálise Contemporânea. Revista Francesa de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Imago.
- GREEN, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Imago.
- GREEN, A. (1993/2010). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- HANS, L.A. (2007). Comentário do editor brasileiro à obra O eu e o id. Em: FREUD, S. (2007). *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Vol. 3, p. 20-25. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Obra publicada originalmente em 1924(1923)[1923-1938]).
- HOBBSAWM, E. (1994/2007). *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JORGE, M.A.C. (S/D) *Arte e travessia da fantasia*. Disponível em: <http://www.iecomplex.com.br/textos//Arte%20e%20travessia%20Marco%20Coutinho.htm>
Data: 02 de maio de 2011.
- KAËS, R. (2003). A negatividade: problemática geral. *Psicol. USP*. São Paulo, v. 14, n.1.
- KRAUSE, D.F. (1999). *Aproximações ao percurso psicanalítico de Melanie Klein: teoria e clínica*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
- KRISTEVA, J. (1993/2002). *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- LAPLANCHE, J. e J.B. PONTALIS (1970). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- LAZZARINI, E. (2006). *Emergência do narcisismo na cultura e na clínica contemporânea: novos rumos, reiteradas questões*. Tese de doutorado defendida no departamento de Psicologia Clínica, no programa de pós-graduação em clínica e cultura, na Universidade de Brasília.

- LAZZARINI, E.R. (2011). Vergonha e Culpa na cultura do narcisismo. Em: VIANA, T.C. (org). (2011). *Subjetivações contemporâneas e clínica psicanalítica*. Lisboa: Placebo Editora LDA. ISBN: 978-989-8463-22-7, p. 9-24.
- LEBRUN, J-P. (2004). *Um mundo sem limite – ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- LERNER, H. (2007). La clínica psicoanalítica convulsionada. Em: LERNER, H. e STERNBACH, S. (2007). *Organizaciones fronterizas – fronteras del psicoanálisis*. Buenos Aires: Lugar editorial, p. 137-154.
- MAIA, M.S. (2002). Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica. Tese de doutorado apresentada no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MALDONADO, G. & CARDOSO, M.R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. Em: *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, Vol. 21, n. 1, p. 45-57.
- MARUCCO, N.C. (2007). *Entre a recordação e o destino: a repetição*. Em: *Revista Brasileira de Psicanálise*, Volume 41, n. 1, p. 121-136.
- MENEZES, L.C. (2008). O pensamento metapsicológico, referência matricial da psicanálise. Em: *Revista Psicanálise (online)*, vol. 42, n. 2, p. 81-88. ISSN 0486-641X.
- MEZAN, R. (2002). Psicanálise e cultura, psicanálise na cultura. Em: MEZAN, R. (2002). *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, p.317-392.
- MEREA, E. (2004). Os conceitos de objeto na obra de Freud. Em: BARANGER, W. et. al. (2004). *Contribuições ao conceito de objeto em Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- MELO, M.T. e CARVALHO, P.C.R. (2006). Modelos do trauma em Freud. Em: *Revista Percurso*. Ano XIX, nº. 37, 2º. Semestre de 2006.
- MONZANI, L.R. (1989). *Freud – o movimento de um pensamento*. Campinas (SP): Editora da Unicamp.

- MÜHLBERGER, R. (1994). *O que faz de Picasso um Picasso?* São Paulo: Cosac & Naify.
- OGDEN, T.H. (2010). *Esta arte da psicanálise – sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos*. Porto alegre: Editora Artmed.
- PONTALIS, J.-B. (1991). Não, duas vezes não. Em: PONTALIS, J.B. (1991). *Perder de vista – da fantasia de recuperação do objeto perdido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PONTALIS, J.-B. (1977/2005). Bordas ou confins? Em: *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Idéias & Letras, p. 211-225.
- RIBEIRO (2004). Patologias da contemporaneidade e conflito sexual: “não há tratamento social do recalçamento”. Em: CARDOSO, M.R. (org.) (2004). *Limites*. São Paulo: Editora Escuta.
- RICOEUR, P. (1977). *Da interpretação – ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago.
- ROCHA, Z. (2008). Para uma abordagem estrutural da depressão: contribuições freudianas. Em: *Psychê* (São Paulo). São Paulo, vol. 12, n. 23, dez. 2008.
- ROUDINESCO, E. (2000). *Por que a psicanálise?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ROUDINESCO, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ROUSSILLON, R. (2007). “La función ‘limite’ de la psique y la representancia”. Em: LERNER, H. e STERNBACH, S. (2007). *Organizaciones fronterizas – fronteras del psicoanálisis*. Buenos Aires: Lugar editorial, p. 191-206.
- RUDGE, A.M. (2005). Angústia e pensamento. Em: *Revista Psychê*, ano IX, no. 15, São Paulo, jan-jun/2005, p. 37-48.
- SALZTRAGER, R. (2004). As novas subjetividades e suas fantasmaticizações. Em: *Psychê*, ano VIII, no. 13, São Paulo – jan-jun – p.109-124.

- SCHAFFA, S.L. (2006). Pierre Fédida e a atualidade dos modelos freudianos: evolução da teoria e prática psicanalítica. Em: J. psicanal. (online), vol. 39, n. 71, p. 101-123. ISSN 0103-5835.
- SCHWARTZWAN, R.S. (2004). O conceito de recalçamento e a busca de uma metapsicologia para as novas patologias. Em: CARDOSO, M.R. (Org.), (2004). *Limites*. São Paulo: Editora Escuta.
- SENNET, R. (1974/1998). *O Declínio do Homem Público – As Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª Reimpressão.
- STERNBACH, S. (2007). “Organizaciones fronterizas y tramas intersubjetivas”. Em: LERNER, H. e STERNBACH, S. (2007). *Organizaciones fronterizas – fronteras del psicoanálisis*. Buenos Aires: Lugar editorial, p. 191-206.
- SHAKESPEARE, W. (1601/2006). *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM Pocket. Tradução de Millor Fernandes (1988)
- UCHITEL, M. (2004). *Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2ª. edição.
- VILA, F.C. & CARDOSO, M.R. (2004). A questão das fronteiras nos estados limites. Em: CARDOSO (Org), (2004). *Limites*. São Paulo: Editora Escuta.
- WARNCKE, C-P. (2004). *Picasso*. Itália: Taschen.
- WINNICOTT, D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Editora Imago Ltda.
- WINNICOTT, D.W. (1969/1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. Em: WINNICOTT, C. *at al.* (1994). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- ZAVARONI, D. & VIANA, T.C. (2007). Édipo e Hamlet em Freud: “alguns fragmentos lançados à praia na última maré” Pulsional: Revista de psicanálise. Ano XX, n. 192. São Paulo: Livraria Pulsional, p. 60-69.